



# ACTA N.º 03/2010

## ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA, DE 09 DE JUNHO DE 2010

Aos nove dias do mês de Junho do ano de dois mil e dez, no auditório do Centro Associativo Municipal de Leiria, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Leiria.

Dos cinquenta e nove membros que a compõem faltaram os seguintes:

Fernando e Silva Sousa Presidente da Junta de Freguesia de Milagres, que foi substituído por Luís Manuel Rodrigues, José Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia da Memória, José Manuel da Cunha Presidente da Junta de Freguesia de Cortes, que foi substituído por Clarisse Mendes, Joaquim Pinheiro Oliveira Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina da Serra, que foi substituído por Irene Costa Vieira, Manuel Bernardes da Cruz Presidente da Junta de Freguesia de Cortes, que foi substituído por Cristina Maria Ferreira, António Sequeira que foi substituído por António Fernandes, Domingos Carvalho que foi substituído por António Manuel Quitéria Pinto, Luís Pedro Biscaia que foi substituído por Micael da Silva e Sousa, Maria Isabel Gonçalves que foi substituída por Artur Duarte Cordeiro, Pedro Lopes Faria que foi substituído por Carlos Conceição, Teófilo Santos que foi substituído por Maria de Fátima Sismeiro e Vitorino Vieira Pereira que foi substituído por Mónica Cristina António.

Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes: o senhor Presidente, Raul Castro, e os senhores vereadores: Maria de Lurdes Machado, Gonçalo Lopes, Gastão Neves em substituição da vereadora Isabel Gonçalves, Lino Pereira, Neusa Magalhães, Blandina Oliveira, António Martinho Gomes, José Benzinho da Silva e Carlos Vitorino. A vereadora Filipa Esperança não esteve presente.

A sessão foi presidida pelo senhor Carlos Manuel Bernardo Ascenso André, Presidente da Assembleia Municipal e secretariada pelos senhoras deputados: José Alves e Manuela Santos, 1º e 2º secretários da Mesa, respectivamente.



Havendo “quórum”, foi pelo senhor Presidente declarada aberta a sessão eram 21.30 horas, com a seguinte **ORDEM DO DIA:**

1. DEBATE SOBRE QUESTÕES DE SEGURANÇA NO CONCELHO DE LEIRIA (COM A PRESENÇA DE REPRESENTANTES DA PSP, DA GNR E DA PROTECÇÃO CIVIL);
2. RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO – **Apreciação nos termos da alínea e) do n.º 1, do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro;**
3. PROPOSTA DE REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 16 DE ABRIL DE 2010 E PROPOSTA DE REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS, ORGANOGRAMA e MAPA DE PESSOAL – **Apreciação, discussão e votação;**
4. RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DE 2009 DA COMISSÃO ARBITRAL MUNICIPAL (CAM) – **Apreciação;**
5. REVISÃO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE LEIRIA PARA 2010 – **Apreciação, discussão e votação;**
6. RECTIFICAÇÕES AO REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS DO MUNICÍPIO DE LEIRIA – **Apreciação, discussão e votação;**
7. CONSTRUÇÃO DA VARIANTE DA CARANGUEJEIRA 2.º TROÇO. DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL PARA EFEITOS DE OCUPAÇÃO DE ÁREAS DA RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL – **Apreciação, discussão e votação;**
8. REVISÃO PARCIAL AO CONTRATO-PROGRAMA RELATIVO AOS CUSTOS FINANCEIROS ASSOCIADOS AO FINANCIAMENTO DAS OBRAS DO ESTÁDIO MUNICIPAL DE LEIRIA – DR. MAGALHÃES PESSOA – **Apreciação, discussão e votação;**
9. PROGRAMA DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES - 1.º CEB E PRÉ-ESCOLAR - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES - CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL - **Apreciação, discussão e votação;**
10. PROGRAMA DE ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NO 1.º CEB – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A LECCIONAÇÃO DO ENSINO DO INGLÊS - CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL - **Apreciação, discussão e votação;**
11. PROGRAMA DE ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NO 1.º CEB – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A LECCIONAÇÃO DO ENSINO DA MÚSICA - CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL - **Apreciação, discussão e votação;**



12. PROGRAMA DE ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NO 1.º CEB – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A LECCIONAÇÃO DA ACTIVIDADE FÍSICA E DESPORTIVA - CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL - **Apreciação, discussão e votação;**

13. DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL - BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA ORTIGOSA – **Apreciação, discussão e votação;**

14. DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL PARA INTEGRAÇÃO NO DOMÍNIO PRIVADO, DE UMA PARCELA DE TERRENO DESTINADA À IMPLANTAÇÃO DE UM ELEVADOR – CENTRO COMERCIAL MARINGÁ – **Apreciação, discussão e votação;**

15. ALUGUER OPERACIONAL DE VIATURAS – CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL – **Apreciação, discussão e votação;**

### ***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Vamos então começar a nossa sessão. Não há qualquer problema nesse sentido, eu começo por ler as justificações de faltas que me foram chegando.

O deputado Vitorino Vieira Pereira justificou a ausência, faz-se substituir pela deputada Mónica Cristina de Faria António, o deputado Pedro Faria justificou a ausência e é substituído pelo deputado Carlos Conceição, o Presidente da Junta de Freguesia de Milagres será substituído pelo senhor Luís Rodrigues, Tesoureiro da mesma Junta, os deputados Isabel Gonçalves e Pedro Biscaia serão substituídos, respectivamente, pelos deputados Artur Cordeiro e Micael Sousa, o deputado José Manuel Cunha, Presidente da Junta da Barreira, será substituído pela Secretária da mesma Junta, Clarisse Vieira Mendes, o deputado Teófilo Santos é substituído pela deputada Fátima Sismeiro, o Presidente da Junta de Freguesia de Cortes, Manuel Cruz, é substituído pela Secretária da mesma Junta, Cristina Ferreira, o deputado António Sequeira é substituído pelo deputado António Fernandes, o Presidente da Junta de Santa Catarina da Serra, Joaquim Pinheiro Lains de Oliveira, é substituído pela Tesoureira da mesma Junta, Irene Costa Santos Vieira. E finalmente, guardei expressamente para o fim, não por acaso, o senhor deputado Domingos Carvalho, é substituído pelo senhor deputado António Manuel Quitéria Pinto.

Acontece que o senhor deputado Domingos Carvalho está ausente porque sofreu um acidente de alguma gravidade que o deixou bastante combalido.



Trata-se de um membro deste órgão autárquico, aliás como todos sabem, muito participativo. E eu gostava de exprimir ao senhor deputado Domingos Carvalho, e penso que o faço em nome de todos nós, permito-me traduzir isto num voto desta Assembleia, permito-me exprimir ao senhor deputado Domingos Carvalho o nosso desejo de uma rápida recuperação. Suponho que o posso fazer em nome de toda esta Assembleia.

Como sabem, a lei diz que o Conselho Municipal de Segurança deve tomar posse perante a Assembleia Municipal. Foram convocados todos os membros do Conselho Municipal de Segurança para tomarem posse na sessão de hoje desta Assembleia Municipal. Eu sugeria, penso que ninguém me levará a mal, que começássemos por aqui, aliás, eu faria duas sugestões, posso juntá-las já porque são bastante simples. A primeira é que a tomada de posse dos membros do Conselho Municipal de Segurança de Leiria que deve decorrer em plena reunião da Assembleia Municipal, o que significa que já estamos em reunião, ocorra antes de começarem os trabalhos da Assembleia, ou seja, antes do período anterior à ordem do dia. Mas não se justificaria que os membros do Conselho Municipal de Segurança ficassem presentes até terminar o período de "antes da ordem do dia".

Já conversei com os dirigentes das várias bancadas e todos me mostraram a sua concordância em relação a isto. Se nenhum deputado levantar qualquer objecção é assim que faremos.

Portanto, o primeiro acto será a posse dos membros do Conselho Municipal de Segurança de Leiria. Depois, nós temos como primeiro ponto da ordem de trabalhos um debate sobre segurança no Concelho de Leiria, com presença de representantes da PSP, da GNR e da Protecção Civil.

Como sabem não se trata de uma decisão da Mesa, trata-se de uma proposta que foi apresentada numa sessão da Assembleia Municipal e aprovada por unanimidade numa sessão da Assembleia Municipal. Eu já sugeri que fizéssemos assim quando quiséssemos discutir um ponto, que o fizéssemos em sessão de Assembleia, que o pudéssemos agendar para que não ocupasse aqueles minutos breves que ocupa no período de antes da ordem do dia, neste caso assim foi feito. Portanto, agendei este assunto para a sessão de hoje, convidei os comandantes distritais da Guarda Nacional Republicana e da Polícia de Segurança Pública, convidei também o responsável pela Protecção Civil no distrito de Leiria, Dr. José Manuel Moura, o



Comandante Distrital das Operações de Socorro, para virem dar algumas informações a esse respeito, e depois, todos nós participaremos nesse debate.

A proposta que fiz também aos dirigentes das bancadas, foi que esse ponto, embora de uma forma pouco ortodoxa, acontecesse antes do período de “antes da ordem do dia” para que não obrigássemos os senhores comandantes distritais das forças de segurança a estarem presentes na sala, enquanto nós debatemos questões com toda a relevância e com toda a legitimidade, do período de “antes da ordem do dia”.

Devo dizer também que os dirigentes das bancadas, todos eles, concordaram com esta sugestão, e portanto, se nenhum deputado se opuser, assim faremos também. O que significa que passaremos o período de “antes da ordem do dia” para o momento seguinte, precedido, obviamente, da aprovação da acta e depois de todas as questões que devem ocorrer.

E portanto eu iria dar posse aos membros do Conselho Municipal de Segurança de Leiria, de acordo com a Lei n.º 33/98, de 18 de Julho, publicada no Diário da República n.º 164, I Serie A.

*“Aos nove dias do mês de Junho do ano de dois mil e dez, no Centro Associativo Municipal, na cidade de Leiria, compareceram, perante mim, Carlos Manuel Bernardo Ascenso André, Presidente da Assembleia Municipal, em exercício, os membros designados para, de acordo com o disposto no artigo 9º da Lei nº33/98, de 18 de Julho, tomarem posse no Conselho Municipal de Segurança:*

*Presidente da Câmara Municipal de Leiria – Raul Miguel Castro*

*Vereadora do Pelouro da Segurança Pública da Câmara Municipal de Leiria – Maria de Lurdes Botelho Machado*

*Presidente da Assembleia Municipal de Leiria – Carlos Manuel Bernardo Ascenso André*

*Presidente da Junta de Freguesia de Leiria - Laura Maria Santos de Sousa Esperança*

*Presidente da Junta de Freguesia de Marrazes - Maria Isabel Afonso Pereira Santos*

*Presidente da Junta de Freguesia de Coimbrão - Ventura José Rolo Tomaz*

*Presidente da Junta de Freguesia de Santa Eufémia - Adelino Rodrigues Gaspar*

*Comandante da Polícia de Segurança Pública de Leiria - Rui de Almeida Conde*

*Comandante do Destacamento da Guarda Nacional Republicana de Leiria - Júlio Miguel da Costa Machado*

*Representante do Ministério Público da Comarca de Leiria - Jorge Manuel da Costa Dias Mariano*

**10-06-09 AM**



*Coordenador de Investigação Criminal da Polícia Judiciária de Leiria – José Carlos Sá Teixeira*

*Representante do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras de Leiria - Luís Miguel Ribeiro Carreira*

*Comandante dos Bombeiros Municipais de Leiria - Artur Manuel Mendes Figueiredo*

*Comandante dos Bombeiros Voluntários de Leiria - José Carlos Fonseca Almeida Lopes*

*Comandante dos Bombeiros Voluntários de Ortigosa - José Pinto Oliveira*

*Comandante dos Bombeiros Voluntários de Maceira - Luís Manuel Gomes Ferreira*

*Representante do Instituto da Droga e da Toxicodependência de Leiria - Cristina Maria Vieira Neto Barroso*

*Representante da Diocese de Leiria/ Fátima - Joaquim Madail Brilhante Pedrosa*

*Representante da Segurança Social de Leiria – Maria de Fátima Caseiro Oliveira*

*Representante do Serviço de Reinserção Social de Leiria - Fernanda Maria da Silva Rosa*

*Representante da Federação das Associações Juvenis do Distrito de Leiria - Luís Filipe Domingues Pinto*

*Coordenadora da Equipa de Apoio às Escolas de Leiria - Isabel Maria de Jesus Oliveira*

*Representante do NERLEI – Associação Empresarial da Região de Leiria - José Ribeiro Vieira*

*Representante da ACILIS – Associação Comercial de Leiria, Batalha e Porto de Mós - Paulo Manuel Santos de Sousa*

*Representante da União dos Sindicatos do Distrito de Leiria - Manuel Martins da Cruz*

*Representante do Grupo Municipal do PS - Diamantino da Cruz Jordão*

*Representante do Grupo Municipal do PSD - João Manuel Fernandes Faria da Cunha*

*Representante do Grupo Municipal do CDS/PP - Maria Clara Barros Guilherme Monteiro*

*Representante do Grupo Municipal do BE - Mónica Cristina de Faria António*

*Representante do Grupo Municipal do PCP – Alberto José da Silva Santos*

*Verificada a conformidade formal do processo, a legitimidade e a identidade dos membros nomeados, eu, Carlos Manuel Bernardo Ascenso André, Presidente da Assembleia Municipal em exercício, declaro-os investidos nas vossas funções, do que, para constar se lavrou o presente termo de posse.”*

**10-06-09 AM**



**1. DEBATE SOBRE QUESTÕES DE SEGURANÇA NO CONCELHO DE LEIRIA  
(COM A PRESENÇA DE REPRESENTANTES DA PSP, DA GNR E DA PROTECÇÃO  
CIVIL);**

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Senhoras e senhores membros do Conselho Municipal de Segurança, senhoras e senhores deputados, senhor Presidente da Câmara Municipal de Leiria, senhores vereadores.

O acto em acabámos de tomar parte, nem posso dizer a que acabámos de assistir, é o acto em que tomámos parte porque nele participámos todos, participaram os membros da Assembleia Municipal na medida em que este acto tinha que decorrer por força da lei perante a Assembleia Municipal, reunida em sessão, neste caso em sessão ordinária, e tomaram parte os membros do Conselho Municipal de Segurança agora empossados, é um acto que tem um significado mais do que meramente simbólico e eu gostava de sublinhar esse aspecto.

Ao Conselho Municipal de Segurança não lhe compete, obviamente, zelar pela segurança dos cidadãos, isso é uma tarefa que cabe às forças de segurança e às entidades ligadas à segurança. Mas ao Conselho Municipal de Segurança compete-lhe pronunciar-se sobre acções, compete-lhe fazer diagnósticos, compete-lhe fazer um conjunto de reflexões, compete-lhe alertar se for caso disso, compete-lhe fazer propostas, ou seja, o Conselho Municipal de Segurança de facto, tenta representar, tenciona representar, assim é o objectivo consagrado na lei e esse é o resultado da deliberação da Assembleia Municipal também, o Conselho Municipal de Segurança tenta representar as várias entidades que de uma forma mais ou menos directa tem a ver com as múltiplas questões ligadas à segurança nesta nossa área territorial, que é a área do Concelho de Leiria.

O que se espera do Conselho Municipal de Segurança é que seja activo. Será convocado, obviamente, pelo Presidente da Câmara Municipal, e o que se espera é que ele seja activo, que dê conta das preocupações dos nossos concidadãos, dê conta das angústias dos nossos concidadãos, dê conta dos problemas que cada um de nós vai detectando na rua ou detectando directamente, ou detectando porque lhe fazem sentir aqueles que connosco privam, que connosco convivem no quotidiano da nossa vida. A verdade é que as questões de segurança nas sociedades modernas são



cada vez mais questões candentes, são cada vez mais questões preocupantes, questões de segurança de múltipla natureza. Basta lermos um jornal hoje, basta termos acompanhado os jornais nas últimas semanas, para pensarmos que pode haver questões de segurança tão vastas como um derrame de petróleo e que põe em risco todo o ecossistema e uma parte grande do território, como podem ser questões de segurança os assaltos que esta noite aconteceram na África do Sul, onde jornalistas portugueses, nem no hotel onde estavam alojados, puderam ficar descansados. Tudo isso faz parte das inúmeras questões de segurança. São pequenas coisas, mas nalguns casos as pequenas coisas são coisas grandes para as pessoas que com elas se vêm confrontadas, noutros casos são de facto assuntos de grande importância.

Têm implicações de natureza social e por isso a Segurança Social, a Reinserção Social, há muitas entidades ligadas à área social que estão representadas no Conselho Municipal de Segurança, têm implicações de natureza social, têm muitas implicações ligadas ao tráfico de droga e estupefacientes e essa área está aqui representada. Tem implicações ligadas aos bombeiros, às forças de segurança, como em princípio é compreensível, por isso espera-se que todas estas pessoas, numa reunião onde se junta um conjunto de representantes que de outra forma não se juntariam, que são levados a dialogar entre si, pessoas que normalmente não conversam entre si porque não têm um fórum onde se encontrar.

O Conselho Municipal de Segurança é um órgão grande, não é um órgão executivo, não é um órgão que vai tomar decisões nem é um órgão que se espere que vá resolver os problemas de segurança do Concelho de Leiria. O Conselho Municipal de Segurança visa, como eu disse, reflectir, debater, eventualmente fazer o diagnóstico, fazer alertas e eventualmente fazer propostas no sentido de que nós e com os nossos concidadãos, nos sintamos melhores e como decorre da própria palavra, nos sintamos mais seguros.

Permitam-me que em nome de todo o Concelho, este órgão a que presido é um órgão que representa o Concelho inteiro, agradeça a disponibilidade dos membros agora empossados e lhes deseje o maior sucesso no exercício das funções de que agora acabaram de tomar posse. Muito obrigado.

A nossa sessão, tal como eu disse, prosseguirá com o debate sobre as questões de segurança no Concelho de Leiria, debate que foi agendado por decisão da própria Assembleia, decisão aliás tomada por unanimidade.





A proposta para realizar esta sessão partiu do deputado José Alves, que para tanto se ausentou da Mesa e foi ele próprio fazer a proposta, e depois a proposta foi votada e aprovada por unanimidade. A Assembleia acolheu-a, por isso a votou, e entendemos que seria mais prático realizá-la numa sessão que por via de regra não é uma sessão demasiado pesada, a sessão de Junho. É o que vamos fazer agora. Poderíamos fazer uma sessão inteira, três, quatro, cinco horas a debater as questões de segurança, as questões de segurança podem ser debatidas com muita gente, são debatidas no Conselho Municipal de Segurança com todas estas pessoas que são dezenas de pessoas, ou podem ser debatidas seleccionando, quem escolhe exclui como sabem.

Nós determinámos um tempo máximo de uma hora, uma hora e meia, para este ponto de debate das questões de segurança no Concelho de Leiria, isso obrigou a fazer escolhas e a fazer exclusões. Eu espero que todos compreendam isso. O deputado que fez a proposta, o deputado José Alves, a quem eu pedi por ter sido ele o autor da proposta e não por qualquer outra razão, e assim farei sempre, quando alguém fazer uma proposta o ponto será apresentado pelo proponente. Parece-me que é assim que deve acontecer e está, de resto, no Regimento. Fará a apresentação da proposta e justificar-se-á, mas ele conversou comigo acerca do modelo que deveríamos adoptar nesta reunião, o consenso a que chegámos foi o seguinte:

As duas forças de segurança deveriam estar representadas, ou seja, deveríamos endereçar o convite à Guarda Nacional Republicana, que está cá, através do seu comandante, o senhor Coronel Pinheiro, a quem eu agradeço muito a disponibilidade para estar aqui, à Polícia de Segurança Pública que está cá representada através do senhor Intendente Rui Conde, muito obrigado também, ou seja, dos respectivos comandantes distritais, e é para nós uma honra que tenham aceiteado representar-se através dos seus comandantes distritais. E depois, desenhava-se perante nós um problema sério. Havia muitos parceiros envolvidos na área da segurança que deviam estar aqui representados, os bombeiros, o comando distrital das operações de socorro, o INEM, tudo isto tem a ver com a segurança, e fizemos uma opção, alguém que poderia ser, embora vagamente, o denominador comum de várias áreas, que é o comandante distrital das operações de socorro, e não podemos ir mais longe a menos que disséssemos a cada um deles que nos falasse cinco minutos, e isto transformava-se numa coisa sem sentido nenhum.



Portanto, a cada um deles demos um período que oscilará entre os dez e os quinze minutos, não mais do que isso, e a todas as outras entidades que não foram convidadas a fazer parte da apresentação nesta sessão, eu peço que compreendam que não se tratou de nenhuma omissão deliberada. Tratou-se do simples critério, como eu disse quem escolhe tem que excluir, na impossibilidade de ter seis, sete, oito pessoas e gastarmos horas nesta sessão, escolhemos três que nos pareciam deveras representativas do espírito que esteve subjacente à proposta apresentada pelo deputado José Alves. Ele introduzirá o ponto e depois darei a palavra, por esta ordem, à Polícia de Segurança Pública, parece-me que foi o acordo que estabeleceram, depois à Guarda Nacional Republicana, isto não envolve nenhuma hierarquia da minha parte, depois ao comandante distrital das Operações de Socorro, e finalmente, às senhoras e senhores deputados municipais que eventualmente queiram usar da palavra, nomeadamente questionar as intervenções que foram feitas, e ao cabo de uma hora hora e pouco, terminaremos este ponto. Espero eu!

Há aqui um problema, espero que acabe por se resolver, mas sei que as pessoas que vêm fazer intervenções, pensaram vir projectar imagens. Na verdade ninguém nos fez saber isso e nesta sala não há sistema para fazer essa projecção. Ao que sei, está a tentar-se resolver o problema. Se se resolver óptimo, se não se resolver eu peço desculpa por esta falha, que é uma falha involuntária, uma vez que por parte da Mesa da Assembleia não havia conhecimento dessa intervenção.

Senhor deputado José Alves tem a palavra.

***DEPUTADO JOSÉ ALVES (PS)***

José Alves, do Partido Socialista.

Também quero renovar os meus agradecimentos aos representantes distritais convidados para esta sessão. Isso já foi focado pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, mas eu não quero deixar de o fazer porque fui eu que fiz o contacto directamente com os respectivos gabinetes, e a prontidão com que acolheram este pedido merece o meu agradecimento.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores deputados municipais, minhas senhoras e meus senhores.

Em primeiro lugar quero agradecer a presença, repetida, das autoridades distritais e locais de protecção civil e forças de segurança, que tão prontamente aderiram ao



convite que lhes formulei, em representação do senhor Presidente da Assembleia Municipal e consequentemente em nome desta Assembleia.

Trata este ponto da sessão, da questão da segurança.

Em primeiro lugar quero referir que atento o agendamento e tempo disponível, este tema será tratado de acordo com as competências das entidades presentes (a Protecção Civil, a GNR e a PSP), tendo como objectivo perceber melhor essas competências, a sua execução isolada e conjunta, em tempo de paz e de guerra, ou seja em casos normais e anormais, e finalmente o planeamento das respectivas acções, a articulação entre todos os agentes relacionados com a temática do socorro, protecção e segurança, tudo numa perspectiva positiva, de apreço até, mas sem escamotear as preocupações que nos assiste.

Este tema da Segurança surgiu no meu espírito, em consequência de diversas sugestões e preocupações que fui sentindo nos leirienses em consequência dos diversos cataclismos sísmicos que assolaram o mundo, e como causa mais próxima, as inundações na ilha da Madeira.

Outra circunstância que influenciou a proposta residiu na preocupação que notei na Câmara Municipal, nos Corpos de Bombeiros, e na população, quanto à intervenção dos bombeiros e do INEM no socorro às vítimas de qualquer sinistro, bem como, à protecção dos seus bens.

Toda a gente se lembra do caso do socorro a um sinistro na freguesia da Bajouca e da contestação dos Bombeiros Voluntários ao INEM, bem como a falta de definição de competência geográfica entre as diversas corporações de bombeiros. A isto acrescia a existência de uma reivindicação dos bombeiros municipais de passagem a sapadores e um conflito laboral relacionado com horas suplementares e com a chefia e autarquia.

Sendo compreensível que os Bombeiros Municipais pretendam ver as suas condições salariais e outras melhoradas, levantava-se a questão que a meu ver esta assembleia deveria discutir da manutenção ou não nos moldes actuais dos bombeiros municipais e a sua evolução ou não. Alguém me disse que Setúbal tinha extinguido os seus Bombeiros Municipais confessando aqui que não confirmei a veracidade desta afirmação nem as causas subjacentes a tão radical decisão.

Pareceu-me que toda esta problemática da protecção civil, com a ênfase na relação entre os diversos órgãos que a integram ou que com ela colaboram, e quer em



situações de menor gravidade quer nas de maior gravidade, não podia deixar de ser debatida neste órgão Municipal a que tenho a honra de convosco pertencer.

Há dias assisti ao debate dos Prós e Contras na RTP sobre esta temática, e confesso que não fiquei convencido de que (naquele caso Lisboa, aqui Leiria) devamos dar por adquirido, que estejamos seguros em caso de um qualquer dos cataclismos sísmicos e a ele associados, ou a uma tromba de água ou furacão que por aqui passe.

Os nossos pais lembram-se do ciclone de há muitos anos. A gente lembra-se de umas inundações e ventanias e do que se passou recentemente na zona do Oeste, em termos de assistência e sobretudo na demora no reabastecimento de energia eléctrica àquelas populações e empresas. Quando pensamos nos cortes frequentes de electricidade que sofremos constantemente no Invern, não podemos deixar de nos interrogarmos o que acontecerá em casos de maior gravidade.

Quanto à Segurança Policial e para além da interligação entre as diversas policias que muitas vezes parece ser pouco eficaz, preocupa-nos certamente a segurança de pessoas e bens. As ourivesarias por exemplo, um caso já recorrente no nosso concelho e até com uma vítima mortal na Bajouca.

O programa Escola Segura deixa-nos cheio de preocupações quanto à sua eficácia, atendendo ao número reduzido de meios e de pessoas a ele afecto.

A polícia de proximidade é um conceito cada vez mais presente no discurso político, sem sabermos exactamente que significado tem para as forças de segurança.

A existência ou não de polícia municipal, é uma questão que de 4 em 4 anos é discutida pelos candidatos às autarquias, sem se perceber muito bem se tem razão de ser a sua existência num concelho como o nosso.

O policiamento do estacionamento é um facto constante, sobretudo na cidade e sobretudo no estacionamento pago. No demais nem tanto.

A existência generalizada de arrumadores de automóveis, mesmo em parques pagos e policiados, é um facto com que temos de conviver, pagando duplamente tal estacionamento.

Pode ser verdade que os arrumadores sejam inofensivos mas a verdade é que ninguém tem a coragem de recusar o pagamento e tem o receio, porventura infundado, de que não pagando podem ver o carro riscado no regresso.

A questão parece agravar-se com uma espécie de organização fáctica, em que Leiria passou a ser distribuída por alguns, uma espécie de zonamento particular que gostaríamos de considerar espontâneo mas que nos parece organizado. A esta



organização de arrumadores acresce uma outra organização de pedintes provinda de outros lugares e para aqui trazida, como é notório com mulheres de origem romena. Estes aspectos contribuem para o sentimento de insegurança de muitos dos nossos concidadãos.

A colocação de câmaras de vigilância em certas ruas da cidade e a deslocalização para a baixa da cidade de um posto móvel da PSP eram propostas eleitorais do PS.

Ultimamente tem a imprensa dado nota de alguns crimes violentos contra pessoas e bens embora alguns sejam de origem passional e, por isso, não devam contribuir para esse sentimento já que tiveram motivações próprias. Contudo, ainda a semana passada várias lojas foram objecto de furto na Avenida Heróis de Angola em pleno dia.

Uma das questões que gostaria de ver respondida é a de saber se esta e outra criminalidade é importada e como em Leiria são controladas as pessoas (portuguesas ou estrangeiras) cuja permanência revela uma situação ilegal.

Em algumas periferias urbanas (Ex: Quinta da Alçada e zonas limítrofes e na Urbanização do Carloto) nota-se falta de investimento público e social, nota-se uma grande rotação de moradores e um provável apoio a praticas marginais.

Esta situação e outras conduzem-nos também à questão de que a montante das forças policiais haverá que criara as condições de habitabilidade, de iluminação, de transportes, de apoio social, de emprego, etc, etc, que previnam situações frequentes de marginalidade e que podem ir desde a prostituição ao tráfico de droga e até ao insucesso escolar e á falta de futuro dos jovens aí residentes.

Nas zonas rurais os assaltos a residências parecem frequentes.

Muitos outros assuntos gostaríamos aqui de tratar como a protecção do ambiente e os crimes ambientais que já fazem parte do nosso quotidiano, o programa verão seguro, a violência doméstica e contra as crianças, idosos em segurança, serviços de emergência, a existência e legalidade da segurança privada, designadamente dos estabelecimentos nocturnos e da fiscalização destes no que concerne ao seu horário, ruído e comissionistas. Acresceria ainda um flagelo de Leiria que é a Segurança Rodoviária tendo em conta a elevada sinistralidade que julgamos existir. Soma-se ainda a Segurança na Praia do Pedrógão na época estival tanto em terra como no mar.



Não nos atrevemos a falar dos riscos biológicos, químicos, radiológicos, nucleares e outros. Mas quando vimos o aparato nas Várzeas por um camião cisterna ter vertido ácido ficámos a pensar onde tínhamos os meios em casos maiores.

Ou seja, o tema proposto incluiria muitos mais aspectos como os referidos e a emergência médica (incluindo as urgências hospitalares). Por razões de tempo para a preparação desta temática e por razões de tempo na sessão da AM, hoje não o faremos. Mas fico na expectativa de a ele se poder voltar.

A última palavra para acabar como comecei:

Depois de cada um dos nossos convidados nos expor o que melhor entender sobre a situação actual de cada instituição no nosso concelho no que concerne á sua competência, organização, programas, planos, meios e recursos humanos e sobre os enunciados já referidos, gostaria de que se acabasse com a temática da organização geral do serviço de protecção civil e o modelo de relacionamento com os corpos de bombeiros existentes no nosso concelho e as forças de segurança na protecção de pessoas e bens, em casos de emergência médica (designadamente em doenças súbitas e graves, acidentes rodoviários de trabalho e outros incluindo o socorro a náufragos) em casos de cataclismos diversos, mesmo dos mais comezinhos como as inundações e incêndios urbanos e florestais.

Uma palavra par dizer que todos nós apreciamos o que de bom os serviços públicos aqui em questão nos oferecem diariamente muitas vezes de forma discreta como é apanágio de tais instituições. Temos a ideia de que além de dificuldades orçamentais graves haverá falta de meios materiais e humanos e que certamente com tais carências vão fazendo milagres. Esta AM não visa (nem o proponente deste tema) criticar tais instituições por quem nutre público respeito e consideração.

É apenas o desejo de conhecer melhor a realidade e de colaborarmos dentro das nossas competências municipais para a resolução de tais constrangimentos que nos leva a enunciar aqui algumas das muitas preocupações que pensamos ser portavoices dos munícipes de Leiria. O meu maior desejo é que fosse aqui respondido que nada disto se verificava e que estas preocupações não tinham qualquer fundamento. Fosse esta a resposta e esta sessão da AM já tinha valido a pena. Todos dormiríamos a partir de hoje mais descansados. Não o sendo, temos todos o dever de contribuir para a sua solução. A segurança, a nossa segurança, começa sempre em todos e cada um de nós, responsabilidade agravada por representarmos nesta sala mais de cem mil eleitores.

**10-06-09 AM**



Obrigado pela vossa presença. Disse!

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Muito obrigado senhor deputado.

Eu perguntava à D. Teresa se por acaso foi possível resolver o problema da projecção. É possível? Não sendo possível ainda, e enquanto vão tentando resolver, eu pedia ao senhor Intendente Rui Conde que fizesse a sua intervenção e gostava muito de agradecer ao senhor Intendente Rui Conde, que é o Comandante Distrital da Polícia de Segurança Pública, o facto de ter aceitado estar presente nesta Assembleia.

***INTENDENTE RUI CONDE (PSP)***

Muito boa noite a todos.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhores secretários, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores deputados, minhas senhoras e meus senhores, senhor Coronel Alberto Pinheiro, Comandante Distrital da Guarda Nacional Republicana, senhor Dr. José Manuel Moura, Comandante Distrital das Operações de Socorro.

A Polícia de Segurança Pública tem-vos a dizer aquilo que para a maioria já é conhecido. Portanto, o Comando Distrital de Leiria organiza-se, no que respeita ao Concelho e Município de Leiria, em duas esquadras territoriais, a esquadra de Leiria, no Castelo, e a esquadra dos Marrazes. Temos também uma esquadra de intervenção e fiscalização de trânsito, uma esquadra de intervenção policial e a esquadra de investigação criminal da sede.

A polícia assume e assumirá as suas responsabilidades e as suas competências legais, está permanentemente disponível para fazer parcerias com todas as outras entidades responsáveis, não só pelas questões de segurança como por todas as outras que lhe estão agregadas e que dela são decorrentes.

Estamos cada vez mais a fazer um esforço para adaptação diária e permanente às novas realidades, às novas situações que nos surgem, e portanto nesse aspecto, estamos também abertos às propostas que as autarquias tenham, no caso de Leiria, para nos fornecer.

A única coisa que eu vos posso afirmar é que faremos todo o esforço, a todo o momento, para estar actualizados, para dominar informação e para actuar onde efectivamente é necessário actuar e no momento que é necessário actuar.

**10-06-09 AM**



Senhor Presidente, nada mais tenho para dizer. Muito obrigado pela oportunidade.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Muito obrigado senhor Intendente.

Dou agora a palavra ao senhor Coronel Alberto Pinheiro, Comandante Distrital da Guarda Nacional Republicana, a quem além de agradecer uma vez mais a disponibilidade que manifestou em estar connosco, hoje aqui, peço-lhe desculpa desta impossibilidade técnica que já expliquei e que se ficou a dever apenas a um ruído na comunicação entre nós, porque de facto, eu convidei o senhor Coronel Pinheiro, ele mostrou disponibilidade para aceitar, e depois houve aqui uma falha de comunicação, porque nós não soubemos da necessidade de ter aqui mecanismos para projecção.

***CORONEL ALBERTO PINHEIRO (GNR)***

Muito boa noite a todos.

Em primeiro lugar gostaria de cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia Municipal, endereçando os votos de muito boa sorte nestas novas funções, cumprimentar o senhor Presidente da Câmara, todos os senhores deputados, e dizer que de facto é um privilégio para o Comandante da Guarda Nacional Republicana, ter oportunidade de ouvir os senhores deputados, de ouvir as suas preocupações e de falar sobre a Guarda Nacional Republicana.

Foram focados aqui alguns aspectos sobre a problemática da segurança, e partindo do princípio de que eu não consigo satisfazer um dos anseios ou uma das vontades do senhor deputado que fez aqui a apresentação da temática, dizer-lhe que está tudo bem, que não há problema nenhum, que se calhar já valia a pena estarmos aqui presentes. Mas gostaria de lhe dizer que pode estar descansado senhor deputado, como podem estar descansados os munícipes do concelho de Leiria.

A Guarda Nacional Republicana possui um conjunto de meios e de recursos que coloca à disposição, ao longo do dia e da noite, na segurança dos cidadãos do Município de Leiria, daqueles que vivem e dos que atravessam também o concelho e o distrito.

Dizer-lhe que estamos organizados ao nível do comando territorial com três postos territoriais que se espalham pelo concelho de Leiria, passo a citar:

O posto territorial de Leiria, o posto territorial de Monte Redondo e o posto territorial de Monte Real. Dizer também que estes postos têm em termos globais, um efectivo

**10-06-09 AM**





de cinquenta e oito militares. Temos aproximadamente nove viaturas disponíveis para o trabalho, e dizer também, que temos uma estrutura de investigação criminal distrital, que tem uma componente de oitenta e dois militares que exercem grande parte do seu esforço no concelho de Leiria.

Ao nível da estrutura da defesa da floresta contra incêndios, em particular também aquilo que nós consideramos uma preocupação do serviço de protecção da natureza e do ambiente, o núcleo de protecção ambiental do destacamento territorial de Leiria, possui um enquadramento que actualmente nos permite contar com um efectivo entre os GPF, que são os guardas florestais e os militares da guarda, cerca de dezasseis, que constituem aqui o efectivo que vai tentar gerir a problemática ambiental.

A problemática ambiental, que tem merecido por parte da Guarda Nacional Republicana uma grande atenção e uma grande preocupação, tem com certeza hoje um património, em termos de resultados, que satisfazem a acção do comando territorial.

Dizer também, que os cidadãos do Município do Concelho de Leiria, podem contar com o grande empenhamento do destacamento de trânsito de Leiria, que é um comando que exerce essencialmente o policiamento dos itinerários principais do concelho, como seja o IC2, parte da A1 e A8, A17, a EN-109, a EN-113, e portanto, um conjunto de itinerários que merecem a nossa preocupação e está afecto um comando específico que é o destacamento de trânsito.

Depois gostaria também de dizer, que há ao nível da investigação criminal uma valência muito orientada para a problemática da violência doméstica, que tem exercido o seu trabalho de uma forma muito sustentada, e que tem produzido resultados que eu poderia qualificar de fantásticos.

Hoje permite-nos ter um diagnóstico relativamente a esta problemática, como uma boa rede de respostas às situações que hoje a este nível preocupam a sociedade, preocupam as vítimas, preocupam os filhos e preocupam muito também aquilo que são os agressores. E aqui, a Guarda Nacional Republicana tem uma estrutura organizada, que desenvolve a sua acção de uma forma muito concertada em ligação próxima com um conjunto de entidades e instituições da sociedade civil, que têm sobre esta problemática também uma grande responsabilidade.

E por último dizer-lhe, que o Município de Leiria tem como comandante de uma área de responsabilidade como é o concelho, o senhor Tenente Machado, e que hoje



assinou aqui como representante da Guarda, fazendo parte do Conselho Municipal de Segurança, e ele será o fiel depositário de um conjunto de responsabilidades que vai colocar à disposição do Município e do concelho, e sempre será também aquele que vai exigir do comando as melhores respostas e as respostas mais adequadas aos problemas que aqui foram apresentados.

Não tive oportunidade de fixar todas as questões que foram levantadas pelo senhor deputado sobre a temática da segurança. Falou em relação a alguns aspectos que eu tentei responder de uma forma muito breve, mas também gostaria de lhe dar a entender que a Guarda Nacional Republicana teria todo o gosto em recebê-lo no Comando Territorial para assim lhe dar melhor esclarecimentos sobre a nossa organização e outros aspectos que eventualmente não tive oportunidade de, desta forma breve, responder.

Portanto, gostaria que saísse daqui com esta certeza de que os oitocentos homens que servem no Distrito de Leiria, estarão sempre preocupados com as pessoas que vivem no distrito, e em particular também com aqueles que vivem e passam no Município de Leiria. Muito obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Muito obrigado senhor Coronel.

Eu pedia agora a intervenção do senhor Comandante Distrital das Operações de Socorro, Dr. José Manuel Moura, ao que parece resolveu-se em tempo útil a questão da projecção.

***DR JOSÉ MANUEL MOURA (OPERAÇÕES DE SOCORRO)***

Boa noite!

Se me permite então, saúdo o senhor Presidente da Assembleia Municipal, cumprimento todos os presentes, e agradecer o convite que me foi formulado para aqui estar presente, uma saudação muito especial aos meus congéneres dos comandos distritais, Coronel Pinheiro e o senhor Intendente Rui Conde, e também se me permitem, uma saudação muito especial aos quatro comandantes dos Bombeiros do concelho de Leiria que aqui estão representados.

Se me permitem iria deslocar-me para ali, junto do retroprojector, porque a minha intervenção está suportada numa apresentação PowerPoint.



Como disse há pouco, agradecer o convite que me foi formulado para aqui estar presente, e a minha apresentação, antes de mais, porque também não me foram dadas grandes notas e grandes explicações sobre o que pretendiam da minha presença, é numa primeira parte mais genérica sobre o enquadramento legal da Autoridade Nacional de Protecção Civil, que tem as suas unidades orgânicas nos dezoito distritos do nosso território, e o comando distrital de Operações de Socorro em Leiria. Depois mais à frente, um detalhe daquilo que é o nosso dispositivo e daquilo que é a nossa competência.

A Autoridade Nacional de Protecção Civil tem como missão em primeiro lugar planear, executar e coordenar a política de Protecção Civil, aquela que é emanada dos diferentes regimes jurídicos, que têm sido alterados e sobretudo nestes últimos cinco anos. Tem havido uma grande produção legislativa nesta área da protecção e socorro, com resultados que têm trazido à colação com alguma objectividade, como podemos ver nalguns mapas e quadros que a seguir representarei, a prevenção e reacção a acidentes graves e catástrofes, protecções das populações, e temos aqui uma competência específica, que é a superintendência da actividade dos corpos de bombeiros. Ainda na nossa missão operacional, garantir a continuidade da orgânica e territorial do sistema de comando de operações de socorro, algo que foi profundamente alterado sobretudo pelo sistema integrado de operações de socorro, que também tentarei explicar mais detalhadamente, e acompanhar tudo o que são operações de socorro nos âmbitos local, municipal ou nacional.

Planear e garantir a utilização, nos termos da lei, dos meios públicos e privados, como de resto tem acontecido e sobretudo em operações de socorro de alguma envergadura, tivemos aqui no caso do Concelho de Leiria, assegurar a coordenação horizontal de todos os agentes de protecção civil, e vamos ver de que forma isso acontece, nomeadamente aqui no âmbito da defesa da floresta contra incêndios, que por maioria de razão e estamos precisamente a atravessar esta época, no início do dispositivo, onde nós temos três pilares institucionais. A autoridade fiscal/nacional no ordenamento do território, na gestão activa da floresta e silvicultura preventiva, e depois dois grandes pilares do âmbito da Guarda Nacional Republicana e da Autoridade Nacional de Protecção Civil, um com responsabilidades objectivas no combate, outro, a GNR, com responsabilidade na redução, fiscalização e detecção dos incêndios.



A propósito disto surgiu e no âmbito dos incêndios florestais, uma directiva operacional nacional que tem força de lei, que é aplicada, em que obriga a que todos os agentes que concorrem no âmbito da protecção civil, para esta directiva, é subsidiário todos os documentos que são emanados de todos os agentes de protecção civil, sejam eles da GNR, da PSP, da Autoridade Florestal Nacional, e portanto, estão todos regulados. Isto porquê? Porque é a partir deste documento que há uma coordenação institucional e uma articulação entre os diferentes agentes de protecção civil. Tem aqui um conjunto de panóplias mas sobretudo este último parágrafo, tem como principal missão servir de referência à elaboração de todas as directivas, planos ou ordens, que são emanadas dos diferentes agentes.

Tem o princípio do comando único, sobretudo com esta tal proliferação legislativa que surgiu nestes últimos quatro/cinco anos à cabeça, a lei de bases de protecção civil, que vem emanar aqui um conjunto de novos princípios, uma nova responsabilidade política, novos agentes de protecção civil. Também estão perfeitamente definidos o sistema integrado de operações de socorro, este sim, veio definir os princípios basilares daquilo que é o princípio do comando único, em que cada momento há uma e uma só pessoa a comandar qualquer operação de socorro, seja ela de âmbito municipal, distrital ou nacional, e no limite, no princípio subsidiário internacional, como aconteceu recentemente em operações internacionais, nomeadamente agora no sismo que ocorreu no Chile, onde estivemos presentes precisamente no princípio da subsidiariedade e aplicando este princípio. E a Autoridade Nacional de Protecção Civil tem esta responsabilidade de execução da política de protecção civil.

Em termos de coordenação institucional, eu passava deste slide para o patamar distrital, este sim que é o Centro Coordenador Operacional Distrital, este centro funciona conjuntamente na iminência de um acidente grave ou de catástrofe, ou seja são arrolados a autoridade política que é o Governador Civil, o Comandante Operacional Distrital e um delegado de cada uma destas entidades – a GNR, a Autoridade Florestal Nacional, Forças Armadas, PSP e INEM.

Devo dizer que, junto do comando distrital funciona um estado-maior, com um dos oficiais de ligação de uma destas entidades. Aqui a GNR representada pelo Capitão Ribeiro dos Santos, a PSP por um subcomissário Bruno Soares, mas todas as outras entidades têm um oficial de ligação junto de nós. Isto para quê? Para que nós consigamos no âmbito de qualquer emergência, de qualquer tipo de operação de



socorro, estarmos dotados de todos os saberes daqueles que potencialmente podem interferir numa qualquer acção de socorro. Mas também podem ser arrolados qualquer outro tipo de técnicos, sejam eles da Autoridade Nacional ou técnicos de outras entidades. Recentemente tivemos aqui no concelho de Leiria um acidente com matérias perigosas, um derramamento de uma matéria perigosa (ácido clorídrico) na nacional 109, no acesso à A17, onde de facto eu tive que fazer uso desta prerrogativa, poder envolver junto de mim, por exemplo, um engenheiro químico, com outro diferente saber, que foi preciso para me ajudar no apoio à decisão.

Esta é a estrutura que hoje está, percebendo este quadro temos aqui quase tudo do que eu disse há pouco. Esta é a estrutura de direcção e comando único. Temos aqui os órgãos de direcção e coordenação e execução política de protecção civil, ao nível nacional, ao nível do Ministro da Administração Interna, por competência delegada do Primeiro-Ministro, temos a Comissão Nacional de Protecção Civil que funciona como que o Parlamento, a assembleia que dota o seu ministro de todo o saber em termos nacionais, e depois tem a Autoridade Nacional de Protecção Civil. Ao nível distrital temos uma comissão distrital de protecção civil, da responsabilidade do Governo Civil, com um conjunto de agentes envolvidos, e depois temos aqui a tal estrutura dos SIOP – Sistema Integrado de Operações de Socorro, que funciona estruturalmente, permanentemente, H24, vinte e quatro horas por dia na nossa estrutura, no comando distrital, no caso de Leiria funciona no 2º piso do edifício do Governo Civil, para quem não saiba, mas não tem que ser assim, noutros distritos é noutro edifício completamente diferente. Em termos de conjunturalmente, funciona então o tal centro coordenador operacional onde nós reunimos com todos os diferentes oficiais de ligação nas diferentes áreas.

Depois temos a cadeia de direcção política, naturalmente o princípio da municipalidade, o Presidente da Câmara no primeiro nível é sempre responsável no seu município, por qualquer acção de socorro, e aqui aplica-se sempre o princípio da subsidiariedade, o que ficar bem resolvido ao nível municipal não precisará de passar ao patamar seguinte, que é o nível distrital, da mesma forma que o que nós consigamos resolver ao nível distrital não passará ao nível nacional e, no limite, ao nível internacional.

Esta é a cadeia de comando como disse há pouco, o nível internacional neste caso é o mecanismo europeu de protecção civil. Depois no conceito de operação, temos aqui alguns princípios que porventura nesta Assembleia não fará muito sentido



desenvolver, os princípios da resposta do comando único, a capacidade de antecipação, a resposta integrada do dispositivo, e aqui concretamente, o nosso plano operacional distrital nomeadamente para o dispositivo dos fogos florestais.

A nossa estrutura é esta, há um comando distrital, há um segundo comandante distrital, um adjunto de operações de socorro, e depois temos aqui nestes quatro sectores: a sala de operações chefiada por um chefe de sala, com os operadores que funcionam vinte e quatro horas por dia, temos a segurança contra incêndios em edifícios que porventura é um front-office muito importante e desde o transacto ano tem tido uma visibilidade muito grande e no nosso distrito, porque é um distrito muito empreendedor, a abertura de novas indústrias, fábricas, restaurantes, o que quer que seja tem de passar por esta análise técnica dos projectos de segurança contra o risco de incêndio, depois o planeamento, onde temos uma Técnica Superior, e um secretariado com assento administrativo. Esta é a orgânica de hoje, porventura, o senhor Presidente da Assembleia Municipal conheceria uma outra, condizente com as funções de Governador que já não se compadece, onde havia uma delegação distrital de Protecção Civil e uma Inspecção de Bombeiros. Portanto, isto está fundido nesta Autoridade Nacional e portanto temos uma estrutura completamente diferente.

Contudo, no âmbito dos incêndios florestais a nossa ameaça continua a ser esta, é de podermos pensar que o problema está resolvido, não está, se estamos melhores estamos, hoje estamos melhor que ontem, e amanhã vamos estar melhor que hoje, mas o problema não está resolvido. E esse é um problema com que, quer eu com a estrutura operacional e os seus comandantes e com os que aqui estão presentes, já foi por demais evidente, é um trabalho permanente, de estarmos vinte e quatro horas sobre vinte e quatro sobre este problema, isto até porque, as condições meteorológicas extremas com a acumulação de biomassa potenciam o risco. E então, temos estas variáveis que depois são o output desta equação, não muito feliz.

Para situações meteorológicas extremas juntamente com o ordenamento ainda existente da nossa floresta aumenta o risco potencial dos incêndios florestais.

E depois, há aqui alguns quadros, esta é a área ardida em termos nacionais, há uma meta no plano nacional que era ficarmos abaixo dos cem mil hectares/ área ardida, é um número que está a ser amplamente conseguido, sendo certo que em 2009 já temos aqui um pequeno somatório que entre 2007 e 2008 já chega e ultrapassa no somatório.



No nosso distrito, tivemos este pique em 2005, e aqui o concelho de Leiria sentiu muito na pele, de facto este ano foi completamente atípico, e depois temos vindo aqui num decrescente, com os números do ano passado e de há dois anos, de facto números francamente muito positivos e difíceis de manter e só é possível de facto ao dispositivo que se tem, à capacidade de mobilização notável de todos os agentes, e desde logo naturalmente dos corpos de bombeiros.

O número de ocorrências em termos nacionais mas também no nosso distrito que tem vindo a ter uma progressão decrescente, o que também é significativo e não deixa de ser relevante.

Os tais briefings que me referia há pouco, têm sempre um representante do Governo Civil, o Comandante Distrital e depois os tais técnicos que à volta da mesa, todas as quartas-feiras, de uma forma mais alargada e de uma forma mais restrita da nossa estrutura de comando, todos os dias, analisamos o dia anterior e projectamos o dia seguinte, da mesma maneira que a nível distrital fazemos também uma intervenção de preparar a semana seguinte. Esta intervenção com meios aéreos no âmbito da cobertura para se demonstrar que Leiria está perfeitamente coberto durante todas as fases, mas trazia aqui e foi o que trouxe mais concretamente, o concelho de Leiria, este dia 4 de Agosto de 2005, porventura os senhores comandantes, todos eles, estão lembrados, mas muitos dos senhores que aqui já desempenhavam, penso eu, funções autárquicas ou outras, conhecerão bem este dia. Foi um dia de condições meteorológicas extremas, quarenta e quatro graus de temperatura, tivemos uma série/estatística de cerca de quinze dias com temperaturas deste tipo, 14% de humidade relativa e ventos de Leste. Portanto estava aqui a equação suficiente para que estivéssemos na presença de um desenvolvimento de incêndios catastróficos.

Foi o que aconteceu! É um dos piores dias que há registados, desta década, o que aconteceu no dia 5 de Agosto de 2005 (vimos esta panorâmica).

Portanto o concelho de Leiria com três grandes incêndios, nas Cortes, Souto da Carpalhosa e Colmeias, tínhamos neste dia todo o dispositivo do nosso distrito aqui no concelho de Leiria, e rapidamente os outros concelhos do distrito começaram a ter problemas.

Portanto, isto há cinco anos foi o que aconteceu, depois com ventos de Leste ainda a importarmos o que vinha do Distrito de Santarém, e portanto foi muito difícil, espero que seja um dia e momentos que nunca mais se repitam.



Depois aqui há algumas circunstâncias que têm a ver com o alerta, mas sobretudo e para terminar, este mapa que penso que nos tem que fazer reflectir, ou seja, são os cinco primeiros meses de cada ano de 2001/2007. E portanto, quem não quiser ver é porque está a fazer um difícil exercício de conseguir interpretar, aqueles que dizem que de facto as condições meteorológicas não nos têm afectado e que não concorrem de alguma forma para algumas das grandes catástrofes que há pouco o senhor Presidente acabou por referir, seja no Haiti, seja no Chile, seja nos Estados Unidos, em qualquer ponto do mundo, como vimos agora um vulcão meteu quase metade do hemisfério norte parado, e portanto convém parar um pouco para reflectir nem que sejam os quinze minutos que me deram aqui de atenção. Muito obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Muito obrigado senhor comandante.

Foram feitas as três intervenções. Repito a nota inicial que fiz, foram estas três deveriam ter sido seis ou sete, deveriam ter falado os senhores comandantes dos bombeiros, deveria ter falado o INEM, não me levarão a mal, foi o consenso a que conseguimos chegar, tentando racionalizar o tempo de que dispomos, e peço uma vez mais desculpa aos senhores comandantes dos bombeiros, que estão também presentes nesta sala, além de que tomaram posse como membros do Conselho Municipal de Segurança, mas a organização do tempo da Assembleia não se compadecia com outro tipo de metodologia.

E agora a palavra está para os senhores deputados, para fazerem as perguntas que entenderem, e eles responderão no final, um de cada vez, e terminará este ponto.

Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Leiria.

***DEPUTADA LAURA ESPERANÇA (Presidente da Junta de Freguesia de Leiria)***

Laura Esperança, Presidente de Junta da Freguesia de Leiria.

Uma saudação muito genérica, de qualquer forma queria cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia Municipal, a respectiva Mesa, senhor Presidente da Câmara Municipal, os senhores vereadores, os colegas deputados, a Comunicação social e todos os presentes, uma saudação muito carinhosa ao senhor Intendente Rui Conde, ao Coronel Pinheiro e ao Dr. José Manuel Moura. Isto de ser Presidente de Junta de Freguesia assim do coração da cidade traz-me alguns privilégios e um deles é poder contactar de perto e ter um relacionamento realmente muito próximo.





De tudo o que ouvi, não posso mais agradecer e agradecerei a ideia oportuna que foi este tema da segurança, e talvez por uma questão pessoal e perdoe-me a nota pessoal, o meu bisavô foi Chefe da PSP de Leiria, onde funciona o actual SEF, e u fiz o serviço cívico nos Bombeiros Municipais. Portanto, eu tenho um carinho enorme pelos bombeiros municipais, por esses soldados da paz e por todas as pessoas que têm responsabilidades na Segurança.

E por isso, eu tenho um projecto e que foi objecto de grandes reflexões no tempo da minha campanha eleitoral, e senti, porque tenho uma grande proximidade com as pessoas, ou sinto que tenho uma grande proximidade com as pessoas, que há na verdade uma discrepância entre o que as pessoas sentem de segurança e a forma como sentem a segurança, e a forma, como nós sabemos, que é feita a organização nesse sentido. E gostaria de dizer que gostava de incrementar um diagnóstico sobre segurança que era um estudo científico com o objectivo de medir e comparar o sentimento de insegurança na Freguesia com os dados da PSP e outras forças de segurança, pretendia por isso agir no sentido de obter mais meios para a Freguesia, nomeadamente mais efectivos, mais videovigilância, e as tão necessárias esquadras de proximidade. Esta análise, pensamos todos, porque é uma reflexão que na altura foi conjunta, inclusivamente com o programa do PSD da Câmara Municipal, resultaria num contrato local de segurança, envolvendo a participação de todos, para que se encontrem rapidamente formas de Leiria ter um serviço eficaz e estruturado, de governance e de segurança.

Nesse sentido e pelo que foi apresentado, fico um pouco sem saber se terei que discutir, e no caso de haver uma outra sessão estou ao dispor para colaborar se fosse caso disso, estas questões de segurança ou neste caso a evolução deste processo, se é feito aqui ou se é feito com o senhor Presidente da Câmara Municipal?

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

É feito no Conselho Municipal de Segurança ao qual a senhora Presidente pertence.

***DEPUTADA LAURA ESPERANÇA (Presidente da Junta de Freguesia de Leiria)***

Muito bem, então será!

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Muito obrigado.

Senhor deputado João Cunha.

10-06-09 AM



***DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)***

João Cunha, PSD.

Boa noite a todos.

Um especial cumprimento à Mesa da Assembleia Municipal, excelentíssimo corpo do executivo municipal, na pessoa do senhor Presidente e demais vereadores, um cumprimento a todos os senhores deputados, digníssima assistência e à comunicação social, ao staff, a todos muito boa noite.

Tecendo rápido e breve relativamente a este ponto, nós ficámos com a ideia que este tema da questão da segurança iria ser tratado numa Assembleia Municipal específica, só para este tema. Verificámos posteriormente que isso foi posto como apenas um ponto da ordem de trabalhos, enfim, respeitamos a metodologia mas realmente ficou aquém da expectativa que era criada em relação a esta matéria.

De todo o modo, também verificámos aqui que a preparação da parte do enquadramento de apresentação do tema também prejudicou, penso eu, inclusivamente a intervenção aqui dos nossos ilustres convidados que também aproveitou para saudar, todos eles, e agradecer também da parte do PSD, o contributo que estão a dar naturalmente, para que nós possamos todos estar um pouco mais dentro destas matérias. Ainda assim, não queremos deixar passar em claro que a apresentação que o senhor deputado José Alves fez sobre esta matéria. Foi nitidamente uma intervenção que caberia agora, se calhar, nesta fase, em que é dada a oportunidade aos deputados de se manifestarem. Mas também não nos causa nenhum problema intelectual sobre essa matéria.

Queríamos deixar no entanto isso bem frisado, gostaríamos que este tema da segurança fosse objecto de uma Assembleia Municipal específica, porque o tema é tão vasto e tão importante que justificava ouvir os nossos convidados e naturalmente outras instituições a dar um contributo muito mais profundo e muito mais sério sobre esta matéria. Muito obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Muito obrigado.

Senhora deputada Patrícia Ervilha.

***DEPUTADA PATRICIA ERVILHA (PS)***

Boa noite.

Patricia Ervilha, Grupo Municipal do PS.

10-06-09 AM



Eu vou ser muito concreta e concisa. Em primeiro lugar, e passando a fase dos cumprimentos, agradeço, em nome do grupo municipal do PS, aos nossos convidados a presença e as palavras, apenas duas questões que penso que tem a ver com todos.

Relativamente ao programa Escola Segura, até porque na intervenção do deputado José Alves foi tocado esse tema, gostaríamos de saber qual é o ponto de situação em relação aos recursos humanos, ou seja, concretamente se há ou não há diminuição dos recursos humanos como foi referido. Depois uma segunda questão relativa às periferias urbanas, nomeadamente mais do que uma questão são preocupações que todos temos, como seja o que é que está pensado em termos de uma intervenção mais específica nas periferias urbanas, nomeadamente questões como a iluminação pública, espaços de sociabilização, as acessibilidades, a vigilância, o que é que está pensado. Muito obrigada.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Muito obrigado.

Tem agora a palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Azoia.

***DEPUTADO MANUEL CARVALHO (Presidente da Junta de Freguesia de Azoia)***

Boa noite!

Manuel Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Azoia.

Cumprimento a Mesa, os convidados e os senhores deputados, público aqui presente e comunicação social.

A Freguesia de Azoia é uma Freguesia que em termos de segurança tem tido alguns problemas, nomeadamente em questões de segurança rodoviária, por causa das estradas nacionais que a atravessam. De qualquer maneira, além da questão da segurança rodoviária, há uma outra questão que me preocupa aqui e que tem a ver com aquilo que foi aqui dito em relação à questão dos incêndios florestais.

No dia 5, precisamente quando se levou a cabo a acção "Limpar Leiria", uma das zonas que se limpou foi uma zona de mata bastante extensa que fica situada entre a Freguesia de Azoia e a Freguesia de Maceira. Limpámos os lixos mas não se limpam os matos. E não estou a dizer que é com uma iniciativa destas que se limpam os matos, porque essa é uma tarefa mais árdua, mas sem limpar matos dificilmente se conseguem combater incêndios florestais, apesar de termos homens e



meios que não tínhamos há alguns anos. Mas também os matos não eram tão densos, os matos não estão só na floresta, os matos estão ao pé da porta das pessoas.

No mundo rural, há trinta anos atrás, não havia nenhum incêndio porque os agricultores limpavam os matos, aproveitavam as lenhas, lavravam e aravam toda a terra, assim as parcelas agrícolas cultivadas não tinham material inflamável. E a questão que me preocupa um pouco, digamos, colateral mas relacionada, é o abandono em que está o mundo rural. O abandono em que estão os agricultores, o abandono em que está o campo e as pessoas que dele vivem, e todos nós sabemos que, foi aqui referida a questão, do incêndio de 2005, obviamente com temperaturas nocturnas de 40°, com humidade muito relativa, e ainda por cima com ventos vindos de Leste, não há meios de socorro que possam resistir.

Eu lembro-me perfeitamente que na Torre, por exemplo, numa casa havia garrafas, em que o vidro fundiu. Portanto, com este tipo de situações, todos nós nos sentimos um pouco inseguros.

E por isso eu apelava aqui, às entidades governamentais, para que protegessem mais a agricultura, protegessem mais o campo, porque além de melhorar a economia e criar muito emprego, além de se deixar de importar muitos produtos do estrangeiro, seria também uma forma de combater muitos incêndios.

Quero dizer que não estamos de facto seguros, mas temos homens que nos defendem e temos comandantes, sejam eles de que força de segurança forem, que de facto são verdadeiros comandantes e têm saber e dão o melhor pelas suas gentes.

Gostava de deixar aqui um elogio, sentido e sincero, ao trabalho que foi feito há alguns anos, em termos de segurança, pelo Coronel Alberto Pinheiro na Freguesia de Azoia, embora agora já não esteja no comando da GNR no que respeita à parte da segurança de pessoas e bens, mas estará nas mãos da PSP que certamente dará continuidade ao trabalho do Comandante Alberto Pinheiro, tem dado, apesar de na semana passada, nos lavadouros que foram construídos há muitos anos na freguesia para as mulheres lavarem a roupa, terem roubado todas torneiras, que estavam todas a funcionar e algumas com mais de quinze anos, e que julgo que são para as venderem ao ferro-velho, em dois lavadouros não ficou nem uma torneira.

Muito obrigado.



***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Muito obrigado senhor Presidente.

Tem agora a palavra o senhor deputado José Francisco e com esta intervenção dou por encerradas as inscrições para este debate.

***DEPUTADO JOSÉ FRANCISCO (CDS/PP)***

Boa noite a todos.

José Francisco, CDS/PP.

Os habituais cumprimentos a todos, Mesa, senhor Presidente, executivo, deputados, jornalistas e a todos presentes e em especial ao senhor Coronel Pinheiro, ao senhor Intendente Rui Conde e ao Dr. José Manuel Moura, os meus agradecimentos pela forma como nos agraciaram com a sua presença. Também lamento, igualmente como o senhor deputado João Cunha, que esta Assembleia seja tão restrita temporalmente, porque os temas seriam certamente muitos a debater.

De qualquer das formas, vou tentar passar a uma ou duas questões que pelo menos a mim me suscitam alguma preocupação, uma delas tem a ver com a velocidade que se circula dentro dos limites urbanos da cidade, nota-se um crescente, não tenho nada contra os “tunnings” nem contra esse tipo de actividade desde que ela seja feita dentro de determinados limites, ou seja, os carros podem estar bonitos, agora não têm é que transformar nem as ruas das cidades, nem as rotundas, em pistas para diversão própria, incomodando toda a gente e pondo em perigo a vida de todos os que por aí circulam e incomodando os que tentam dormir. Nem toda a gente consegue ter um bom isolamento em casa, já cheguei a pensar fechar uma janela pensando que ela estava aberta e estava fechada, tal não era o barulho do carro, são os escapes que eu tenho sérias dúvidas quanto ao barulho emitido por eles, que estejam dentro dos limites dos decibéis permitidos por lei, e que circulam por aí à vontade, não digo que a PSP não os persiga mas gostava de saber que mecanismos ou que meios seriam mais necessários, e porque nenhuma entidade consegue por si só fazer face a tudo isto, que tipo de intervenção conjunta seria necessária de forma a dissuadir este tipo de comportamentos abusivos e prejudiciais a todos.

E portanto a minha intervenção é principalmente dirigida ao senhor Coronel Pinheiro e ao senhor Intendente Rui Conde, no sentido de saber que meios é que necessitam e que apoio é que precisam de outras instituições, inclusive da Câmara Municipal, de forma a criar mecanismos dissuasores porque penso que a pedagogia não é



suficiente. Acho que não há pedagogia que pegue em determinados meios, há visados e visados. Muito obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Eu daria agora a palavra talvez pela ordem inversa que utilizei há pouco ou seja, em primeiro lugar ao senhor comandante distrital das operações de socorro, Dr. José Moura, se entender que alguma das questões lhe é dirigida.

***DR JOSÉ MANUEL MOURA (OPERAÇÕES DE SOCORRO)***

Sim, penso que há aqui uma questão colocada pelo senhor Presidente de Junta da Azoia, que tinha a ver com a limpeza de matos e com os comportamentos de cada um, enquanto cidadãos.

Eu devo recordar que existe uma disposição legal, que é o decreto-lei n.º 124/2006, que vem trazer responsabilidades a cada um de nós enquanto cidadãos naquilo que são a gestão das nossas faixas, sobretudo naquilo que rodeia as nossas habitações e os comportamentos, nomeadamente os seus autarcas têm muita responsabilidade nessa matéria, as Juntas de Freguesia ao nível das autarquias. E nós, temos o cuidado de, nos nossos briefings, serem levantados pelas autoridades policiais, são notificados os autos que cada uma das diferentes entidades vai fazendo ao longo de cada semana. Isto para dizer que há entidades, nomeadamente a REFER, a EDP, a começar pelas grandes redes, a rede de auto-estradas, que na atitude que têm que ter na limpeza das bermas e dos matos que lhes estão adstritos têm responsabilidades, e também proprietários privados que são notificados pelas forças de segurança e também pela Autoridade Nacional, precisamente para fazer esse tipo de limpeza. Mas essa, é uma responsabilidade que está na lei, é uma questão de ela ser mais ou menos aplicada.

Penso que nenhuma das outras intervenções se dirige a mim, mas eu não queria terminar sem mais uma vez agradecer ao senhor Presidente da Assembleia Municipal pelo convite que me formulou, dizer que a minha disponibilidade será permanente mas também não quero deixar de dizer, sobretudo pela intervenção do senhor deputado José Alves, que proferiu algumas opiniões acerca de determinadas situações muito pontuais, casos concretos do Concelho de Leiria, que eu não quero deixar de referir, penso que isso é uma circunstância. O concelho de Leiria está dotado de quatro corpos de bombeiros, por inerência das funções temos um comandante operacional municipal, é um dos cinco concelhos do distrito onde o



comandante operacional municipal está nomeado, e o senhor Tenente-Coronel Artur Figueiredo naturalmente está habilitado a discutir essas questões concretas do concelho de Leiria. E portanto, deixava aqui o desafio, com certeza eles estarão disponíveis naquilo que tem a ver concretamente com o problema dos corpos de bombeiros. Eu sou comandante distrital de operações de socorro não sou comandante distrital de bombeiros, de qualquer maneira eu tenho responsabilidades objectivas nessa matéria, tudo o que tem a ver com operações de socorro e dependendo da sua dimensão. E portanto, nessa perspectiva continuarei disponível para aquilo que entenderem, mas penso que num primeiro momento essas entidades também terão que ser envolvidas. Muito obrigado pela vossa atenção e continuação de um bom trabalho.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Muito obrigado senhor comandante.

Eu pedia agora que fizesse a sua intervenção o senhor Coronel Pinheiro comandante distrital da Guarda Nacional Republicana.

***CORONEL ALBERTO PINHEIRO (GNR)***

Muito obrigado senhor Presidente.

Falamos da Escola Segura. A Escola Segura é sempre para nós um tema aliciante, toda a gente gosta, acho que tratamos bem o tema, temos um bom relacionamento com a escola, com as problemáticas da escola, vamos contribuindo para algumas soluções, os efectivos que temos são os nossos efectivos, se eu perguntasse ao meu comandante se ele acha que eu queria mais gente ele todos os dias sabe que eu queria mais gente, quero mais viaturas, o que eu exijo de cada um dos homens e mulheres que está afecto a este programa é que de facto seja eficaz, seja eficiente, seja dedicado, isso será talvez a melhor estratégia para que o programa seja uma realidade e um contributo para a escola ter hoje um parceiro ao nível da segurança.

Incêndios florestais, a problemática da limpeza da floresta.

O decreto-lei n.º 124/2006, é um instrumento fantástico para nós andarmos sempre com aquilo que nós costumamos chamar processo de contra-ordenação. Este diploma prevê determinado comportamento, as pessoas não observam e o polícia vai actuar. Mas mais do que este diploma, quero primeiro agradecer ao senhor Presidente da Junta de Freguesia da Azoia as palavras que me dirigiu. De facto é sempre uma ternura estar com o senhor. E só podem ser referências por amizade e

10-06-09 AM



conhecimento há muito tempo, aliás, somos amigos, e isso é o que os amigos fazem, falar bem das pessoas que gostam.

Nós entendíamos sim, em relação à problemática da limpeza dos matos e da floresta, que não fosse pelo receio do decreto-lei n.º 124/06 mas sim dos incêndios. E quando chegar à consciência das pessoas que o problema da limpeza não tem a ver com uma contra-ordenação, tem a ver sim com o comportamento de risco, e começar a limpar por ser uma atitude natural, não tenho dúvida nenhuma que o trabalho vai ser muito melhor e vamos estar muito mais protegidos. Mas gostaria de lhe dizer que este ano, ao nível do decreto-lei n.º 124/06, já foram levantados quatro autos por parte da estrutura SEPN do destacamento territorial de Leiria.

Em relação à problemática do tuning e das velocidades e dos ruídos.

Todos os dias faço um número significativo de quilómetros na área do distrito, e faço um que é um trajecto pela A8, de Caldas da Rainha para Leiria. Todos os dias eu sou um rigoroso cumpridor das velocidades, e venho uniformizado numa viatura caracterizada e toda a gente me passa. Cheguei à conclusão de que o comportamento que tem a ver com esses cuidados de velocidade, do ruído e de outros, vem ao encontro da limpeza da floresta. Normalmente na A8 que é o circuito que eu faço, quando verifico determinados níveis de incumprimento, determino que haja acções concretas de controlo de velocidade. E é um exagero!

Eu tinha no meu projecto hoje para vos apresentar, um conjunto de dados ao nível distrital e do concelho, que apontam o grande empenhamento que fazemos em termos de controlo, porque não é só a velocidade, é o álcool.

O senhor deputado abordou a problemática da sinistralidade.

As pessoas hoje assumem, de uma forma deliberada, comportamentos de risco que se traduzem imediatamente na produção do acidente. Choveu hoje, às nove horas da manhã eu estava num briefing na minha sala de situação, onde me davam a conhecer o número de acidentes que tínhamos verificado nas últimas horas. E diziam que nas últimas vinte e quatro horas tínhamos tido vinte e dois acidentes, dos quais resultava entre outros, um morto, um rapaz de vinte e cinco anos. Mas entretanto, às nove horas, caíram na sala de situação sete acidentes imediatos. A chuva, que choveu sem avisar (até parece que não estava a chover), mas as pessoas às nove da manhã, porque vêm atrasadas às vezes para o trabalho, exageram e provocam imediatamente uma inflação muito grande naquilo que são as nossas estatísticas.





Mas eu penso que também a questão da pedagogia tem sempre sentido. Os miúdos normalmente estão associados a esses comportamentos do tuning, mas eu penso que a escola começa a ser um sítio onde nós se calhar temos que ir mais vezes, não tanto como a Escola Segura mas mais para participar nas acções pedagógicas orientadas para evitar esses comportamentos. Além daquilo que seja o trabalho de polícia, aquele aspecto marcial de mandar encostar, fiscalizar, e de vez em quando atuar, tem que ser, porque uma sem a outra não funciona, a gente sente que se não estiver lá o polícia a pedagogia não funciona.

Senhor Presidente, espero também ter respondido às questões, e dizer também que foi um privilégio estar aqui, a Guarda Nacional Republicana também, teria todo o gosto em receber o senhor deputado José Alves, para podermos em relação a essas situações conversar. Muito obrigado pelo convite. Senhor Presidente, foi um gosto vê-lo também.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Muito obrigado senhor Coronel. O senhor Intendente Rui Conde, comandante distrital da Polícia de Segurança Pública.

***INTENDENTE RUI CONDE (PSP)***

Muito obrigado senhor Presidente.

Eu começava exactamente por onde o senhor Coronel Pinheiro acabou, pelas pedagogias.

Infelizmente todos os dias temos operações de radar dentro da cidade de Leiria. Como os senhores sabem o aparelho fotografa as viaturas, e como se diz em português vernáculo todos os dias acaba o rolo, seja qual for o ponto que se escolha. Neste momento a pedagogia e a prevenção, acaba por ser um papel assumido naturalmente pela fiscalização directa e pela repressão que lhe é inerente, porque por muito que nós queríamos fazer pura prevenção neste tipo de situações, não funciona, infelizmente não funciona. Não funciona e nós começamos todos a ver, porque já toda a gente tem uns anos destas coisas, quer na polícia quer nas autarquias, quer nas escolas, quer no modelo educativo do País, e sobra-nos exactamente uma das coisas que foi aqui falado em primeiro lugar, que é o projecto Escola Segura. Portanto é começarmos a educar a sociedade que aparentemente não está bem-educada nestes aspectos, a partir da mais tenra idade, e lá entra o



trinómio polícias, papás e professores, lá teremos, entre todos, que ir criando uma nova educação, novos valores cívicos na sociedade.

Aproveitando o facto de ter falado no projecto Escola Segura, posso garantir que não temos rigorosamente nem um a menos nem um a mais, temos exactamente os mesmos. Contudo, com a entrada em vigor do decreto-lei n.º 299/2009, que tem sido muito badalado na comunicação social, que é o estatuto do pessoal da Polícia de Segurança Pública, existiram alterações obrigatórias em termos de horários, de períodos de funcionamento de referência, e que obrigaram-nos a estender um horário que era praticado sensivelmente entre as oito da manhã e as dezoito e trinta/dezanove horas, para um período que passou a ser das sete da manhã até à meia-noite. Temos portanto exactamente as mesmas pessoas, mas distribuídas pelo período de horário um pouco mais longo, daí que, eventualmente, se note alguma diferença. Não tenho dúvidas nenhuma porque eu já assisti, todos os meninos de Leiria conhecem o agente Mendes, todos os meninos de Leiria conhecem o agente Sobreiro, e por aí fora, ou seja, os meninos, os papás dos meninos, algumas empregadas, algumas tias, algumas primas, que os vão buscar à escola.

Portanto, é efectivamente, na minha perspectiva, e nesse aspecto é também uma aposta pessoal, além de que é uma aposta estratégica da Polícia de Segurança Pública em termos nacionais, o projecto Escola Segura é uma das vertentes mais importantes que nós temos. Encerrou há dias um concurso de admissão para a escola de formação de agentes da PSP, como também aconteceu para a escola de formação de guardas da GNR, temos seis mil e algumas centenas de candidatos. Eu por acaso pedi, no sentido de me serem fornecidos, os dados sobre os concelhos dos quais são oriundos os candidatos, tenho essa curiosidade, gostava de saber, do distrito de Leiria, no meu caso enquanto comandante distrital, e sobretudo do concelho de Leiria, qual é o montante de candidatos. Uma coisa é certa, se as pessoas são voluntárias para vir para uma profissão destas, onde se vão esquecer de passar o Natal com a família, onde se vão esquecer de passar a passagem de ano com a família, onde não vão ver o filho a nascer, onde não vão ver as primeiras palavras e os primeiros passos dos filhos, é porque a situação não estará tão má quanto isso, porque quem está meramente à procura de emprego não se mete nestes trabalhos. Aliás, ainda não há muito tempo ouvi dizer, que havia uma empresa do distrito que andava a tentar angariar mão-de-obra e não conseguia, teve que ir para aqueles concelhos do Norte, para conseguir, porque aqui perto não

**10-06-09 AM**



conseguia, e penso que o senhor Presidente estava perto de mim quando ouvimos isto. Portanto, não será propriamente por falta de postos de trabalho neste caso.

Penso que a actividade policial é uma actividade que vai satisfazendo a sociedade, vai satisfazendo a população, é certo que as questões de segurança não são exclusivas da polícia, não são exclusivas das câmaras, não são exclusivas dos tribunais, só todos juntos, particulares e sociedade inclusive, é que poderemos lá chegar. Nós tivemos, por exemplo, uma onda de assaltos em estabelecimentos no terceiro trimestre do ano passado, aqui na cidade de Leiria, e perdoem-me a franqueza, mas eu se estivesse do outro lado tinha também assaltado aqueles estabelecimentos, era fácil de assaltar, era fácil de carregar e toda gente sabe que hoje em dia ninguém passa os quarenta e cinco segundos, sessenta segundos, desde o momento de partir a montra até ao momento de desaparecer dali para fora com uma viatura cheia, isto é fácil, nem que alguém se aperceba, nem que um alarme se existir dispare, até que as forças são accionadas e chegam ao local, no mínimo quarenta e cinco segundos. Menos do que isto só se tiverem eles o azar, os proprietários a sorte e nós a sorte de ir a passar naquele exacto momento e dá-se o flagrante.

Foi falado também a questão dos efectivos em termos globais, assim como o foi, e eu sei que é uma ânsia de muita gente, eu próprio gosto da ideia, posso não gostar das consequências da ideia, a questão das esquadras de proximidade.

Hoje em dia cada vez mais as esquadras territoriais das PSP são esquadras de proximidade por natureza. Poderão eventualmente não estar geograficamente localizadas no sítio que as pessoas mais desejavam. Não tenho dúvida que toda a gente gostaria de morar na porta em frente à porta da esquadra e na porta exactamente ao lado. Infelizmente não é possível.

Já temos duas na cidade, em termos territoriais, penso que já não estamos mal, como sabem e isto é público, os efectivos são calculados com base num rácio estabelecido entre o número de cidadãos residentes e o número de polícias colocados. Portanto nós estamos, nós comando de Leiria, estamos dentro dos rácios. A partir daqui e tendo em conta que cada posição guarnecida por um homem, vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, equivale a ter um total de sete elementos no mínimo para a garantia, porque são quatro turnos por dia, é uma quinta posição que está de folga, os polícias também adoecem, as esposas e os filhos dos polícias também adoecem, também temos delegados sindicais, também temos

**10-06-09 AM**



trabalhadores-estudantes, portanto, uma posição vinte e quatro horas por dia, repito, significa sete homens para a garantir, quanto mais subunidades nós abrirmos, mais vamos depauperar os efectivos, mais vamos repartir os carros, mais vamos repartir os computadores, mais vamos repartir os fatos, etc. Claro que, se a situação for devidamente aceite pela direcção nacional e pela tutela e se houver reforço, como dizia o senhor Coronel Pinheiro, se me derem o dobro eu fico todo encantado e dou uma festa, a vida fica-me mais facilitada, toda gente sabe que gerir na abundância é uma gerência fácil, gerir com recursos paupérrimos a situação fica um bocado pior. Neste momento, ao fim e ao cabo, todo o País está a ser gerido com muita dificuldade, portanto, vamos todos dar o nosso esforço, o nosso melhor, o máximo de empenho, e os frutos hão-de surgir com certeza. Muito obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Muito obrigado senhor Intendente.

Diz o nosso Regimento, que quando um ponto da ordem de trabalhos é agendado por iniciativa de um deputado municipal lhe compete fazer o encerramento. Questionei o deputado José Alves sobre o seu desejo de usar esse direito regimental, e dele prescindiu. E portanto, não pretendendo o senhor deputado José Alves fazer o encerramento deste ponto, eu limitar-me-ei, na qualidade de Presidente desta Assembleia, uma vez mais, a duas ou três notas seguintes:

Primeiro, reiterar o meu pedido de desculpas, ainda que a responsabilidade não seja minha como ficou claro, aos nossos convidados, por não terem aqui o equipamento de que necessitavam para projectar os seus dados. O facto é que nenhum deles como disse, me tinha feito saber que necessitava desse equipamento;

Segundo, recordar às senhoras deputadas e aos senhores deputados municipais que na última sessão da Assembleia Municipal realizada na Maceira, esta Assembleia foi informada de que este ponto seria um ponto da ordem de trabalhos da presente sessão. Não há em acta registo de qualquer intervenção a manifestar discordância em relação a esta ideia, que foi expressa na Assembleia Municipal que teve lugar na Maceira. Está na acta, ninguém discordou, o assunto não foi posto à votação, mas ninguém pediu a palavra para dizer que fosse o contrário. O proponente quando assumiu a proposta, propôs que fosse um ponto de uma reunião da Assembleia Municipal, assim se fez. Mas também não creio que isso seja motivo para grandes debates ou discussões. Na sessão de Setembro, como sabem, haverá um ponto



dedicado às questões de género, e será também o ponto inicial da ordem de trabalhos da Assembleia Municipal, não será uma sessão dedicada expressamente às questões de género.

Finalmente, e deveria ter começado por aqui, gostaria de agradecer os nossos convidados, ao senhor Comandante Distrital das Operações de Socorro, ao senhor Comandante Distrital da Polícia de Segurança Pública, e ao senhor Comandante Distrital da Guarda Nacional Republicana.

Sabemos que foi um esforço para eles, sabemos que a missão deles é estarem disponíveis mas não é estarem disponíveis para virem participar numa reunião, nada no conjunto das suas funções os obriga a virem a uma Assembleia Municipal, têm os seus representantes no Conselho Municipal de Segurança e aceitaram vir à Assembleia Municipal trazer o seu testemunho, trazer-nos os seus pontos de vista, aceitar responder às perguntas que a Assembleia Municipal entendesse dever formular-lhes. Essa disponibilidade de qualquer dos três é uma disponibilidade que não posso deixar de sublinhar e que creio que falo em nome de todos nós, membros desta Assembleia, quando penhoradamente lhes agradeço por terem aceitado este convite, muito obrigado.

## ANTES DA ORDEM DO DIA

### ***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Eu peço aos senhores vereadores que reocupem os seus lugares e uma vez mais publicamente lhes agradeço o facto de terem disponibilizado os seus lugares aos nossos convidados, foi um gesto que sublinhei e o sublinhado que dele fiz ficou seguramente registado em acta

Passamos à apreciação e votação da acta da última sessão da Assembleia Municipal. Pergunto se alguém deseja manifestar-se em relação à acta? A acta foi colocada à disposição na página electrónica, não vejo ninguém a manifestar-se para usar da palavra, colocarei então a acta à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

**A Assembleia Municipal de Leiria delibera, por maioria com sete abstenções, aprovar a acta da sessão ordinária de dezasseis de Abril de dois mil e dez.**



### **PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)**

E antes de entrarmos no período de “antes da ordem do dia”, permitam-me duas ou três informações simples.

A primeira tem que ver com uma questão que foi abordada na última Assembleia, uma questão de metodologia de convocatória, e fui à procura nas actas do mandato anterior e tive oportunidade de encontrar na acta do dia 27 de Junho de 2008, há sensivelmente dois anos, a deliberação que foi tomada na Assembleia Municipal, de que as convocatórias passassem a ser feitas por correio electrónico. E permito-me ler as palavras com que foi encerrada essa deliberação, palavras do senhor Presidente da Assembleia Municipal:

*“ Os documentos serão disponibilizados no site da Câmara Municipal, e quem entender que prefere receber os documentos em suporte de papel, solicita-os em papel ao gabinete de apoio à Assembleia. Além disso, quem entender que gostaria, numa fase inicial, receber também uma carta para lembrar, também se enviará a carta, mas só a quem pedir.”*

Não necessito de ler mais nada, são palavras do senhor deputado Manuel Antunes, que era Presidente da Assembleia Municipal, ficou claro, eu limito-me a cumprir, porque estou cem por cento de acordo, aquilo que foi decidido numa Assembleia Municipal e não me parece que isto tenha que ser alterado.

Portanto ficou claro, é assim que se faz, quem quiser receber em papel pede ao gabinete de apoio à Assembleia Municipal e ser-lhe-á remetido em papel. Assim se fará, assim se fez e continuará a fazer-se.

A segunda informação é que tenho um pedido mas chegou-me em cima da sessão, um pedido de um deputado municipal, do deputado Carlos Guerra, para que seja agendado em ordem do dia um ponto com uma recomendação à Câmara Municipal da revogação da deliberação que autorizou a demolição da Capela de Nossa Senhora das Necessidades, em Chãs, Regueira de Pontes, obviamente que para incluir o ponto em ordem de trabalhos será na próxima sessão um dos pontos da ordem de trabalhos, a menos que a Assembleia entenda dever deliberar em contrário. Alguém quer suscitar objecção?

Se ninguém pretende suscitar objecção, senhor deputado, eu agendarei o ponto para a próxima sessão da Assembleia Municipal.



Terceira informação, talvez um bocadinho mais longa, receberam as senhoras e os senhores deputados, um requerimento do deputado Vitorino Vieira Pereira, do Bloco de Esquerda, dirigida à Câmara Municipal, que foi enviado por correio electrónico.

O senhor Presidente da Câmara fez-me chegar hoje a resposta a esse requerimento, o senhor deputado não está, ser-lhe-á remetido pelo correio, porque o requerimento é dele próprio, mas uma vez que ele pediu para dar conhecimento a toda a Assembleia do requerimento justo é que eu dê conhecimento à Assembleia da resposta ao requerimento:

*" Em resposta à comunicação de V.Ex.<sup>a</sup>, de 2010.06.02, relacionada com o requerimento do senhor deputado municipal Vitorino Vieira Pereira, em anexo, informo:*

*1 Questão: O Município de Leiria, enquanto accionista da sociedade Leirisport-Desporto, Lazer e Turismo EM, encontra-se, devidamente, informado da tramitação processual respeitante à acusação deduzida.*

*2ª Questão: O Município de Leiria não detém a qualidade de lesado no processo, sendo que, tal posição pertence à empresa municipal "Leirisport EM".*

*3ª Questão: A informação pretendida ainda não é do conhecimento da Leirisport, EM. No entanto, o Município de Leiria será, de imediato, informado, assim que a empresa vier a tomar conhecimento se foi ou não requerida a abertura de instrução por parte dos arguidos.*

*4ª, 5ª, e 6ª Questões: O Município de Leiria não possui legitimidade para se constituir como assistente ou deduzir pedido de indemnização civil. No entanto informa-se desde já que a empresa Leirisport – Desporto, Lazer e Turismo de Leiria, EM, como entidade ofendida e lesada, para além de se constituir como assistente, deduziu acusação e pedido de indemnização civil no processo."*

Esta é a resposta que foi transmitida pela Câmara Municipal e é dela que me compete dar conhecimento a esta Assembleia.

Finalmente uma questão metodológica traduz-se numa proposta que gostava de pôr à consideração dos senhores deputados, que é uma questão muito simples.

Nós já criámos três comissões no âmbito da Assembleia Municipal, e nenhuma delas reuniu nunca. É tradicional termos um problema de funcionamento das comissões, por força das dúvidas sobre a quem compete convocar as comissões. No mandato anterior chegou o senhor Presidente da Assembleia Municipal a ver-se na



contingência de ter que convocar uma comissão, competência que não era dele, para que a comissão pudesse funcionar.

Fui-me informar como é que isto funciona na Assembleia da República, para ver se eventualmente o modelo servia e efectivamente o modelo da Assembleia da República, não falo das comissões permanentes falo das comissões ocasionais, é um modelo que pode servir perfeitamente de exemplo. Podem-se criar dez, quinze, vinte, comissões, cada comissão é presidida pela ordem de eleição dos membros eleitos da Assembleia da República, neste caso, pela ordem de eleição dos membros eleitos da Assembleia Municipal.

Trocando por miúdos: A primeira comissão que foi criada será presidida pelo partido que elegeu a primeira pessoa para a Assembleia e neste caso o Partido Socialista; A segunda comissão criada será presidida pelo partido que elegeu a segunda pessoa para a Assembleia Municipal e neste caso o Partido Social Democrata; A terceira comissão criada será presidida pelo partido que elegeu a terceira pessoa para a Assembleia Municipal neste caso o Partido Socialista, e assim sucessivamente. É um critério perfeitamente democrático, e se esta Assembleia não suscitasse nenhuma objecção, definiríamos já como é que isto iria funcionar com as três comissões que foram criadas.

Alguém que queira suscitar uma objecção? Posso interpretar o vosso silêncio como assentimento a esta metodologia?

Como ninguém se pronuncia, eu dispenso-me de fazer uma votação neste caso, eu diria o seguinte:

As comissões foram todas criadas em simultâneo na mesma sessão e portanto vamos ver pela ordem de votação:

A Comissão de Acompanhamento da Actividade da Leirisport, a Comissão de Acompanhamento do Projecto da Rodoviária Nacional, e a Comissão de Acompanhamento das questões do fornecimento de electricidade.

Comprometo-me a informar por email o senhor deputado a quem competirá, em resultado desta metodologia, presidir à respectiva Comissão, ele pedirá ao gabinete de apoio à Assembleia que convoque os membros da Comissão para a data que ele muito bem entender, a segurança do edifício da Câmara Municipal será informada desse facto, e nesse dia à noite as pessoas reúnem no edifício da Câmara Municipal, no gabinete da Assembleia Municipal. Pode ser assim? Esperemos que assim as comissões funcionem.

**10-06-09 AM**





E posto isto, entramos no período de “antes da ordem do dia”. Eu pedia a todos os senhores deputados que queiram usar da palavra o favor de se inscreverem, dir-lhes-ei porquê, acordei com os dirigentes das bancadas sermos disciplinados nos sessenta minutos do período de “antes da ordem do dia” e assim eu terei que organizar o tempo.

Então, tendo em conta que há um Presidente de Junta, temos quinze intervenções, o que significa que exceptuando a senhora presidente de Junta, serão intervenções no máximo de quatro minutos, e mesmo assim este período será demorado.

Estamos de acordo neste aspecto? Eu diria o seguinte:

Se levarmos o princípio regimental à regra, o Partido Social Democrata deveria ter cerca de vinte minutos, o Partido Socialista vinte e cinco minutos, mas não vai dar tempos muito diferente destes e depois o resto do tempo será com os deputados do CDS/PP, do PCP e do Bloco de Esquerda. Se olharmos para a distribuição não vai dar tempos muito diferentes deste porque o Bloco de Esquerda e o PCP têm direito a cinco minutos cada um, por força do que está escrito no Regimento, o Centro Democrático Social terá direito a um pouco mais e eu estou-lhes a dar oito minutos, o que significa que sobra o resto do tempo dividido pelos dois outros partidos. Portanto, o tempo está razoavelmente distribuído, eu pediria que não ultrapassassem os quatro minutos.

Tem a palavra o senhor deputado Manuel Antunes.

### ***DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)***

Boa noite a todos.

Eu cumprimento o senhor Presidente da Assembleia e os restantes membros da Mesa, o senhor Presidente da Câmara e as senhoras e senhores vereadores, os senhores deputados, os cidadãos de Leiria, os membros da comunicação social, membros do staff. E permita-me senhor Presidente, que comece a minha intervenção por saudar em especial o senhor deputado Leonel Costa, recentemente agraciado pelo senhor Presidente da República, com uma ordem honorífica nacional, e que de certo modo nos sentimos todos participantes na medida em que prestigia também a Assembleia Municipal.

A minha primeira intervenção e deliberadamente deixei que saíssem os convidados que tivemos para discutir a segurança, independentemente daquilo que o senhor deputado João Cunha já disse, lamentar a forma indigna que assumiu este debate da



segurança, independentemente das razões aduzidas pelo senhor Presidente e que eu aceito, realmente ficou assim decidido na última reunião. O que eu tenho a lamentar é a desorganização. A começar pela indelicadeza de não ter um lugar para as pessoas que se convidaram, não houve pelos vistos coordenação, já não estou a falar apenas no episódio da projecção mas também pelo facto de que até um deles, nos disse que não vieram cá para nada. E de facto esta discussão de uma hora resultou em nada. Eu penso que nós não ficámos nem mais esclarecidos nem mais informados sobre o problema da segurança. O senhor Presidente definiu a metodologia que entendia dever dar, em relação a propostas que no futuro venham a ser feitas. Eu peço que o senhor Presidente assuma. Aceito que não tivesse responsabilidade nisso, mas assuma também um pouco o papel de coordenador destas acções. Eu penso que eles próprios não sabiam exactamente para o que é que vinham, aliás um deles disse isso mesmo.

A segunda intervenção, para dar nota do meu profundo desagrado por uma entrevista na comunicação social, dada pelo senhor deputado José Alves, enquanto Presidente da Comissão Política concelhia de Leiria do PS.

As pessoas que têm várias posições têm que ter cuidado, para que nas suas intervenções públicas cada posição seja bem salvaguardada de modo a evitar misturas. Eu bem sei que é hábito deste governo e deste partido que nos governa hoje, fazer criar a seu bel-prazer a confusão entre quando é o senhor Primeiro-Ministro e quando é o Secretário-geral do PS, e outras posições assim.

De todo o modo, o senhor deputado José Alves, que tem ainda responsabilidade adicional de ser um dos membros da Mesa, referiu-se à bancada do principal partido da oposição, em termos impróprios, eu diria insultuosos. Estive quase tentado a pedir ao senhor deputado José Manuel Silva, que definisse, porque ele é perito em definir esses insultos, quando a gente entende que não é insulto, que classificasse isto.

Eu queria desafiar claramente o senhor deputado José Alves, a dizer aos deputados da Assembleia Municipal porque é e qual é o significado que ele dá à palavra "quezilenta" com que ele classificou a oposição e a mim em especial.

Em segundo lugar, dizer que não aceito e não compreendo, excepto por clara desatenção em relação àquilo que se vai passar, porque é que o senhor deputado enquanto deputado da Assembleia Municipal, tem dificuldade em saber qual é o interlocutor. O interlocutor do partido que tem a maioria na Assembleia Municipal é



em primeiro lugar o principal partido da oposição, e era a ele que se estava a referir, não estou a menosprezar o papel dos outros partidos mas estava-se a referir ao PSD. E portanto, senhor deputado, quando quiser saber com quem é que deve falar para efeitos de assuntos que digam respeito à Assembleia Municipal, é com bancada municipal do PSD e nomeadamente com o seu líder, que é quem lhe está a falar.

E eu queria pedir ao senhor deputado, que claramente, me diga, tenha a coragem de me dizer na cara, porque é que eu sou quezilento. Mas porque a responsabilidade não é apenas dele, eu queria, tenho pautado pessoalmente por um profundo respeito pela Assembleia Municipal e pelos seus deputados, aliás, na sequência daquilo que fiz durante quatro anos como Presidente desta Assembleia, pedir ao senhor Presidente da Assembleia que diga a esta Assembleia, se é posição oficial da Mesa que as intervenções da bancada do PSD e deste membro dessa bancada que os trabalhos tenham sido conduzidos de forma quezilenta.

Eu não sei se isto é apenas conversa ou suspeito que é apenas conversa para me condicionar a mim pessoalmente, e não sei se não deva temer que possa vir a levar um murro no nariz, mas digo-lhe senhor deputado e senhor Presidente, que esta é a sede própria para discussão, e à oposição compete opor-se às ideias quando entendemos que nos devemos opor às ideias do partido que está em maioria. Entendo que nesta situação tanto eu como, tanto quanto me lembro, o comportamento dos deputados da bancada que tenho a honra e o orgulho de liderar, tem sido sempre apropriado e portanto não pode ser classificado publicamente desta maneira. É o nosso protesto mais profundo. Muito obrigado.

### ***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Muito obrigado senhor deputado.

Antes de dar a palavra ao senhor deputado seguinte, duas notas muito breves, talvez uma brevíssima e outra nem tanto, uma vez que o Presidente da Mesa da Assembleia foi interpelado, eu respondo muito directamente.

O que o senhor Presidente da Mesa da Assembleia tem a dizer di-lo e é ele próprio que lhe diz, que as posições da Mesa da Assembleia Municipal são veiculadas pelo Presidente da Assembleia Municipal, se o Presidente da Assembleia Municipal não fez essa afirmação, senhor deputado, é porque a Mesa da Assembleia Municipal não tem essa afirmação, que fique claro.



Segundo, quanto às posições que as outras pessoas tomam, não compete ao Presidente da Assembleia Municipal questionar em que condição é que usam da palavra.

Para que isto não volte a ser questionado, permitam-me senhoras e senhores deputados, que leia o texto do ofício que foi enviado aos nossos convidados que estiveram aqui hoje:

*“Exm<sup>o</sup> Senhor:*

*Na sequência de proposta aprovada em sessão do órgão a que tenho a honra de presidir, decidi incluir na Ordem de Trabalhos da sessão de 9 de Junho da Assembleia Municipal de Leiria, um ponto para debate de questões de segurança.*

*Gostaria que esse ponto fosse introduzido por uma exposição de cada um dos responsáveis máximos pela segurança, isto é, os Comandantes Distritais da Guarda Nacional Republicana e da Polícia de Segurança Pública e o Delegado Distrital da Protecção Civil.*

*Se, como espero, tais responsáveis acederem a este desejo, cada um deles terá um período de cerca de 15 minutos para exposição do tema (o modo como o fará ficará a seu critério), após o que se seguirá um debate com os deputados municipais. Isso conduzirá, suponho, a uma duração de cerca de uma hora e quinze minutos a hora e meia (uma vez que as sessões são à noite e há outros pontos na agenda, não poderemos ir além deste tempo).*

*A exposição centrar-se-á, sobretudo, no concelho de Leiria.*

*Venho, pois, convidar V. Ex<sup>a</sup> a participar activamente nesta iniciativa.*

*No caso de necessitar de esclarecimentos suplementares, terei todo o gosto em facultar-lhos, seja pessoalmente, seja por intermédio do Dr. José Alves, Secretário da Mesa, que assume a responsabilidade de organizar a iniciativa.*

*Certo de que não deixará de corresponder a este pedido, o que antecipadamente agradeço, envio os meus respeitosos cumprimentos.”*

Posto isto, assumo a minha inteira responsabilidade no que aqui está escrito, da forma como o escrevi e, também assumo a responsabilidade da forma menos correcta como a sessão funcionou. Também assumo essa responsabilidade, mas não gostava que dissessem que eu não transmiti com muita clareza, aos nossos convidados, os objectivos da sessão e aquilo para que eram convidados. Isso não gostava que fizessem, o resto não correu bem, houve coisas que não correram bem,



assumo a responsabilidade, sou Presidente da Assembleia, o que corre bem é responsabilidade minha, o que corre mal também é responsabilidade minha.

Tem agora a palavra a senhora deputada Odete João.

### **DEPUTADA ODETE JOÃO (PS)**

Odete João, Partido Socialista.

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhores vereadores, senhores deputados.

Uma primeira informação para dar conta que foi entregue na Assembleia da República um Projecto de Resolução, assinado por deputados dos vários quadrantes políticos e pelos deputados do Partido Socialista eleitos por este distrito, sobre a abertura da Base de Monte Real à aviação civil. Para além dos considerandos que todos conhecemos e que já foram amplamente debatidos, o que se pede nesse Projecto de Resolução, e passo a ler o penúltimo parágrafo:

*“ É agora chegado o momento de renovar essa iniciativa, no sentido de recomendar ao Governo que concretize todos os procedimentos tendentes à abertura ao tráfego aéreo civil da Base Aérea n.º 5, em Monte Real, incluindo, portanto, os necessários estudos, que, na opinião dos signatários, virão provavelmente a revelar amplos benefícios, a baixo custo, que tal abertura traria para a Região Centro.”*

Portanto, eu deixo ao senhor Presidente o Projecto de Resolução e, independentemente de ele estar no site da Assembleia da República, agradecia o seu envio a todos os deputados municipais porque, assim, tomam também conhecimento de todos aqueles que assinaram este documento.

Uma segunda questão tem a ver com os centros educativos.

Num conjunto de visitas que fiz, visitei o Centro Escolar da Gândara dos Olivais. Esta é uma obra projectada pelo anterior executivo e que foi concluída recentemente. De facto, ele é a prova de que, a Carta Educativa, aprovada pela maioria PSD da anterior Assembleia Municipal, com a abstenção do Partido Socialista, não serve as necessidades do Concelho, se não vejamos:

Este centro escolar que acabou agora de entrar em funcionamento está já desajustado às necessidades. Existem seis salas quando são necessárias oito, ou seja, quatro turmas estão já em regime de desdobramento.

Consultei a carta escolar, e de facto, a projecção que a carta educativa contempla é uma projecção até ao ano 2015, isto significa que muitas das obras QREN para os



centros escolares, quando estiverem concluídas, a seguir esta carta, já não servem as necessidades da população. Aliás, em 2010 já não servem. A carta educativa tem um conjunto muito escasso de variáveis, centradas essencialmente no parque escolar, e nem isso serviu.

Portanto, a pergunta que eu deixo aqui, e é também uma reflexão, estando projectados outros centros escolares, pretende o actual executivo ajustar às reais necessidades existentes, e se pensa, num tempo razoável, reformular a carta educativa procurando responder aos desígnios do concelho. Este olhar atento sobre a educação que é de facto a aposta no futuro dos nossos jovens é fundamental.

Estas eram as informações e a questão que trazia sobre centros escolares.

Mas não deixaria, também, de dar conta daquilo que é a minha percepção do primeiro ponto da ordem de trabalhos. Cada deputado, sobre as questões da segurança, teve hipótese de livremente colocar as questões que entendeu, coisa diferente é a falta de condições desta sala, não obstante as responsabilidades que o senhor Presidente já assumiu na forma como o senhor Intendente, o senhor Coronel e o senhor comandante, foram recebidos.

Não deixaria, no entanto, de referir que duas décadas de governação PSD na Câmara de Leiria, não chegaram para criar as condições materiais necessárias para que a Assembleia Municipal funcionasse com a dignidade exigida, tanto mais, que nem os próprios deputados têm condições de trabalho. Esta é a realidade, não basta olhar para a árvore, também temos que olhar para a floresta. Muito obrigada.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Muito obrigado senhora deputada.

Senhor deputado Manuel José Carvalho.

***DEPUTADO MANUEL JOSÉ CARVALHO (PSD)***

Manuel José Carvalho, PSD.

Senhor Presidente da Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores deputados, munícipes, imprensa aqui presente, e em último lugar a imprensa porque realmente ela deu-me o privilégio de eu falar aqui sobre um tema que se não estivesse atento, como a maior parte dos munícipes estariam, ou devem estar, acerca daquilo que se passa no nosso Município, não poderia falar sobre um tema que tem a ver com um documento que veio publicado nos jornais da nossa cidade nos dias três e quatro, e que, se refere à Leirisport.

10-06-09 AM



Sem qualquer tipo de quezília, que fique já bem presente, como é do conhecimento geral houve aqui um episódio que realmente devemos todos questionarmo-nos sobre este episódio. E tem a ver com a última reunião da Câmara Municipal, no dia um de Junho, em que a dada altura da reunião, um vereador, neste caso o Dr. Benzinho, recebe um sms que diz textualmente o que passo a ler e faço-o porque é do domínio público:

*“Já sei, mas o que queria dizer é que não admito que ponhas em causa o meu nome. Fica assente que à primeira oportunidade, mesmo debilitado, parto-te o nariz, nunca pensei que fosses tão ordinário.”*

Ora, isto pela gravidade do texto, e que fique bem claro, em nada me move contra o senhor Presidente do Conselho de Administração da Leirisport, mas é precisamente porque o conheço há longos anos, e porque acho que acima de tudo tem que ser preservado o bom nome da pessoa, em primeiro lugar, mas mais importante do que isso é a instituição que ele está a servir, porque está a servir uma instituição com dinheiros públicos, em que a responsabilidade total é da nossa Câmara, e como tal, não podemos esquecer que a figura que fez estas afirmações, é uma pessoa que tem um passado e um passado que é digno de relevância no nosso Município. E a primeira preocupação que eu tenho, e nesse sentido dirijo-me ao senhor Presidente da Câmara, é que um indivíduo que até já foi Presidente da nossa Assembleia Municipal, que já desempenhou cargos de relevância enquanto membro do PSD, e portanto é uma pessoa que deve ser também preservada a sua integridade e o seu bom nome. E com este tipo de atitudes alguém tem que fazer entender que realmente não podemos estar perante uma situação destas numa pessoa que tem uma responsabilidade tão grande como a que tem. E portanto, a primeira preocupação que eu levantava é que, uma pessoa que construiu uma imagem de cidadania no nosso Município, e que agora se permite fazer este tipo de afirmações, devemos preocupar-nos não só porque o Conselho de Administração seja presidido por uma pessoa que se permite fazer este tipo de afirmações, mas também de fazer a leitura política do que pode acontecer e da imagem que cria, porque mais importante que realmente a afirmação que foi feita por uma pessoa, e como digo nada me move contra essa pessoa, agora a imagem da Leirisport é que fica de certa maneira prejudicada. E não só, e depois como a Leirisport é um organismo que pertence à autarquia, naturalmente se a autarquia não agir é também a imagem da autarquia que fica afectada. É essa a minha preocupação e nesse sentido eu

**10-06-09 AM**



questionava o senhor Presidente sobre o que é que prevê fazer e qual é a decisão a tomar perante semelhante atitude, visto que estas questões não podem passar incólumes. Obrigado.

**PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado José Francisco.

**DEPUTADO JOSÉ FRANCISCO (CDS/PP)**

José Francisco, CDS/PP.

Tenho duas pequenas intervenções, uma delas é a apresentação de um requerimento ao senhor Presidente da Assembleia, que eu vou passar a ler:

*“ José Francisco, deputado da Assembleia Municipal eleito pelo CDS-PP vem nos termos e para efeitos do n.º 6 do artigo 35º do Regimento Municipal, solicitar os seguintes esclarecimentos/informações:*

*Estando as obras de recuperação do Edifício D. João III em curso e sendo visível na edificação a inclusão de mais um piso, verificámos por consulta ao pedido de licenciamento inicial que a fundamentação técnica que o sustentou não se verificou no decorrer das obras e citamos:*

*“Dado que o projecto inicial e a construção remontam a 1980, torna-se necessário reforçar a estrutura da caixa de escadas e elevadores desde as fundações até ao último piso, neste âmbito é necessário criar uma estrutura metálica acima do último piso de forma a ajudar nesta sustentação pelo que a presente alteração terá de comportar mais um piso...” (fim de citação).*

*Tendo o edifício sido demolido, esta fundamentação é nula e vimos solicitar os seguintes esclarecimentos:*

- 1- Se houve comunicação à Câmara da alteração dos pressupostos técnicos que fundamentaram o licenciamento?*
- 2- Se tendo sido comunicados os novos pressupostos, qual a fundamentação da Câmara para ter aprovado o licenciamento? “*

A segunda intervenção tem a ver com o trânsito, estavam cá convidados da segurança e como já foi também manifestado pela senhora deputada Laura Esperança na reunião da Comissão de Mobilidade e Trânsito, do Conselho Municipal, tem que ver com o elevado incumprimento por parte dos condutores, das regras de trânsito no que respeita às conseqüentes ocupações abusivas dos passeios e vias de





circulação, e os quais são agravados, em muitos casos, pela proximidade de locais destinados a esse efeito, ainda que pagos.

Gostaríamos de ser esclarecidos, sobre as medidas que a Câmara pretende implementar para debelar este tipo de situações.

Temos como exemplo, e a título de exemplo, o estacionamento da Fonte Quente, que normalmente tem uma percentagem residual de ocupação, apesar de estarem lá os funcionários, ser uma área concessionada ou não, e logo ao lado, os prédios que estão à frente deste estacionamento, têm carros amontoados, uns em cima do passeio, outros que até derrubam os pinos que a Câmara aí colocou, já estão derrubados e portanto já se pode estacionar aí em cima, e, tendo percebido e sendo importante a preocupação que se seguiu à inauguração do LeiriaShopping, em que há uma preocupação com o comércio no centro da cidade, eu penso que é de todo importante e não passa ao lado, o factor estacionamento. Portanto, os estacionamentos nas centrais dos limites urbanos da cidade devem ser condicionados de forma a serem estacionamentos de curta duração, de forma a viabilizarem a aproximação dos potenciais clientes às lojas e ao comércio aí existente.

Se estes estacionamentos forem ocupados de forma abusiva e o dia todo, é normal que as pessoas fujam a este tipo de comércio e portanto procurem outros sítios onde tenham lugar de estacionamento.

Portanto, gostaria de saber, se a Câmara tem em mente algum estudo do estacionamento, e que medidas pretende implementar e não permitir que ao lado dos estacionamentos pagos, ainda que pagos, alguns a preços já bastante aceitáveis, como é que pode haver zonas depois onde o estacionamento é perfeitamente selvagem e amontoado, prejudicando habitantes, os que passam e os que pretendem visitar. Muito obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Muito obrigado senhor deputado.

Eu volto a apelar à capacidade de síntese dos senhores deputados, faço-o elegantemente, pelos tempos que se vão somando vão verificar que não é possível cumprir a hora.

Senhora deputada Mónica António.

***DEPUTADA MÓNICA ANTÓNIO (BE)***

Mónica António, Bloco de Esquerda.

10-06-09 AM



Boa noite a todos e a todas.

São dois os assuntos que gostaríamos aqui de abordar, em primeiro lugar a decadência dos bairros sociais existentes no concelho.

É vergonhoso o estado de decadência dos edifícios do Bairro Sá Carneiro bem como do Bairro da Cova das Faias, o Bloco gostaria de saber se a Câmara Municipal tem em mente algum projecto de reabilitação urbana destes bairros, e do espaço envolvente. É urgente uma solução, até para integração de todos, tendo em conta a crise económico-social que atravessamos.

Será que o Concelho de Leiria nunca servirá como exemplo para nada? Até quando é que os cidadãos que moram nestes bairros, vão continuar a ser tratados como cidadãos de segunda?

Senhor Presidente diga-nos por favor, se a Câmara tem alguma solução em mente.

O outro assunto, é mais a título informativo, tem a ver com o rio Lis, e desde já quero dizer que registámos com agrado o facto de o PSD ter interpelado a Ministra do Ambiente sobre a construção da ETES de Amor, apesar de tarde, porque enquanto esteve no poder local, aqui no concelho, nada fez, o Bloco vai mais uma vez, e dando continuidade à sua acção interventiva, dar uma conferência de imprensa sobre o assunto, com revelações bastante importantes, muito em breve, e que depois, obviamente, ficarão a saber mais dados pela comunicação social, assim espero. Obrigada.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Muito obrigado.

Senhor deputado Carlos Conceição.

***DEPUTADO CARLOS CONCEIÇÃO (PSD)***

Carlos Conceição, PSD.

Senhor Presidente da Assembleia, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores deputados, senhores jornalistas, minhas senhoras e meus senhores.

Serei muito breve.

Um primeiro minuto, dos quatro que o senhor Presidente com generosidade nos tem concedido, para dizer que nós de facto temos sabido muitas coisas pelos jornais, até quando nos maltratam ou nos vilipendiam. Eu diria que fazê-lo no sítio próprio e criticarmos no sítio próprio é fazer política, e eu felizmente não sou político, já disse

10-06-09 AM



aqui, fazê-lo no sítio errado é fazer politiquice, e é bom que façamos política e não politiquice.

É bom também que saibam, que no PSD não se atacam pessoas, atacam-se e combatem-se ideias, é para isso que estamos cá, para discutir ideias, para criticar ideias, para construir ideias e caminhos. E para isso, meus senhores, minhas senhoras, contem connosco porque para esse peditório nós queremos dar.

E sabemos pelos jornais, já dizia o pai da democracia americana, se eu tivesse que escolher entre governo sem jornais ou jornais sem governo, escolhia jornais sem governo, tal a importância dos jornais na comunicação, na informação, que se espera isenta e rigorosa.

Mas soubemos também que de facto, na Leirisport muita coisa acontece. E temos dado nota pelas notícias que somos convidados a ler, de várias formas tão agressivas, de vários comunicados tão violentos, uns a roçarem a má educação, outros impregnados de má educação, problemas seja com quem for, eu tenho-os aqui listados, não os vou repetir, não quero ser de alguma forma demorado nesta minha abordagem, mas de facto gostaria de ver qualquer resposta objectiva no seguimento das indicações do nosso deputado Manuel Carvalho.

Notamos uma falta de cuidado institucional nalguns deputados do Partido Socialista e nalguns nomeados pelo senhor Presidente da Câmara, falta de postura institucional, falta de cuidado, falta de respeito. Uma falta muito grande de sentido de responsabilidade que notamos e que não estávamos habituados, convenhamos, e não estamos habituados, e recusamo-nos a habituar, porque o respeito institucional, a responsabilidade institucional, o carinho institucional é fundamental em homens que servem a causa pública, como é o vosso caso.

Portanto uma falta de postura institucional que não podemos aceitar, uma falta de sentido de responsabilidade que não podemos de todo compactuar.

Mas de facto, há uma pergunta que gostaria de fazer depois deste breve preâmbulo, que me deixa preocupado. Quem nomeia o senhor Presidente do Conselho de Administração da Leirisport é o senhor Presidente da Câmara, e quem o nomeia é também quem o desnomeia.

Eu gostaria de perguntar ao senhor Presidente, o que é que é necessário mais para haver uma intervenção clara no Conselho de Administração da Leirisport. Bom, o meu nariz é robusto, aguenta meia dúzia de murros, o do senhor vereador José Benzinho também é muito robusto, e eu tenho que valorizar aqui o senhor vereador

**10-06-09 AM**



José Benzinho por dois motivos, ele não se queixou, e não falou disto em público, e foi ofendido e está calado. Isto é respeito e cultura democrática e cultura institucional. E de facto, gostaria de perguntar ao senhor Presidente (eu sei que às vezes vos incomodo mas não, se preocupem, eu tomei banho e lavei os dentes) e pedir desculpa por esta minha brejeirice, senhor Presidente da Assembleia, e pela minha boa disposição, que eu a esta hora começo a ficar muito bem-disposto, mas senhor Presidente, concorda com o estilo de gestão da Leirisport? Concorda com esta chicana pública a que somos sujeitos? Concorda com esta forma ofensiva de gerir uma instituição pública, que apesar de tudo diz respeito a todos nós? O que é que o senhor Presidente da Câmara vai fazer acerca deste aspecto? Gostaria de obter uma resposta clara. Muito obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Muito obrigado senhor deputado.

A senhora deputada pediu a palavra para defesa da honra? Faça favor.

***DEPUTADA ODETE JOÃO (PS)***

Senhor Presidente, o senhor deputado Carlos Conceição veio aqui, a esta Assembleia Municipal, tecer considerações, sobre os deputados do grupo municipal do PS, acusando-os de falta de postura institucional, de falta de respeito. Fá-los, porque à falta de argumentos para combater ideias, para combater projectos, para combater a acção, deixa sobre todos o anátema daquilo que é a indiferença, daquilo que é o conjunto e isso o grupo municipal do Partido Socialista não aceita.

Portanto, peço ao senhor deputado que se retrate e que se tem provas de que deputados deste grupo municipal ofenderam algum dos deputados do Partido Social Democrata que o diga, que venha aqui dizer, porque as coisas devem ser chamadas pelos nomes.

O senhor deputado deve-se retratar e não deixar o anátema sobre todos, pairando sobre todos a falta de respeito, a falta de postura institucional. Isso não podemos admitir.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

O senhor deputado tem um minuto para responder!

***DEPUTADO CARLOS CONCEIÇÃO (PSD)***

Carlos Conceição, PSD.

10-06-09 AM



Senhora deputada obrigado pelas suas palavras. Eu de facto fui muito claro e fui concreto nos casos que falei, não lancei nenhum anátema. Citei notícias de jornal que li e que vossa excelência também leu, li o Jornal de Leiria, onde claramente são feitas considerações pelo senhor deputado José Alves, acerca da bancada do PSD, li vários comunicados emitidos pela Leirisport, e li vários comentários que estão disponíveis também na comunicação social e foi aí que eu os fui ver. E se me permite, não seria sequer necessário eu acrescentar estes elementos que vossa excelência tão bem conhece, e porventura muito melhor que eu, e porque citámos também, aliás, foi lida a mensagem que o senhor vereador José Benzinho também recebeu.

Portanto, eu penso que não lancei anátema sobre coisa nenhuma, limitei-me, como sempre faço, a referir factos, mas se porventura senhor Presidente, ofendi a dignidade de vossa excelência ou de qualquer deputado do Partido Socialista, o meu pedido de desculpa, porque eu comecei por dizer que eu não ataco pessoas, eu combato ideias, e também aqui. Muito obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Tem a palavra a senhora deputada Ana Elisa Santos.

***DEPUTADA ANA ELISA SANTOS (PS)***

Ana Elisa Santos, Partido Socialista.

Senhor presidente da Assembleia Municipal, Mesa, senhoras e senhores deputados municipais, senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, minhas senhoras e meus senhores, comunicação social.

Nesta primeira reunião da Assembleia Municipal, após a realização da cerimónia do Dia da Cidade e do Concelho, e na qualidade de membro desta Assembleia mas também cidadã leiriense, gostaria de vos dirigir algumas palavras acerca das comemorações do passado dia 22 de Maio.

A primeira palavra é de congratulação, congratulação pela dignidade e elevação que as cerimónias se revestiram, e nesse sentido felicitar a Câmara Municipal, na pessoa do senhor Presidente Raul Castro, como primeiro responsável pela sua realização.

De facto, senhoras e senhores deputados, quando pretendemos valorizar e dar significado profundo a uma cerimónia como aquela, com a importância do Dia da Cidade, com tudo aquilo que lhe está associado, conferir dignidade e elevação não pode ser entendido como uma rotina mas, pelo contrário, tem de ser assumido como



um elemento essencial para garantir o respeito da comunidade e por todos aqueles que pretendemos distinguir ou homenagear.

A segunda palavra é de reconhecimento, reconhecimento pela escolha indiscutivelmente justa e acertada das pessoas e instituição homenageadas, distinguidas com o mais alto galardão municipal.

Num tempo em que assistimos um pouco por toda a parte, à banalização da atribuição de distinções, muitas das vezes apenas e só porque os distinguidos se limitaram a cumprir as suas obrigações, a cidade e o concelho de Leiria deram à região e ao País, um excelente exemplo acerca dos critérios que devem presidir a estas escolhas. E isto, senhoras e senhores deputados, não é um aspecto de somenos importância para a vida de uma cidade, de um concelho, ou de um País, sobretudo no que diz respeito aos sinais que os eleitos devem dar aos seus concidadãos, acerca dos atributos que a comunidade valoriza, naquilo que é o percurso individual de cada um dos seus cidadãos.

É por isso, senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, que mais uma vez me congratulo por integrar os órgãos eleitos, de uma autarquia que sabe quais são os deveres para com a comunidade e sabe traduzi-los em gestos sóbrios e com o adequado nível de valorização política e social.

Alguém disse um dia, com grande lucidez, que um povo sem memória não existe. Ora aquilo que aconteceu no passado dia 22 foi sem dúvida a prevalência da memória sobre o esquecimento, escrevendo-se a letras de ouro mais uma página extraordinária da história da nossa terra. E não se trata de uma página qualquer, trata-se de uma página com os rostos dos seus protagonistas, com rostos de pessoas e de instituições da nossa terra, que inequivocamente se destacaram e destacam ao seu serviço, podendo sempre ser apresentados como exemplos, como casos de cidadãos e entidades, com um nível excepcional de trabalho, dedicação e disponibilidade para servir, tanto nos respectivos percursos pessoais e profissionais como ao serviço da comunidade que integram e do respectivo interesse público.

E é isto que faz a diferença e justifica a sua distinção. Eles são casos que podemos e devemos dar a conhecer, e que nos devem servir de bússola em todos os momentos, especialmente quando estamos a tratar do interesse público e do bem comum. Por isso, é para eles uma última palavra de agradecimento.

Quero neste momento dizer a todos os distinguidos, os cidadãos e instituição, que é um enorme privilégio pertencer a uma comunidade que conta no seu seio com



peessoas, instituições, que são verdadeiros exemplos de vida e de trabalho em prol da comunidade.

Por fim e para terminar, peço a esta Assembleia que me acompanhe, sublinhando com um forte aplauso, o seu reconhecimento pela forma e pelo conteúdo das comemorações do Dia da Cidade.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Muito obrigado.

Senhor deputado António Pinto.

***DEPUTADO ANTÓNIO PINTO (CDS/PP)***

Boa noite.

António Pinto, CDS/PP.

Senhor Presidente, restante Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores deputados, senhores e senhoras.

Estou em condições de vos poder agradecer, receber e transmitir, este voto de melhoras em nome do Dr. Domingos Carvalho. Não só por estar a substituí-lo nesta Assembleia, mas também pelo relacionamento pessoal de amizade que com ele tenho, sendo certo que, ele próprio vos terá a agradecer na próxima Assembleia Municipal.

Dito isto, muito obrigado a todos.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Muito obrigado senhor deputado.

E mais uma vez lhe peço, que transmita ao Dr. Domingos Carvalho, os nossos votos de um pronto e rápido restabelecimento.

Senhor deputado João Cunha.

***DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)***

João Cunha, PSD.

Mais uma vez, a todos muito boa noite.

Eu queria em primeiro lugar, dar aqui três notas estritamente pessoais. Uma primeira que vou transformar em proposta e que é subscrita por mim, pelo deputado Carlos Conceição, pela senhora Presidente da Junta de Leiria Laura Esperança, pela deputada Maria Paula e pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia da Azoia Manuel Carvalho, é uma saudação que de imediato vou passar a ler:

10-06-09 AM



## **PROPOSTA DE VOTO DE SAUDAÇÃO**

*Tendo sido recentemente empossada como Presidente da Escola Superior de Arte e Design, do Instituto Politécnico de Leiria, sediada nas Caldas da Rainha, a deputada municipal Susana Rodrigues, a Assembleia Municipal de Leiria, reunida no dia 9 de Junho de 2010 em sessão ordinária saúda esta assumpção de funções e felicita a referida deputada, desejando-lhe os votos de maior sucesso nestas suas novas responsabilidades.*

O segundo ponto tem a ver também com uma saudação ao deputado Domingos Carvalho, que não está aqui presente, e que naturalmente formulo votos de um rápido restabelecimento.

A terceira nota pessoal, é um voto de pesar que eu quero, sob o ponto de vista pessoal, transmitir ao deputado Luís Pinto, pelo recente falecimento da sua mãe, e portanto também os meus votos de solidariedade.

Queria também deixar duas ou três notas sobre algo que já foi aqui dito.

A senhora deputada Odete João veio aqui dar nota de uma série de obras nas escolas que recentemente foram feitas e eu gostava de dar nota da minha preocupação relativamente aos investimentos que o Estado fez recentemente nas escolas aqui do concelho, nomeadamente das escolas secundárias, relativamente à questão do estacionamento que enfim, estará adstrito ao funcionamento dessas mesmas escolas.

Tanto quanto julgo saber, e corrijam-me se porventura estiver errado, não foi contemplado nesta urgente intervenção que o Governo, a Administração Central fez nestes espaços educativos, a questão do estacionamento, remetendo naturalmente se calhar agora nesta fase, para o Município a responsabilidade de resolver o problema, ou seja, atira os custos da questão do estacionamento para o Município. Não sei se a proposta do Silo-Auto, que vossas excelências apresentaram publicamente, tem alguma coisa a ver com isso ou se o Ministério da Educação vai também participar nessa obra que vossas excelências anunciaram. Era, digamos, uma pergunta que vos queria deixar e portanto naturalmente terão oportunidade de falar sobre ela.

Quanto à questão da necessidade de alterar a Carta Educativa, eu relembro que não está previsto na carta educativa dez novas salas de aula para a Freguesia de Marrazes, oito salas para a Escola Correia Mateus e oito salas também para a Escola





José Saraiva, e depois, todas as outras instituições educativas reorganizaram-se em função disto.

Eu penso que, de qualquer forma, as observações que a deputada Odete João aqui fez, poderão merecer uma atenção e um debate sobre a matéria educativa no concelho novamente, e esse é também um desafio que fica feito para que esta Assembleia também possa fazer esse debate.

Finalmente, gostava também de dizer que em relação à questão da dignidade com que decorreu a sessão ou não decorreu a sessão, e a dignidade da Assembleia Municipal, eu penso que este foi caso único, eu nunca tinha assistido, mesmo até naquelas duas décadas de PSD, que a senhora deputada fez muita questão em sublinhar, eu nunca vi realmente os vereadores da Câmara Municipal não terem onde se sentar, mesmo sendo eles eleitos pela oposição. Eu realmente sou um bocado quezimento, a tal situação, porque durante uma série de tempo andei aqui a perguntar porque é que os vereadores do Partido Socialista se sentavam ali no lugar do público em vez de estarem nos lugares que lhes competia, e ficavam as cadeiras vazias, mas estavam cá as cadeiras, não era efectivamente os vereadores não terem onde se sentar. Mas isso é se calhar uma questão de dignidade institucional, se calhar os conceitos poderão ser diferentes, mas eu não vou sequer pôr isso em causa, penso que foi um excesso talvez de linguagem que queira ter tido nesse momento.

Finalmente queria só dizer, como nota de pé de página, que fiquei extraordinariamente preocupado quando li no jornal aquela questão que foi já aqui aflorada, relativamente à intervenção do Presidente da Leirisport, que para os devidos efeitos aqui também não interessa o nome, mas é o responsável pelo órgão, que no momento, tanto quanto julgo saber, em que a Câmara Municipal estava reunida, no exercício das suas funções, na plenitude das suas funções, no exercício de um mandato eleito pelo povo, com responsabilidade jurídica que lhe é acarretada por esse mandato, haver uma pessoa que é responsável por uma empresa municipal, que esteja a tentar interferir, seja de que forma for, nos trabalhos e nas funções que os vereadores estavam a desempenhar. Isto é algo que tem que ser explicado! Isto é uma pressão ilegítima sobre quem tem o poder de exercer as suas funções eleitas pelo povo. Isto tem que ser assumido e tem que se tirar ilações políticas e responsabilidades jurídicas sobre esta matéria, porque isto não é um assunto que deva, no meu entender, ficar impune. Muito obrigado.

**10-06-09 AM**



***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Muito obrigado senhor deputado.

Antes de dar a palavra ao senhor deputado Luís Pinto, permitam-me, di-lo-ão dez vezes dez vezes o repetirei.

O Presidente da Assembleia Municipal assume a inteira responsabilidade da forma como hoje decorreu esta sessão, o Presidente da Assembleia Municipal sou eu, o que correu bem é responsabilidade minha, o que não correu bem é responsabilidade minha. De cada vez que algo for dito em relação a este assunto para a acta, o Presidente da Assembleia Municipal assumirá a sua responsabilidade como está a fazer.

Senhor deputado Luís Pinto!

***DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)***

Luís Pinto, Partido Socialista.

Muito brevemente, eu perguntava à bancada do PSD, se a confiança política que o Presidente da concelhia do PSD manifestou ao Presidente da Leirisport se mantém ou porventura foi retirado. Obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Tem agora a palavra o senhor deputado Leonel Costa!

***DEPUTADO LEONEL COSTA (PSD)***

Boa noite!

Leonel Costa, eleito pelo PSD.

Senhor Presidente da Assembleia, senhor Presidente da Câmara, meus senhores, minhas senhoras, boa noite a todos.

Um dos maiores segredos do sucesso empresarial reside na capacidade de identificar oportunidades de elevado valor. Tal tarefa, exige, porém, um alargado conjunto de competências, conhecimento, rigor de análise, capacidade estratégica, confiança, equipas motivadas, liderança, credibilidade motivacional, e inteligência emocional e agilidade operacional, que só muito raramente estão concentradas numa personalidade.



Quem possui tais competências, é normalmente uma personalidade de referência, incontornável no seu universo de actuação. Mas quando esse universo tem uma visibilidade generalizada, então a personalidade torna-se uma referência de aceitação generalizada e uma marca de levado valor patrimonial.

Todos a desejam, muitos a admiram, e todos gostariam de poder imitar. É isto que Mourinho é.

Mourinho é hoje uma significativa marca de competência no mundo, provavelmente a maior referência de origem portuguesa, de competência e qualidade, rigor e estratégia.

Mourinho é hoje, um património nacional, de valor incalculável para Portugal e para a economia portuguesa. Mourinho, é a melhor imagem de vantagem apriorística da origem portuguesa. Mourinho, é uma referência para os bons profissionais, Portugal e os portugueses, têm que ser conhecidos como uma origem de qualidade, Mourinho pode-nos ajudar.

Aqui fica, o meu modesto contributo, a quem tanto tem feito, através do seu trabalho, competência e empenho que o caracterizam.

Mas eu, gostaria também de citar, hoje, nesta Assembleia, alguns aspectos e sublinhar alguns alertas que julgo ser de importância maior para a sociedade e concelho, contribuindo assim para que o rigor, a competência, a qualidade, o planeamento, a estratégia, o bem-estar que todos procuramos, mas nem sempre todos executamos, e que muitas vezes não utilizamos da melhor forma.

Passo assim a descrever:

- Estrada Nacional 356/troço Azoia/Maceira;

Acaba de pintar com uma capa de alguns milímetros de alcatrão, em que as zonas com defeitos não foram corrigidas, quero dizer mesmo "buracos". Enfim, pintou-se mas não se tapou o buraco. Imaginem um fabricante de moldes, a soldar um molde, e não eliminar a solda, até porque soldar tem que pedir permissão ao cliente, mas como se tem que possuir certificado do aço, se há solda o certificado do aço perdeu a sua validade. Logo, na maioria dos casos, se há solda o cliente não paga. Falta de rigor e consciência.

Passagem de nível sem guarda na estrada dos Guilhermes – Maceira/Marinha Grande  
Má sinalização, visibilidade reduzida dos sinais existentes, zona de muito pouca visibilidade, mesmo também para quem utilize e bem o acto "Pare, escute e olhe". É, no meu ponto de vista, de bom-tom e no mínimo inteligente, e para que nenhuma

**10-06-09 AM**



desgraça suceda e nos atormente, que sejam tomadas medidas rápidas e urgentes para evitar o pior, pois, como é do conhecimento de todos, com as melhorias que acabaram de ser feitas ou que estão em fase de acabamento nesta zona, terá naturalmente o aumento acentuado de tráfego, o que poderá tornar-se num pesadelo. Falta de competência e consciência.

Rotunda no lugar de Cerca.

Descentrada. Gostaria de saber se é nova metodologia das rotundas ou se é para alterar, pois parece-me que rotundas descentradas não são muito aconselháveis no século XXI. Falta de metodologia e planeamento.

Para terminar, e para não ser maçador, segurança por onde andas, o que podemos esperar como cidadão, ora vejamos:

Só e tão-somente duas simples questões.

Como é que é possível, em pleno século XXI, estarmos vinte e quatro horas sem energia eléctrica, porque alguém, dizem, desviou um cabo eléctrico entre a Moita e a Marinha Grande, para não falar nos constantes cortes de energia, em tempo útil.

Como é que é possível, estarmos noventa e seis horas sem comunicações telefónicas e sem comunicação de dados, mais precisamente desde sexta-feira, dia 21 de Maio, pelas sete e trinta da manhã, foi quando detectámos tal situação, ao dia 24 de Maio, segunda-feira, mais ou menos pelas dezoito horas, isto porque, provavelmente, desviaram os cabos, dizem, embora a versão final não seja esta. Isto, numa região essencialmente exportadora, e exposta a constantes visitas de clientes internacionais – que imagem!

Mais grave ainda, na tentativa de saber qual a razão, não existe interlocutor, só podemos fazer a reclamação e por vezes nem isso. Mas, porque somos persistentes, e após diversos contactos e tentativas, a resposta até chegou, “não trabalhamos ao sábado”. Que mais nos irá acontecer Falta de responsabilidade e rigor.

Meus senhores e minhas senhoras, para melhorarmos a nossa imagem, sigamos Mourinho, é claramente um bom exemplo. Obrigado por me escutarem.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Paulo Pedro.

***DEPUTADO PAULO PEDRO (PS)***

Boa noite!

10-06-09 AM



Paulo Pedro, Partido Socialista.

Senhor Presidente, trazia hoje aqui uma pergunta que tem assolado os habitantes de algumas freguesias do nosso concelho, relativamente ao facto de algumas empreitadas de saneamento básico, terem sido paradas, porque penso que faliu a empresa que as tinha adjudicado.

Este problema sabemos que é muito complicado de resolver, já aconteceu noutras zonas do nosso concelho, mas que também é um problema que traz graves prejuízos aos habitantes das zonas afectadas.

Eu perguntava-lhe senhor Presidente, se a Câmara está a tomar alguma atitude, se os Serviços Municipalizados estarão a tomar alguma atitude, no sentido de diminuir os prejuízos causados por esta situação.

Depois, aproveitava para fazer um reconhecimento, pelo início de uma obra que esperávamos há uma década ou mais, provavelmente a primeira candidatura a programas para apoio dessa obra, que terá mais de uma década, que é o início da Estrada Atlântica. É uma estrada que vem dar continuidade à parte que já está feita do concelho da Nazaré, Alcobaça e Marinha Grande, e que vai ser prolongada depois pelo concelho de Pombal, que também já começou com alguns trabalhos, e, era uma obra que fazia muita falta à Praia do Pedrógão. E era por isso que a população daquela zona se mostra reconhecida pelo início dessas obras. Era só, obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Muito obrigado senhor deputado.

Tem a palavra a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Leiria.

***DEPUTADA LAURA ESPERANÇA (Presidente da Junta de Freguesia de Leiria)***

Boa noite a todos!

Laura Esperança, Presidente da Junta de Freguesia de Leiria.

Duas informações. Uma é, com imenso orgulho, que estamos a comemorar o 8º Aniversário da criação do Dia da Freguesia de Leiria, é o dia que comemora a elevação da vila de Leiria a cidade, em 1545, no mesmo ano em que foi criada a diocese de Leiria – Fátima a 22 de Maio, e eu aproveitava para fazer o convite, extensivo a todas as pessoas que se encontram na sala, principalmente para o dia 13 de Junho, em que vamos ter às onze horas a sessão de apresentação do vencedor do prémio Korrodi, da 4ª Bienal do prémio Korrodi, às quinze horas a apresentação do



livro do Dr. Saul António Gomes “A Comuna Judaica de Leiria – das origens à expulsão”, o primeiro no Castelo de Leiria, e o segundo às quinze horas, na Junta de Freguesia de Leiria. Depois, vamos integrar o Festival de Folclore Cidade de Leiria, organizado pelo Rancho da Região de Leiria, às dezassete horas. À noite, haverá um concerto, que é um concerto organizado no âmbito do Festival de Música de Leiria, na Igreja dos Franciscanos, organizado pelo Órfeão de Leiria.

Queria também dizer que no dia 12 de Junho, dia que antecede o 13 de Junho, vamos ter a apresentação do livro “Ao encontro do Castelo de Leiria - Cantos e Recantos”, da autoria de Adélio Amaro, e vamos assinar um protocolo com a Associação de Investigação e Cultura dos Açores/Leiria, e que vai ser transmitido pelos rádios amadores para todo o mundo, a partir do Castelo de Leiria. Serão certamente momentos únicos e de grande interesse para a Leiria, podermos celebrar com dignidade o Dia da elevação da Vila de Leiria a Cidade.

Queria muito agradecer à Câmara Municipal a divulgação e o apoio que foi dado, aliás, é habitual a Câmara Municipal apoiar a Junta de Freguesia na afirmação da sua identidade, enfim, elevar e dar relevo a este pequeno território que é o coração da Cidade.

O segundo assunto, e dirigia-me ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Leiria, tem a ver com a técnica de serviço social ao serviço da Junta de Freguesia de Leiria. A Câmara Municipal de Leiria, em Dezembro de 2009, acabou com o destacamento da técnica do serviço social, a Dr.<sup>a</sup> Carla Feliciano, que estava há 8 anos a trabalhar nas instalações da Junta de Freguesia de Leiria, era um quadro superior que estava cedido à m/ Junta de Freguesia, e sem qualquer contacto, informação adicional ou explicação para com a Junta de Freguesia de Leiria, aliás, a notícia chegou ao conhecimento do executivo da Junta de Freguesia de Leiria e da própria técnica, através do jornal, em Novembro.

Esta decisão, vem na sequência de uma proposta da recém-eleita vereadora da Acção Social (na altura em Novembro), que foi objecto de críticas acesas ao Sr. Presidente em reunião de executivo por parte da vereação do PSD, em virtude do excelente trabalho que vinha sendo desenvolvido na Freguesia e no Concelho, que é um trabalho articulado com os parceiros e em rede (e, apenas como nota pessoal, eu fui recentemente nomeada para representar a ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias, na plataforma supra concelhia do Oeste, da rede social, cuja instância territorial é equivalente às NUTS 3 abrangendo portanto 13 concelhos: Alcobaça,

**10-06-09 AM**



Alenquer, Arruda dos Vinhos, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Peniche, Rio Maior, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e que é coordenada pelo Centro Distrital de Lisboa). E dizia eu, que esta mais-valia que foi pioneira no País, deu uma capacidade de intervenção e visibilidade à Junta de Freguesia de Leiria que até então não existia.

Efectivamente esta técnica encontrava-se na Junta de Freguesia de Leiria há oito anos. Nunca trabalhou na Câmara Municipal, porque ela veio do destacamento do sul do País, e evidenciou sempre um grande profissionalismo, uma boa adaptação a Leiria, ao ponto de ter sido sugerido pelo anterior executivo camarário, que a mesma desse apoio à Junta de Freguesia dos Marrazes e também à CPCJ. Isto seria uma primeira fase.

Este novo procedimento, o de um Presidente da Câmara decidir e assinar documentos sem ter a certeza ou de ter a certeza que o assunto já teriam sido conversado, ou no mínimo terem uma pequena e simples atenção para com o Presidente de Junta de Freguesia eleito, representante da população que o elegeu e que representa os Leirienses. Bastava um simples telefonema a dar nota, a antecipar ou mesmo a conciliar outras soluções. Não lembraria mesmo a ninguém, eu acho que mesmo o diabo não se lembraria de tal coisa. E foi também nessa altura que contactei, em nome do executivo da Junta de Freguesia de Leiria, o gabinete do senhor Presidente da Câmara, a fim de agendar uma reunião para que pudéssemos conversar sobre este e outros assuntos de interesse para a Freguesia de Leiria. Acontece, porém, que até à data não existiu qualquer resposta a esta solicitação, nem qualquer agendamento para reunião, nem tão pouco qualquer contacto telefónico sobre esta mesma questão.

Pergunto, não terá o senhor Presidente, tão ilustre figura, dois minutos do seu tempo para receber esta humilde Presidente de Junta de Freguesia, de uma das maiores freguesias do Concelho, com três mandatos consecutivos, legal representante da população, e com provas dadas? Ou seja, não teve ainda, o senhor Presidente da Câmara Municipal, dois minutos do seu tempo, para disponibilizar em prol dos residentes e eleitores da Freguesia de Leiria, em particular aos mais carenciados?

É apenas uma questão que deixo para que se possa reflectir.

Perante todas estas circunstâncias, e a inércia deste executivo camarário para colaborar com as Juntas de Freguesia, a fim de solucionar as questões que têm subjacente acordos e interesses comuns, a Junta de Freguesia de Leiria viu-se



obrigada a recrutar, em regime de programa ocupacional, uma técnica de serviço social, vínculo esse que termina em Junho do corrente ano, uma vez que não pode receber mais subsídio de desemprego.

A adaptação desta técnica acabou por se revelar bastante facilitada, em virtude da mesma ter efectuado um estágio curricular anteriormente nesta Junta de Freguesia, tendo por coordenadora a citada Dr.<sup>a</sup> Carla Feliciano, conhecedora portanto das realidades da Freguesia e do concelho.

Ora, considerando que esta Junta de Freguesia é a única Junta do concelho que não recebe qualquer verba do Fundo de Apoio Municipal Técnico, como acontece com todas as Juntas de Freguesia, deixo aqui apenas para se compararem valores, dois ou três exemplos.

Cito por exemplo a Maceira, que tem trinta e cinco mil quinhentos e oitenta e oito euros, e depois três Freguesias (Pousos, Colmeias, Caranguejeira) têm dezanove mil duzentos e noventa e quatro euros cada.

Entre outras, afigura-se que nos encontramos numa situação de desigualdade evidente para com as restantes Juntas de Freguesia, até porque, além da referida técnica social, não temos nem nunca tivemos qualquer pessoa dessa Câmara Municipal destacada ou a trabalhar sobre a nossa direcção nesta Freguesia como existe noutras...

#### ***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Senhora Presidente, peço desculpa por a interromper, eu permito-me dizer-lhe, que a senhora Presidente já excedeu em mais de cinquenta por cento o seu tempo. Eu apelo a que termine.

#### ***DEPUTADA LAURA ESPERANÇA (Presidente da Junta de Freguesia de Leiria)***

E estou mesmo a acabar.

Considerando as alterações introduzidas pelo orçamento de Estado limitando o recrutamento de novos recursos humanos, considerando que as Ciências Sociais, em particular a questão da Acção Social, não deve ser tratada de forma leviana, agora por um programa ocupacional e depois por outro, etc., mas antes por quem é conhecedor da realidade, das pessoas e dos processos. Isto promove o estabelecimento de uma desejável e imprescindível relação de confiança e que economiza e racionaliza tempo e meios.





Considerando que o princípio da descentralização e da subsidiariedade deve ser uma prioridade da administração pública autárquica, seria de todo conveniente a celebração de um protocolo de delegação de competências na área social. Por isso, apenas aponto três soluções, a Câmara disponibilizaria uma das suas técnicas, colocando-a em regime de mobilidade na Junta de Freguesia, a Câmara atribuiria uma verba à Junta de Freguesia de Leiria através do Fundo Municipal de Apoio Técnico, para contratação de um técnico, ou realizaria um protocolo de delegação de competências na área social, com atribuição de uma verba para a contratação de um técnico.

Tenho também aqui uma informação que veio da CPCJ e que gostaria de ler...

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Não senhora Presidente, permitir-me-á, gastou dez minutos tinha direito a cinco. A última sessão, o exemplo que a senhora Presidente deu foi de vinte e cinco minutos, eu peço-lhe desculpa.

***DEPUTADA LAURA ESPERANÇA (Presidente da Junta de Freguesia de Leiria)***

Pronto então eu depois intervirei quando for o esclarecimento porque isto também se pode incluir no relatório do Município...

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Fará como muito bem entender.

Senhor deputado Carlos Guerra.

***DEPUTADO CARLOS GUERRA COELHO (PCP)***

Boa noite.

Carlos Guerra, PCP.

Senhor Presidente, senhores membros da Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores.

Senhor Presidente, eu aceito a inclusão do ponto da demolição da Capela das Chãs para a próxima sessão, mas eu discordo um pouco da interpretação que foi dada e eu tinha aqui este assunto para expor e vou fazê-lo.

Estamos a realizar esta sessão ordinária da Assembleia Municipal em 9 de Junho. Dispõe o artigo 87º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, que a ordem do dia deve incluir os assuntos que para esse fim forem indicados por qualquer membro do



órgão, desde que sejam da competência do órgão, e o pedido seja apresentado por escrito, com uma antecedência mínima de cinco dias sobre a data da reunião, e no caso, das reuniões ordinárias. Realmente o Regimento fala em oito dias, há aqui uma contradição. No dia 26 de Maio foi pedido ao senhor Presidente da Assembleia Municipal a inclusão de um assunto no período da ordem do dia – Recomendação da revogação da deliberação que autorizou a demolição da Capela das Chãs. Contudo, até à presente data não foi recebida qualquer resposta, nem sim nem não.

Mas curiosamente, nesse mesmo dia 26, foi incluído um novo ponto, o ponto quinze “Aluguer Operacional de Viaturas”, a pedido da Câmara. Não aceitamos e denunciámos esta violação das regras de funcionamento, que consideramos nós, não democrático deste órgão.

Trata-se de uma violação do princípio da legalidade, e nós não baixaremos a bandeira da defesa do património construído no território do concelho. Porém, senhor Presidente e senhores deputados, nós somos persistentes na defesa dos valores em que acreditamos, nomeadamente nos valores da democracia e dos princípios democráticos do funcionamento dos órgãos das instituições e nos valores da preservação dos testemunhos relevantes da acção humana ao longo do tempo histórico.

Por isso, vimos novamente levantar a questão da deliberação da Câmara que autorizou a demolição da Capela de Nossa Senhora das Necessidades, em Chãs, e repetimos o que aqui expusemos na sessão de Abril.

Não vou ler o que expusemos, tinha aqui para ler, mas face ao adiantado da hora, leio apenas a parte final da exposição que termina assim “A Câmara e o PS estão a tempo de arrepiar caminho antes que seja irremediavelmente tarde.”

Na página um do relatório de actividades, e aproveito já agora para falar, hoje apresentado, são referidas várias reuniões em que o Presidente esteve presente, entre elas destacamos a reunião com as Águas do Mondego SA. Antes de mais, porém, cabe frisar a forma como estas vêm discriminadas, não havendo qualquer alusão ao que nelas foi tratado, o que, *per si*, já nos parece grave. Pois se numa foi presença e representatividade, já noutras foram tratados assuntos da maior importância para o Município. Lamentamos que no caso em concreto só tenhamos tido conhecimento através dos *media*. Assim, ficámos a saber, que está na forja, a criação de uma empresa multimunicipal de abastecimento de água e discute-se já a



forma como vai ser criada essa empresa, e o capital já está definido - Municípios 49%, Águas de Portugal 51%. É um regabofe!

Dezenas de anos de investimento e gestão, infra-estruturas e equipamentos de milhões e milhões de euros para quê? Trata-se sem dúvida do primeiro passo para a privatização. Se tal se viesse a concretizar, seriam as populações a suportar a ambição dos lucros, o preço da água iria subir sempre que a empresa criada viesse justificar a necessidade de “repor o equilíbrio financeiro”. Não contam connosco!

O último assunto é sobre o jardim da Almuinha Grande.

À comissão concelhia de Leiria do PCP, têm chegado preocupações cada vez mais insistentes sobre as reais intenções da Câmara para os terrenos onde deveria ser feito o jardim da Almuinha Grande. Também moradores da urbanização nova de Leiria, têm manifestado a sua grande inquietação sobre o futuro desse espaço e denunciado eventual intenção da Câmara querer para lá transferir a estação rodoviária de Leiria.

No relatório da actividade da Câmara, para esta sessão, nas páginas oito e dez, somos informados que estão em curso os trabalhos relativos à alteração do plano de pormenor da Almuinha Grande, e que, neste âmbito, estão a ser preparados os elementos referentes à dispensa da avaliação ambiental, para serem presentes a reunião de Câmara Municipal, bem como, estão a ser elaboradas as peças de um processo de exclusão da REN.

Ao negar-se a promover o debate público sobre o eventual futuro do centro comercial no local da actual Rodoviária, e as suas consequências pelo desrespeito de uma decisão da Assembleia Municipal, só faz adensar as preocupações acerca das suas reais intenções. A isto, junta-se, conforme relatou a imprensa local, a recente recusa da Câmara, maioria PS/CDS, de recorrer aos fundos comunitários para construir o jardim com base em argumentos inaceitáveis. Recorda-se que o jardim está previsto no plano de pormenor da Almuinha Grande, que serviu para promover o empreendimento imobiliário, e que é um equipamento necessário para a melhoria da qualidade de vida da população do Arrabalde da Ponte, Urbanização Nova Leiria, e da cidade em geral. Este equipamento é ainda uma importante infra-estrutura de requalificação do território urbano inserido na Freguesia dos Marrazes, que tão mal tratada tem sido pelos diversos poderes municipais.



Por isso é preciso e urgente, que se clarifique de vez esta questão, e não se coloque novamente o Município de Leiria ao serviço de interesses privados em detrimento do interesse geral.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Micael Sousa.

***DEPUTADO MICAEL SOUSA (PS)***

Boa noite.

Micael Sousa, Partido Socialista.

Finalmente Leiria vai ter o que há muito foi prometido. Finalmente, vamos ter uma obra estratégica que já urgia. Finalmente teremos o alargamento do IC2 e com isso a possibilidade de ver resolvidos alguns dos problemas de mobilidade, que tanto prejudicam os leirienses e todos os que atravessam o concelho por esta importante via. No entanto, um projecto desta envergadura, dificilmente pode ser realizado sem causar impactos negativos, especialmente a nível local. Chamo a especial atenção para o inevitável encerramento de algumas empresas, devido aos processos de expropriação para libertar terrenos para a construção, e para a necessidade de tudo fazer, de todos os esforços canalizar para as manter no concelho, pois muitas dessas empresas têm um importante papel na economia local, quer pelos impostos que geram quer pela riqueza que produzem e postos de trabalho que criam.

Outro aspecto importante, e que deve ser tido em conta, passa pela necessidade de minimizar os impactos negativos da rede rodoviária local durante a execução da empreitada, assegurando a correcta gestão do tráfego e promoção de alternativas rodoviárias temporárias.

Apesar dos aspectos negativos identificados, desde que minimizados, esta obra trará vantagens inéditas para o concelho e região. Leiria finalmente terá uma via capaz de canalizar o tráfego de passagem regional e de ser um troço importante de uma verdadeira e funcional via circular interna.

Das melhorias do actual projecto saliento: o aumento do número de vias em ambos os sentidos, a colocação de separadores centrais em toda a extensão do traçado, o impedimento de viragens à esquerda, tão importantes para a segurança rodoviária, e as ligações desniveladas que permitem acesso local sem quebras no fluir da corrente de tráfego principal.

**10-06-09 AM**



Mas só o incremento do número de vias, não seria suficiente para aumentar a capacidade do IC2 para os níveis desejados, o que torna imperativa a reformulação dos meios rodoviários em Azoia e Marrazes. Espera-se que os acessos a vias locais e edifícios nas imediações do IC2 sejam reformulados também, minimizando os erros provenientes da falta de planeamento urbano do passado.

Pois, não se compreende como foi possível construir imediatamente ao lado desta via, tão próxima da faixa de rodagem, e com acessos directos a ela, algo que agora obriga a expropriações por falta de visão estratégica e que tem contribuído para congestionamentos e redução das velocidades praticadas.

Espero também que possamos aprender com os erros do passado e que esta obra se concretize cumprindo todo o seu potencial que promete.

Gostaria de deixar também os parabéns a todos os voluntários que participaram no "Limpar Portugal", no último sábado.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Muito obrigado senhor deputado.

O senhor deputado José Alves pediu-me para usar da palavra no uso do direito de resposta.

***DEPUTADO JOSÉ ALVES (PS)***

José Alves, do Partido Socialista.

Senhor deputado Manuel Antunes, já ando aqui há vinte anos, na Assembleia e na Câmara Municipal, e encaro política com os adjectivos que cada um, em cada momento, utilize. Há aqui deputados do meu tempo e que naturalmente usaram este ou outros adjectivos. O adjectivo é político, não é pessoal, ainda vossa excelência não me conhecia mas eu já conhecia vossa excelência pela posição que ocupa, e fui aos almoços à Memória, de homenagem à sua pessoa, dos amigos como o Raul Castro, que foram por si intervencionados do ponto de vista médico. Ainda há pouco tempo votei aqui favoravelmente uma proposta a seu respeito, portanto, a questão pessoal não se mete aqui, como o deputado José Manuel Silva diz, e bem, uma questão é a questão política outra questão é a questão pessoal.

"Quezilento" foi a palavra que me saiu quando à frente de um gravador me fizeram a pergunta e eu respondi "quezilento". Estava a pensar concretamente nos expedientes processuais que têm sido utilizados na Assembleia Municipal e não me refiro à bancada toda naturalmente, refiro-me só àquelas pessoas que os utilizam, mas que



são as lideranças, e referia-me à vereação, também só as lideranças. E, a última gota de água que me fez utilizar essa palavra, impensada mas mantenho, é que o Dr. Luciano de Almeida, no 25 de Abril, foi chamado a intervir, democraticamente pela Câmara, que lhe quis dar esse direito como deu a todos os partidos, e utilizou o Regulamento das Taxas Municipais como intervenção no 25 de Abril. Acha apropriado, correcto e afirmativo, está certa essa intervenção sobre o 25 de Abril? Não está cá para se defender, mas falou sobre o regulamento de taxas municipais na sessão solene do 25 de Abril, vossa excelência não assistiu, eu assisti.

De modo que, não pode levar a mal que utilize um adjectivo ou outro, que vem no dicionário, que pode ser pejorativo do ponto de vista político mas não é do ponto de vista pessoal, e não é extensivo sequer a todos os vereadores, muito menos a toda a bancada do PSD.

Agora há uma coisa, eu intervim, como vossa excelência disse e bem, na qualidade de Presidente da Comissão Política do PS, até adiei aquela pequena entrevista por várias semanas para ter tomado posse, tive até esse cuidado, e nessa qualidade eu não devo nenhuma explicação a esta Assembleia, devo explicações a esta Assembleia enquanto secretário da Mesa. Quando eu não cumprir a minha função como secretário da Mesa ou como deputado municipal tem todo o direito de me questionar, como Presidente da Comissão política responderão nos jornais, onde quiser, mas quem me deve responder, em primeiro lugar, acho que é o Presidente da Comissão política do PSD, que é o meu interlocutor institucional, não é a Assembleia Municipal, é o Presidente do PSD. Se há divergências no PSD sanem-nas, é problema vosso, o meu é este. O meu interlocutor chama-se José António Silva e é com ele que eu falo como Presidente da concelhia, não é como membro desta Assembleia.

Quando falou sobre o murro não percebi se se queria referir a mim, não percebi, porque o PSD, mais uma vez, hoje usou aqui um estratagemma. Eu como não costumo bater nas pessoas nem por excepção, não me revejo nessa sua afirmação, noutros casos concretos, como vereador da Câmara, fui ofendido por pessoas do PSD e ainda aqui estou. Portanto, acho que devemos encarar estas coisas como devem ser encaradas, numa disputa político-partidária, saudável, que é assim que eu estou na vida e é assim que eu estou na política, queira ou não queira vossa excelência que assim seja.



***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Muito obrigado senhor deputado.

O senhor deputado Manuel Antunes tem um minuto para usar o direito de réplica.

***DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)***

Muito obrigado senhor Presidente.

Apenas para chamar a atenção que a não ser que o senhor deputado José Alves desminta aquilo que está aqui escrito, o senhor deputado José Alves falou especificamente no funcionamento da Assembleia Municipal, e no que diz respeito à Assembleia Municipal o interlocutor são os deputados da Assembleia Municipal, não é qualquer outro órgão político, são os deputados da Assembleia Municipal.

Eu peço desculpa, não aceito esse tipo de argumentação.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Muito obrigado senhor deputado.

Vamos dar este assunto por encerrado. Tenho apenas uma proposta para submeter à votação, uma vez que o requerimento do senhor deputado José Francisco será encaminhado, como cumpre, para a Câmara Municipal, e não há mais nenhuma proposta na Mesa. A única proposta que existe na Mesa é um voto de saudação à senhora deputada Susana Rodrigues, pela assumpção de funções como Presidente da Escola Superior de Arte e Design do Instituto Politécnico de Leiria. Sintetizei bem assim ou faz questão que eu leia tudo? Portanto, a proposta que nos é feita é no sentido de aprovarmos um voto de saudação pelos motivos já referidos.

Querem discutir o voto?

Pergunto quem vota contra?

Quem se abstém?

**A Assembleia Municipal de Leiria delibera, por unanimidade, aprovar um voto de saudação à deputada Susana Rodrigues, pela assumpção de funções como Presidente na Escola Superior de Arte e Design do Instituto Politécnico de Leiria.**

Fica registado em acta, obviamente, que a senhora deputada Susana Rodrigues não participou na votação.

Tenho um pequenino problema que gostava de partilhar convosco, não vou deixar de o assumir. O senhor deputado Carlos Guerra diz que é feita a entrega do pedido



numa data que, por aquilo que ele diz, permitiria agendar o ponto relativo à questão da demolição da Capela de Nossa Senhora das Necessidades, em Chãs.

Tanto quanto eu tive conhecimento, isso não aconteceu, não foi entregue dentro de tempo útil para que fosse agendado. Em todo o caso, eu admito perfeitamente um lapso da nossa parte, isto pode ter acontecido, como pode imaginar eu não estou todos os dias na Câmara Municipal, tenho a minha vida profissional, e isso pode ter acontecido. Deixarei a questão à decisão desta Assembleia, se a Assembleia assim o entender este será o nosso último ponto da ordem de trabalhos de hoje, uma vez que eu admito que o senhor deputado Carlos Guerra pode ter razão.

Senhor deputado gostaria que fosse hoje? Aceita que seja incluído na ordem de trabalhos da próxima sessão em Setembro? Pronto, então ficará para Setembro.

Senhor deputado João Cunha deseja fazer um ponto de ordem? Não vejo aqui nenhum ponto de ordem senhor deputado, se me quiser interpelar talvez eu compreenda, um ponto de ordem não, mas eu admito uma interpelação, faça favor.

***DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)***

João Cunha, PSD.

É apenas por uma questão cautelar. Para que o ponto que deputado Carlos Guerra quis agendar para a Assembleia Municipal não fique prejudicado, é que fique pelo menos a intenção de não se demolir a Capela antes de o assunto ser discutido. Muito obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Senhor deputado, isso não passa da expressão do seu desejo, fica registado em acta, o senhor deputado exprimiu o desejo dele, não é necessariamente a vontade da Assembleia até porque a Assembleia não foi auscultada a este respeito, e o senhor deputado disse que pode ser em Setembro.

Terminado este período, vou dar a palavra para o direito de resposta ao senhor Presidente da Câmara.

***PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)***

Boa noite a todos.

Senhor Presidente, senhores deputados, munícipes, órgãos da comunicação social.





Tentando responder telegraficamente às questões que foram dirigidas à Câmara, queria começar por dizer à senhora deputada Odete João, que naturalmente e obviamente a carta escolar, a carta educativa tem que ser reavaliada face às novas condições, face às situações que se deparam, portanto temos que fazer essa reavaliação para depois seguirmos a tramitação normal.

Queria dizer ao senhor deputado José Francisco que em relação ao edifício D. João III, obviamente vamos ver o que é que se passa porque já foi aprovado no anterior mandato e não sabemos, pelo menos eu não tenho de memória, como é que as coisas se passaram.

Quanto à questão do trânsito e estacionamento pagos, pediria autorização ao senhor Presidente da Assembleia para que o senhor vereador António Martinho pudesse falar também muito rapidamente sobre esta situação do que se passa em relação aos estacionamentos.

***ANTÓNIO MARTINHO (VEREADOR DO PELOURO DO DESPORTO, TRÂNSITO, SEGURANÇA RODOVIÁRIA, PLANEAMENTO, GESTÃO E REGULAÇÃO DOS ESTACIONAMENTOS)***

Boa noite a todos.

Eu vou procurar ser muito rápido.

De qualquer das maneiras não vou começar pela questão do deputado José Francisco, vou começar pela questão colocada pelo deputado António Pinto, para reiterar o rápido restabelecimento do Dr. Domingos Carvalho e que esteja em breve entre nós, porque é um deputado municipal e é o líder da bancada do CDS/PP, partido pelo qual fui eleito.

Relativamente ao estacionamento e muito rapidamente, o estacionamento inscreve-se numa questão de mobilidade e tem três factores fundamentais. Aliás, esta questão foi abordada com mais profundidade e vai continuar a ser, no Conselho Municipal de Trânsito agora denominado Conselho Municipal de Mobilidade e Trânsito.

É o desenho urbano, que há muito trabalho feito, é a fiscalização, compete às entidades policiais e é sobretudo a atitude cívica e ética e o respeito de quem circula.

E sobre esta matéria como o deputado José Francisco se lembra, no último Conselho Municipal de Trânsito, foi proposto a introdução de mais um elemento da nossa universidade, o IPL, precisamente doutorado nestas áreas ou seja, o trânsito para além das questões físicas da via também deve ter uma matriz comportamental, e é



essa matriz que nós queremos introduzir no Conselho Municipal de Trânsito, a par de que temos também uma escola de trânsito na Ortigosa, que quando começar a funcionar em pleno vai ser dirigida a gente mais jovem como já aqui foi tratado, e portanto é nessa matéria que nós vamos apostar.

Queria-lhe dizer muito rapidamente o seguinte:

Relativamente aos estacionamento e penso que falou nos estacionamento junto à Fonte Quente, nos prédios que estão construídos do lado direito da Rua Anzebino da Cruz Saraiva, penso eu, eu não lhe poderei dizer já mas julgo que esse espaço ainda não é espaço público municipal. Como sabe, aquilo que está incluído no loteamento e só passa a ser espaço público, a partir do momento em que as infra-estruturas são entregues. Eu não tenho essa certeza, aqui, mas posso transmitir depois.

Portanto a questão da intervenção da Câmara está digamos um pouco condicionada, não está a educação das pessoas, como é óbvio.

Relativamente também às questões de estacionamento da Fonte Quente, é um parque como sabe, e se mora ali ao pé, que tem um preço perfeitamente acessível, as pessoas não utilizam, preferem estacionar daquela maneira. E também quero lembrar que temos um Estádio Municipal com lugares vagos, mil e quinhentos lugares vagos, e temos uma contagem, e esta contagem não foi agora feita, foi no mandato anterior, por uma pessoa que trabalha agora comigo, em que temos um pico de trezentos e cinquenta lugares, máximo, ocupados, ou seja, as pessoas não dão um passo para nada. E portanto, vamos ver como é que esta matriz comportamental vai ter que ser alterada, terá que ser se calhar como a história da senhora e do pau.

Com respeito a algumas iniciativas da Câmara, eu tenho aqui um estudo do estacionamento pago, na generalidade do espaço urbano, pelo menos naquele espaço mais envolvente, avenças de estacionamento à superfície porque se há estacionamento em cave ou estacionamento em parques de estacionamento com avenças, também deve haver à superfície, pessoas que têm dois carros e querem deixar os carros na rua, pagam pelo menos um, porque têm direito a um cartão de residente e isso terá uma perspectiva de funcionar em coroa circular ou em números de zonas.

Portanto, são questões a estudar, isto são questões articuladas, não se podem entender de uma forma linear nem de uma forma desgarrada, isto depois articulam-se com outras questões, com uma pequena referência que eu também vou fazer aqui

**10-06-09 AM**



mesmo no fim. E também para zonas fortemente residenciais vamos criar um cartão de residente, para permitir o estacionamento correcto. É claro que, o desenho urbano é fundamental porque impõe um ordenamento do trânsito.

Uma outra questão que o Eng.º José Francisco referiu aqui e que não tem exactamente a ver com o estacionamento, tem a ver com a segurança rodoviária, foi a questão das velocidades.

Ora bem, muito embora não faça parte da comissão, quero no entanto disponibilizar-me perante os senhores deputados e mesmo no Conselho Municipal de Trânsito, para vos poder falar sobre segurança rodoviária, porque a Câmara está em fase de implementação de um plano rodoviário e segurança. E como tal, se entenderem útil, numa reunião de Assembleia Municipal em que se trate dessas questões, eu terei todo o gosto em vir aqui expor perante os senhores deputados municipais tudo o que a Câmara tem feito a este respeito.

Uma última nota e para acabar, é para comunicar também ao deputado José Francisco que o trabalho que esta instituição vem desenvolvendo ao longo do tempo, está de certa forma reconhecido ao ponto da Universidade de Aveiro ter convidado a Câmara de Leiria para um elemento, neste caso vou ser eu, ser conferencista num workshop em Aveiro sobre questões de mobilidade.

É isso que vamos fazer, e o que entendemos fazer procuraremos fazê-lo bem, dar conhecimento de todo o trabalho que vem sendo desenvolvido ao longo dos tempos, porque é importante para nós, autarcas, procurar prestigiar a nossa instituição, independentemente do tempo e independentemente de quem o fizer.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Muito obrigado senhor vereador.

Senhor Presidente vai continuar? Faça favor.

***PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)***

Queria dizer agora à senhora deputada do Bloco de Esquerda, Mónica António, que há cerca de quatro meses a esta parte tem vindo a haver intervenções no Bairro da Integração e da Cova das Faias, e aguarda-se que a empresa NHC, que é a proprietária da larguíssima maioria de fogos do Bairro Sá Carneiro, avance com as obras a que se comprometeu para a recuperação daquele espaço.



Quanto à ETES, naturalmente quando chegar à altura, saberá como é que o processo evoluiu, como é que finalmente se conseguiram dar passos certos sobre esta matéria.

Queria depois dizer ao senhor deputado João Cunha, que o estacionamento das escolas, obviamente, não há qualquer acordo, e a nossa atitude tem sido exigir à Parque Escolar, a revisão daquela situação, no sentido de garantir o estacionamento e sabemos que ele vai ser diminuído na sua capacidade pelo menos em relação ao que respeita à Escola Francisco Rodrigues Lobo.

Diria também que esta proposta da Silo-Auto, naturalmente que há-de chegar-se a uma altura em que se perceberá o que é que está aqui em causa, porque já no anterior mandato, só para dar conhecimento, teria sido avançada a necessidade de, às entradas da cidade, criar parques de estacionamento que articulados com o Mobilis pudessem garantir melhor qualidade ambiental à própria cidade.

Queria também dizer ao senhor deputado Leonel Costa que em relação ao EN356, nós já fizemos o devido lamento às Estradas de Portugal, porque a responsabilidade é dessa entidade, que na nossa óptica limitou-se a uma pequena intervenção, embora a extensão seja elevada, mas que realmente podia ter sido muito melhor.

Diria também que, em relação ao problema da energia eléctrica que acompanhámos e que a própria EDP reuniu com o NERLEI, isto foi amplamente discutido, houve algumas garantias da parte da EDP, vamos esperar que esta questão não se venha a repetir.

Relativamente à intervenção do deputado Paulo Pedro, a questão do saneamento básico.

De dois sectores do concelho, só para dar a conhecer que foram aceites e autorizados, o trespasse das obras para, num caso um consórcio nouro caso uma outra empresa, de modo a que os trabalhos possam prosseguir a muito curto prazo.

Diria à Presidente de Junta de Freguesia de Leiria, deputada Laura Esperança, duas ou três coisas.

Uma delas realmente, penso que esse assunto da técnica de serviço social teria ficado resolvido numa reunião que teve com a senhora vereadora da Acção Social na devida altura. Diria também que, na mesma medida em que está a solicitar a deslocação de uma funcionária da área social, numa altura em que, e diga-se, a iniciativa veio de trás, nós limitámo-nos a concretizá-la, que é a instalação dos chamados GIP´s no mercado Sant'Ana, não fará grande sentido que estejamos aqui



a duplicar este tipo de estruturas. Mais ainda, justificar-se-ia que a ser assim tivéssemos os recursos para afectar às Freguesias de relevante dimensão, como é o caso de Maceira, Marrazes, e Pousos. E portanto, como não há esse tipo de recursos, estamos a servir-nos do GIP para resolvermos os problemas dentro daquilo que é possível, de natureza social.

Queria também dar aqui nota que o facto de se lamentar que não teve oportunidade de reunir comigo, desse mal também se queixam muitos Presidentes de Junta de Freguesia do nosso concelho. Efectivamente a responsabilidade é minha, não tenho tido disponibilidade, não sou omnipresente e não consigo isso. Mas lembraria aqui, no seu caso concreto, que na altura em que solicitou essa reunião, tive o cuidado de solicitar ao vice-presidente da autarquia para a receber, e aquilo que começou por dizer, segundo me disse o senhor vice-presidente, foi que se recusava a reunir porque queria era ser recebida pelo Presidente. Portanto, eu tenho aqui esta nota, e estou a transmitir aquilo que me foi dito.

Diria também ao senhor deputado Carlos Guerra, que realmente tem que se deixar de fantasmas e deixar de criar histórias que não existem.

O Plano de Pormenor do Jardim da Almuinha Grande, não tem nada a ver com Rodoviária. O plano de pormenor da Almuinha Grande tem a ver com a necessidade de corrigir algumas situações, nomeadamente o próprio edifício da Cooperativa que não está legal, e veja-se há quantos anos ele ali está. E portanto, permitiu-se tentar nesta revisão, que obviamente há-se ser depois posta à consideração da Assembleia, e não se fez, ninguém falou nisso, também não tenho ideia nenhuma sobre isso, de alguma vez ali vir a ser implantada a Rodoviária.

Diria também que, quanto ao protocolo das Águas de Portugal, já tive o cuidado de referir aqui na Assembleia Municipal, que é um protocolo que foi apresentado no mandato anterior, e que tem estado a ser objecto de avaliação. Temos que perceber sem fantasmas, sem demagogias, sem mitos, das condições que são propostas à autarquia, e naturalmente quando houver situações concretas, faremos a tramitação primeiro pela Câmara Municipal e por todo o executivo, e naturalmente que depois, se for caso disso, à Assembleia Municipal.

Diria também que não me revejo e a história não está devidamente contada, no teor da primeira mensagem que foi remetida ao senhor vereador do actual executivo José Benzinho. Tive o cuidado de lhe transmitir logo isto, também tive o cuidado de dizer que se fosse eu, moveria um processo-crime pelas afirmações produzidas, porque



também entendo que aquilo é uma questão pessoal, e quando está toda a gente, ou pelo menos algumas pessoas aqui esta noite, preocupadas com a decisão que venha a ser tomada em termos políticos, quero aqui relembrar uma história que aconteceu há mais de dez anos, numa situação equivalente. Em que, um vereador da oposição na altura também foi objecto deste tipo de ameaça, e portanto a solução que foi encontrada foi uma iniciativa da anterior Presidente, que ultrapassou o problema juntando as partes, e é também por aí que pode ser uma saída.

Não há neste momento qualquer decisão sobre esta matéria, eu quero também na próxima reunião de Câmara ter oportunidade de falar com o vereador José Benzinho, porque esta é uma questão nitidamente pessoal, porque a segunda mensagem que lhe foi mandada e que ele me mostrou, é que houve um pedido de desculpas, quando se percebeu que não era o senhor vereador José Benzinho o autor daquela iniciativa. Isto foi o que se passou e foi demonstrado.

Eu tive o cuidado de dizer ao senhor vereador José Benzinho, o que teria feito em termos pessoais, a decisão obviamente não está tomada, e portanto, qualquer outra consequência, a seu tempo, poderá vir a ser tomada.

Sobre esta matéria, para já, não direi mais nada, na próxima reunião de Câmara terei a oportunidade, juntamente com os colegas do executivo, de podermos fazer a reavaliação do que aconteceu e no qual eu não me revejo e lamento que isso tenha acontecido. É tudo senhor Presidente.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Muito obrigado senhor Presidente.

Senhora Presidente vai-me desculpar mas o senhor Presidente encerra a questão, mas há aqui de facto uma questão que me coloca um problema de consciência. Eu percebo que foi feita uma afirmação em relação à senhora Presidente, eu vou fazer uma excepção nesse aspecto. Terá que ser breve, mas eu consinto nesse aspecto.

***DEPUTADA LAURA ESPERANÇA (Presidente da Junta de Freguesia de Leiria)***

Agradeço senhor Presidente.

Era só para dizer e precisar que realmente houve um encontro entre mim e a senhora vereadora, no dia seguinte à reunião de Câmara e a senhora vereadora foi à Junta de Freguesia pedir-me desculpa pelo que aconteceu e sobre o resto que aconteceu no meu gabinete não me vou pronunciar em público.



Relativamente ao senhor vice-presidente. É verdade que o vereador Gonçalo me recebeu, só que até hoje não foi nada resolvido. Portanto houve realmente essa reunião, mas nada poderia avançar porque este assunto é consigo, senhor Presidente da Câmara!

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Muito obrigado senhora Presidente.

Vamos entrar no período da Ordem do dia, mais precisamente no ponto dois da ordem de trabalhos.



**ORDEM DO DIA**

**2. RELATÓRIO DA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO – *Apreciação nos termos da alínea e) do n.º 1, do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro;***

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Senhor deputado Vítor Lourenço por favor.

***DEPUTADO VÍTOR LOURENÇO (PSD)***

Vítor Lourenço, PSD.

Senhor Presidente da Assembleia, membros da mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, caros colegas deputados e deputadas municipais, membros da comunicação social, excelentíssimo público.

Acerca deste relatório, eu tinha aqui duas notas que gostaria de apresentar. Uma delas tem a ver com a informação que nos é dada no relatório, acerca de algumas diligências e acções nos serviços municipais, sobre este importante e premente problema que é a situação das candidaturas ao QREN, porque é um assunto realmente de importância relevante para o presente e para o futuro do concelho.

Naturalmente que todos sabemos que o anterior executivo municipal, na altura devida informou adequadamente a Assembleia Municipal, de todos os projectos e acções que integraram os vários programas candidatos, e aprovados nessa altura, e que este executivo naturalmente herdou para sua execução.



Julgo senhor Presidente da Câmara, que seria de todo o interesse, que fosse igualmente esta Assembleia informada, de quais as acções que em cada programa já foram apresentadas as candidaturas a financiamento. Eu julgo que era de toda a importância que o relatório pudesse trazer essa informação, se ela estiver disponível. Uma outra nota que gostaria também de deixar, tem a ver com os primeiros parágrafos da abertura desse relatório, em que a determinada altura se diz que “o senhor Presidente participou nas comemorações do 25 de Abril”. Bom, eu pela leitura que fiz desse relatório, naturalmente que não fico com a ideia se o senhor Presidente apenas participou na sessão solene do 25 de Abril, ou se efectivamente presidiu a essa sessão e a essas comemorações.

Na verdade senhor Presidente da Câmara, desde o 25 de Abril, nunca tinha acontecido situação tão inédita e inexplicável, como o facto de vossa excelência não ter usado da palavra nessa sessão solene, como representante legítimo do Município e dos cidadãos de Leiria. Há poucos momentos aplaudi, naturalmente, acerca da celebração do Dia da Cidade, não posso pedir palmas nem bater palmas, nem repetir esse gesto aqui e agora, antes de deixar aqui um protesto senhor Presidente, e o meu desejo de que possamos ver o senhor Presidente da Câmara Municipal de Leiria, em futuras comemorações do 25 de Abril, que em nome dos leirienses possa usar da palavra e evocar o significado passado, presente e futuro, desse marco histórico.

Se o senhor Presidente da Assembleia Municipal me permite, uma nota muito rápida sobre o que foi dito há pouco.

Quando se aconselha um vereador a queixar-se ao Tribunal é porque se suspeita de um crime, e se o crime é praticado num acto político, numa sessão política, numa função política, isto é um acto de política e não um acto pessoal.

### ***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Senhor deputado permita-me apenas que lhe faça um breve reparo. Essa intervenção final não cabe neste ponto da ordem de trabalhos, e eu pedia aos senhores deputados que tivessem em conta que estamos no ponto – Relatório do Presidente da Câmara sobre a Actividade do Município e Relatório Financeiro, e é o que consta desse relatório que está aqui sujeito à apreciação.

Senhora deputada Fátima Sismeiro.

### ***DEPUTADA MARIA DE FÁTIMA SISMEIRO (PSD)***

Fátima Sismeiro, PSD.

10-06-09 AM





Cumprimento a todos.

Eu queria aqui referir que fiquei bastante satisfeita quando fiz a apreciação deste relatório, e vi aqui no ponto quatro referida a dinamização das comissões sociais de freguesia. Ainda bem que as comissões sociais de freguesia não ficaram esquecidas, numa época de acentuada crise económico-social.

Para quem não sabe ou já não se lembra, eu vou referir em termos que não respeitam a terminologia da lei que eu aqui não tenho, que as comissões sociais de freguesia são núcleos formados por entidades convidadas pelos presidentes de junta, nas sedes das freguesias, e que pela partilha do conhecimento que têm das várias situações de carência económico-social dessas freguesias, permitem aferir de uma forma próxima e mais real, dessas situações. E portanto, também adaptar a forma mais eficaz, a dita acção social.

Assim sendo, à data do termo dos mandatos anteriores, estavam constituídas, se a memória não me falha, catorze comissões sociais de freguesia com o empenho e dedicação de vários presidentes de junta, que eu aqui louvo. Entretanto, essas comissões sociais de freguesia podem também constituir-se em comissões inter-freguesias que abrangem várias freguesias estabelecidas pré-determinadamente e que, geralmente são as freguesias mais próximas.

Eu gostaria de perguntar ao senhor Presidente, se entretanto há mais comissões de freguesia já formadas, uma vez que são vinte e nove freguesias, e o que é que em concreto foi feito em termos da dinamização dessas comissões sociais de freguesia. Muito obrigada.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Muito obrigado.

Senhor deputado João Cunha.

***DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)***

João Cunha, PSD.

Relativamente a este relatório que o senhor Presidente e o executivo municipal fazem presente a esta Assembleia, gostava só de fazer aqui duas pequenas observações.

A primeira, para constatar que o senhor Presidente esteve numa reunião para análise do impacto do TGV na região de Leiria, naturalmente que seria importante nós sabermos qual é o ponto de situação neste momento sobre esta matéria, dado o

**10-06-09 AM**



impacto que isto tem em várias Freguesias, digamos que isto é uma questão que está aqui mencionada no relatório. Há aqui uma outra questão que não está mencionado no relatório mas que eu gostava de saber, se senhor Presidente participou nalguma reunião sobre essa matéria, que tem a ver com a questão do IC36 e do túnel ou não túnel nos Pousos, e naturalmente a questão das portagens dado que hoje mesmo, o senhor Secretário de estado, Paulo Campos, vem dizer que há em determinadas zonas urbanas relacionadas com as coroas urbanas, que não são susceptíveis de portajar, e portanto gostava também sob esse ponto de vista, que nos dissesse alguma coisa sobre essa matéria.

Em relação à questão da Almuinha Grande, eu só fiquei aqui com uma dúvida, se a questão da dispensa da avaliação ambiental tinha a ver mesmo com a questão do Crédito Agrícola ou se tinha a ver com mais alguma coisa. De maneira que, pedia-lhe a amabilidade de nos dar uma nota mais presente em relação a isto e o impacto que isto tem nas alterações do PDM. Muito obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Tem a palavra o senhor deputado Manuel José Carvalho.

***DEPUTADO MANUEL JOSÉ CARVALHO (PSD)***

Senhor Presidente da Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores deputados.

Duas questões, dado o adiantado da hora.

Uma penso que já foi parcialmente respondida pelo senhor Presidente da Câmara, na sua intervenção anterior, tem a ver, mais uma vez, com o Jardim da Almuinha Grande, está situado na Freguesia dos Marrazes, freguesia onde trabalho e resido e onde nasci, e naturalmente esta também é uma situação que é muito cara.

Considerando o crescimento urbanístico e populacional de Leiria que se registou nos últimos anos, considerando a necessidade de harmonizar esse crescimento com a criação de espaços verdes e de lazer inter-relacionando o espaço público com o edificado, considerando que a parte nova da cidade deverá ser dotada de um parque verde que faça o contraponto com a grande densidade de construção que aí se registou e conseqüente necessidade de proporcionar um local agradável para quem lá trabalha e vive, considerando o desejo antigo dos leirienses em usufruir de um espaço com as características do Jardim da Almuinha Grande, considerando a não concretização do projecto da unidade comercial de dimensão relevante na qual a execução do referido jardim se incluía, como contrapartida, sabendo ainda que existe



um projecto desenvolvido pelo Arquitecto Rui Ribeiro, para esse local, que contempla um grande relvado entre as pontes do Arrabalde e a Ponte EURO 2004, para além de espaços de mini-jardins temáticos e criação de uma lago entre o relvado, e que suporta um espaço de cafetaria panorâmico e ainda a instalação de equipamentos dedicados à terceira idade proporcionando a fruição de espaço por todas as pessoas independentemente das idades, sabendo, por último, que existem apoios aprovados na contratualização e que é intenção já manifestada da maioria do executivo camarário, não realizar o projecto para o Centro Logístico de Distribuição de Leiria, cuja comparticipação do FEDER prevê um milhão cento e oitenta mil euros, senhor Presidente queríamos saber qual é o ponto da situação, e se, este projecto que não vai para a frente, se podia ser substituído pelo avançado projecto do parque de Almuinha Grande.

A segunda questão prende-se com o Mobilis, que já foi aqui também falado e que prende-se um pouco com os percursos que o Mobilis faz e a não satisfação actualmente das necessidades, e refiro-me em particular aos Marrazes e ao Centro de Saúde dos Marrazes e à Unidade de Saúde Familiar onde eu trabalho, e que é uma luta já de longa data. Realmente desde que foi criado o Mobilis, ele não satisfaz aquela zona, e é raro o dia em que não temos lá os utentes a queixarem-se que não têm possibilidades de se deslocar para aquela unidade, com a agravante como sabemos, que aquele espaço não tem estacionamento suficiente para os utentes que lá se dirigem. E é bom saber que, actualmente, aquele centro serve entre vinte a vinte e cinco mil utentes, e não contando o centro distrital, digamos assim, de Saúde Pública, que realmente dá apoio a todo o distrito.

O que acontece é que, nomeadamente em situações de mau tempo, aparecem lá as pessoas todas encharcadas, porque a paragem que têm mais próxima fica a uma boas centenas de metros.

Portanto, era importante que esta nossa preocupação, que já foi manifestada até à senhora Presidente da Junta de Freguesia, e ela está a par do assunto, sei que ela também já moveu algumas influências do senhor Presidente, e era importante saber qual é o ponto da situação, porque isto é realmente uma situação urgente. Muito obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Muito obrigado.

10-06-09 AM



Senhora deputada Laura Esperança.

**DEPUTADA LAURA ESPERANÇA (Presidente da Junta de Freguesia de Leiria)**

Bom, como disse, enquadra-se no relatório da acção social. É um texto enviado pela Dr.<sup>a</sup> Paula Avelar, Presidente da CPCJ, e que diz:

*“Após reunião na modalidade alargada da CPCJ de Leiria no dia dois de Junho de dois mil e dez, pelas nove e trinta, no Centro Associativo Municipal, onde foram apresentados dados relativos ao ano dois mil e nove, conclui-se que apesar das comissões serem uma responsabilidade das entidades e serviços concelhias, a dificuldade de cedências de técnicos para trabalharem na CPCJ de Leiria é um problema que se arrasta há vários anos, principalmente desde 2006, altura em que se passaram a contar com profissionais a tempo inteiro e por isso o volume de sinalizações aumentou. O volume processual não se compadece com as horas de trabalho diminutas de alguns parceiros que cedem, por um lado, mais grave que não cedem. Para além de diversos organismos que são contactados para integrarem a CPCJ, não aceitaram o convite, por contingências materiais ou humanas, outras existem que tendo já cedido em outras circunstâncias em 2009, vieram agora retirar essa colaboração em parte, considerando que também ficariam privadas de técnicos que comigo trabalhavam. Poderemos apresentar o caso da Junta de Freguesia de Leiria, que cedia uma assistente social, dois dias por semana, à CPCJ, com conhecimento da Câmara Municipal. Presentemente para além da Câmara Municipal ceder apenas um dia por semana, a Junta de Freguesia ficou impossibilitada de trabalhar com a CPCJ. Importa pois, tudo tendo em conta o risco que é trabalhar com crianças e jovens desprovidos dos cuidados normais, que as entidades locais repensem a sua responsabilidade em matéria de infância e juventude, e se disponibilizem a ceder recursos à CPCJ.”*

Realmente é difícil condensar muitas vezes o que se pretende, este trabalho está muito mais reduzido, porque como é uma situação absolutamente invulgar, que realmente limita e prejudica e interfere no trabalho da Junta de Freguesia.

De modo que, perante estas exposições, agradeço que o executivo da Câmara Municipal tenha esta Junta de Freguesia e todos os seus residentes eleitores em consideração, pelo que aguardamos uma resposta até oito dias após a primeira reunião do executivo camarário a contar da presente Assembleia Municipal.

Apenas uma nota, uma informação, que é o seguinte:

**10-06-09 AM**



Foi realizado há muito pouco tempo o Conselho Municipal de Trânsito, e eu pessoalmente gostaria, se fosse possível, que a acta fosse efectuada o mais rapidamente possível, porque havia lá questões que eu pessoalmente também tinha interesse em ver isso registado. Muito obrigada.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Muito obrigada senhora deputada.

Não posso deixar de sublinhar, não me levarão a mal, que a senhora deputada encontrou um artifício para concluir a sua intervenção que eu há pouco lhe impedi de levar até ao fim, por ter manifestamente abusado do tempo.

Eu fui tolerante, devem convir que dificilmente esta intervenção se enquadra neste ponto da ordem de trabalhos. Fui tolerante, mas não posso deixar de registar em acta, que se tratou de um artifício, em relação ao qual eu fui tolerante.

Tem agora a palavra a senhora deputada Ana Paula Silva.

***DEPUTADA ANA PAULA SILVA (PSD)***

Boa noite.

Ana Paula Silva, independente, PSD.

Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal e senhores secretários, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara e senhoras e senhores vereadores, excelentíssimas senhoras e senhores Presidentes de Junta, excelentíssima comunicação social, excelentíssimas senhoras e senhores munícipes.

Vou-me situar, relatório de actividades da Acção Social, ponto dois, e nesse ponto dois, demolições ilegais na Cova das Faias.

Permitam-me uma nota breve sobre o assunto, que mereceu da minha parte uma especial atenção.

A demolição de construções ilegais é, e será sempre um bom prenúncio, pois permite evitar o abuso de construções ilegais a que infelizmente somos obrigados a assistir diariamente. Contudo, não posso deixar de manifestar a minha preocupação, nos exemplos que foram dados e seguidos.

Diz o Município, em nota de Imprensa e que passo a citar "*Com esta acção, a autarquia quis marcar a sua posição de não compactuar com situações ilegais, sendo esta a primeira de outras intervenções que se seguirão.*" e acrescenta, passo a citar "*esta situação decorre do facto de presentemente estarem identificadas, várias situações desajustadas, em termos da utilização das próprias habitações, e do*

10-06-09 AM



*espaço público, que estão a ser avaliadas caso a caso, com vista à reorganização e requalificação do bairro, no seu conjunto." (vide Região de Leiria on line, de 19 de Maio de 2010).*

E eu questiono se será mesmo assim. E questiono mais, será que as demolições que se seguirão, apenas se farão sentir em bairros sociais, onde residem pessoas com baixos rendimentos financeiros, ou será que a intervenção se aplica também todas as situações de construção ilegal, quer sejam em bairros sociais, quer sejam em propriedades privadas.

Todos sabemos que existem um sem número de construções ilegais, no concelho de Leiria. Também todos sabemos que é preciso coragem e determinação, para aplicar ordens de demolição em propriedades, sejam elas quais forem. E por isso mesmo senhor Presidente, congratulo-o pelo arrojo do executivo nesta decisão, mas espero sinceramente que esse mesmo arrojo se aplique a todas as situações de construções ilegais, sem qualquer tipo de excepção, sem qualquer tipo de discriminação, pois todas as situações iguais perante a lei, devem ser tratadas de forma igual, e para nós, todos os cidadãos têm os mesmos direitos, mas também têm os mesmos deveres, os deveres de cumprimento das regras e das leis, e do respeito de uns pelos outros em todas as situações do nosso dia-a-dia como cidadãos, e naturalmente naqueles que respeitam ao urbanismo do nosso concelho.

Se queremos iniciar uma caminhada ambiental e urbanística, se queremos vincar bem uma pegada ecológica, devemos em simultâneo vincar também aquilo que poderemos chamar uma pegada social, tendo em atenção que nos bairros sociais se encontram aqueles que infelizmente são os mais desfavorecidos da nossa comunidade, e que, pura e simplesmente, a Câmara Municipal não pode e não deve relevar o impacto que a demolição dos seus tectos de abrigo terá nas suas vidas.

Termino, perguntando ou interpelando, face ao exposto no relatório de actividades no ponto seis, da Divisão de Acção Social, e passo a citar "*a inexistência de habitações disponíveis para atribuição*", se foi acautelado o realojamento dos seres humanos que habitavam essas construções ilegais, se forem habitacionais, e se nas futuras demolições habitacionais irão ou não ser também acauteladas, para que ao estarmos a dar um passo progressista no tocante ao urbanismo e ao ambiente, não estejamos a dar um passo atrás na responsabilidade social, e contribuir assim para uma maior assimetria social, raiando a quase crueldade. Bem-haja! Obrigada.



***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Muito obrigada senhora deputada.

O senhor Presidente quererá com certeza responder às questões suscitadas. Faça favor!

***PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)***

Senhor deputado Vítor Lourenço, só para lhe dizer que darei instruções para lhe fazerem chegar os mapas de todas as obras no âmbito do QREN, obras apoiadas dos diversos programas.

Para dizer também à senhora deputada Fátima Sismeiro que, já foi constituída mais uma comissão social de freguesia em Santa Catarina da Serra, e há diligências com mais seis freguesias, que estão em curso, para aumentar o número de comissões sociais.

Senhor deputado João Cunha, dizer-lhe que, esta reunião sobre o TGV foi promovida pelo IPL, onde foram auscultados alguns presidentes de câmara aqui da nossa região, e que, tinha a ver com o estudo de impacto que está a ser desenvolvido pelo IPL em conjunto com a Deloight.

Sobre o IC36, é público que está a ser preparada a providência cautelar em nome da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia, aliás, de acordo até com uma moção aprovada aqui na Assembleia Municipal.

Quanto à situação das portagens, também nós já manifestámos que, sendo o IC36 uma via que depois na prática funcionará como circular externa, não fará qualquer sentido para quem entrar e sair dentro do concelho que viesse a pagar portagens, mas obviamente, dependerá sempre da decisão governamental que vier a ser assumida sobre isto.

Em relação à dispensa de impacto ambiental da Almuinha Grande, e também respondendo ao deputado Manuel José Carvalho, tem a ver, mais uma vez, com o edifício da Cooperativa. Há uma parte que está em leito de cheia e portanto é para podermos ultrapassar esta situação.

Depois, o jardim será feito, isso será feito quando se conseguir a solução de localização da feira. Ele já não está feito porque antes não havia espaço para situar a feira, depois é porque fazia parte das contrapartidas do centro comercial que abortou, havia uma intenção de adquirir terrenos do outro lado do IC2 para localizar esse espaço de feira, a verdade é que, quando houver esse espaço, quando houver



essa alternativa, com certeza que o jardim será concretizado, pelo menos é o que esperamos.

Relativamente ao Mobilis, já houve várias reuniões com várias entidades da Freguesia dos Marrazes, e estamos agora a articular com a própria Rodoviária, e com o Mobilis, entre carreiras e o Mobilis, tentar arranjar soluções, que temos vindo a pouco e pouco a tentar colmatar.

Dizer também à senhora deputada e Presidente de Junta, Laura Esperança, que tivemos há dias uma reunião com a coordenadora da CPCJ, não nos foi dado conhecimento disso, de qualquer maneira será sempre um pormenor a resolver entre a Câmara e a CPCJ.

Depois, por último, em relação à intervenção da deputada Ana Paula Silva.

Quanto às demolições, é bom que saibamos bem o que é que aconteceu e porque é que aconteceu. São habitações sociais da autarquia, que tinham já um conjunto de acrescentos ilegais, obviamente, para permitir que alguns espertos ou mais inteligentes que as fizeram viessem depois a arrendar a gente que vem de outros concelhos e que vêm cair em Leiria. A situação estava a ser de certa maneira insustentável, tivemos que dar o exemplo, portanto aquilo tudo está a mais do que era legal nós procedemos a essa demolição. Como se passará também no Bairro da Integração, se for caso disso, porque estamos a assistir a situações de pessoas carenciadas seguramente, de vários pontos do País, onde não lhes resolvem os problemas, e vêm aqui parar a Leiria. E até demos conta de algumas situações, mas uma vale a pena aqui contar.

Num destes acrescentos vivia uma família que tinha uma casa em Coimbra, atribuída pela autarquia, e veio-se instalar nesse tal acrescento, e que está a receber também o rendimento mínimo em Coimbra, e aqui veio parar.

Portanto, há aqui algumas situações que são ingratas seguramente, mas não compete exclusivamente à autarquia de Leiria resolver o problema dos outros. Aliás, tenho tido conhecimento, e alguns casos houve intervenção das forças de segurança, de fluxos de pessoas que vêm de outros concelhos para aqui, e também não podemos acolher toda a gente. Não está aqui em causa a preocupação social, mas obviamente que tendo nós problemas internos para resolver, não temos capacidade para estar a resolver problemas de pessoas exteriores ao próprio concelho.

Diria também que, infelizmente, foi detectada uma situação num dos bairros, em que houve um arrendatário que chegou ao ponto de fazer expulsar pessoas que





ocupavam legalmente pelo menos três habitações, para instalar lá os seus familiares, sem conhecimento da autarquia.

Portanto, há aqui coisas que são muito sensíveis, são muito complicadas, podíamos estender aqui o conhecimento que temos daquilo, mas também penso que não vale a pena, foi só para justificar porque é que se procedeu àquele tipo de demolições, que são casa da própria autarquia.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Muito obrigado senhor Presidente.

**A Assembleia Municipal de Leiria delibera tomar conhecimento do Relatório sobre a Actividade do Município e Relatório Financeiro.**

**3. PROPOSTA DE REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 16 DE ABRIL DE 2010 E PROPOSTA DE REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS, ORGANOGRAMA e MAPA DE PESSOAL – *Apreciação, discussão e votação;***

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Como decorre da leitura, da forma como está elaborado este ponto da ordem de trabalhos, no final dele devemos proceder a duas votações e explico-me.

A Câmara Municipal na deliberação que tomou e que foi colocada na página, solicita que sejam submetidos à Assembleia Municipal, nos termos legais obviamente, o Regulamento da Organização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Leiria, Organograma e Mapa de Pessoal. Uma vez que a Assembleia Municipal já se pronunciou, terá que fazer o mesmo que a Câmara Municipal fez, independentemente da discussão que fizermos, deliberou revogar a deliberação de doze de Abril de dois mil e dez.

Para que a Assembleia Municipal possa aprovar uma nova deliberação, terá que começar por revogar a deliberação que tomou no dia dezasseis de Abril de dois mil e dez. Por uma questão de comodidade de procedimentos, faremos o seguinte:

O debate do ponto far-se-á em conjunto, as intervenções serão em conjunto e as votações no final serão sucessivas, vota-se primeiro a revogação e depois vota-se a deliberação.

Dito isto, que é uma questão metodológica, têm a palavra os senhores deputados.

Senhor deputado Manuel Antunes.

**10-06-09 AM**



***DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)***

Muito obrigado senhor Presidente.

Eu queria pedir-lhe a sua tolerância, já que está numa fase excepcional de tolerância, para utilizar trinta segundos, e eu roubo ao meu próprio tempo, para chamar a atenção, informar os senhores deputados, de uma coisa que deveria ter sido feita antes da ordem do dia, mas como cidadão da Memória eu queria informar os senhores deputados que no próximo dia onze de Julho, e faço-o porque não há aqui, habitualmente, um representante daquela infeliz Freguesia, uma das mais pequenas, celebra o vigésimo quinto aniversário da sua elevação à categoria de Freguesia, há cerimónias lá, e eu como cidadãos da Memória gostaria de convidar os senhores deputados para estarem presentes.

Agradeço a tolerância e agora passo então à discussão deste ponto.

Trata-se naturalmente de um assunto de grande importância. Eu próprio tive a oportunidade de fazer uma intervenção de fundo sobre este assunto, na última reunião desta Assembleia Municipal. Nós tínhamos dois tipos de objecções, uma objecção quanto à forma do documento, isto é, a solução encontrada para esta reorganização da estrutura da Câmara, e também quanto à propriedade de ela ser apresentada aqui na altura, porque havia vários pontos que aconselhavam a que não tivesse sido discutida.

Senhor Presidente, peço desculpa de dizer desta maneira, não soube ver com antecipação que o problema se iria levantar, nós chamámos a atenção para isso, insistiu na sua colocação, escudando-se numa decisão desta Assembleia, que votou por maioria, manter o ponto na ordem de trabalhos, vê-se agora que, obviamente, era uma decisão errada. Eu devo dizer que nesse aspecto registo a insistência do senhor deputado José Manuel Silva, para que esse ponto se mantivesse, contra tudo aquilo que a razão faria entender que seria um erro.

Estamos nesta posição agora, ao contrário do senhor secretário da Mesa, eu não estou aqui há vinte anos, mas eu não me lembro de ver e andei à procura nas actas, uma situação destas em que a Assembleia esteja posta perante a necessidade de revogar numa das suas reuniões, aquilo que decidiu na reunião anterior. É no mínimo muito estranho.

Pois, compreendemos as razões, já sabíamos que eram as razões para que este assunto volte aqui. Naturalmente que mantemos as nossas reservas, mais que reservas a nossa oposição, em relação à maneira como é posta esta reestruturação



da estrutura da Câmara, e lamentamos que, tendo que vir de novo aqui não tivessem pelo menos sido contemplados alguns pontos que nos parecem óbvios e que podiam ter sido introduzidos como alterações no documento que agora nos é apresentado para aprovarmos, depois de revogarmos o anterior que é exactamente igual.

Mas eu queria chamar a atenção para um aspecto essencial.

Aquela discussão na última Assembleia levantou um incidente sobre a actuação da vereação social-democrata, na reunião do executivo em que foi aprovado o documento antes de ser apresentado à Assembleia. Foram aqui ditos e contraditos, foram apresentadas várias versões, levaram a que os vereadores do PSD tivessem abandonado a sala em protesto contra a maneira como foram tratados. Tivemos o cuidado de ouvir as gravações da reunião e ver como isso se passou, e que fique aqui registado que se passou exactamente como o disseram os vereadores sociais-democratas e não como disseram o senhor Presidente da Câmara e os vereadores socialistas. Os senhores vereadores sociais-democratas, um por um, disseram que não estavam em condições de votar o documento, até que lhes fossem apresentados por escrito, as alterações que foram prometidas pelo senhor Presidente da Câmara, que lhes iam ser apresentadas a seguir. Contudo, o documento que hoje nos é apresentado, para votação e para aprovação, diz-se, em um dos considerandos, que os vereadores do PSD alteraram o sentido de voto. Os deputados municipais do PSD não podem aceitar que este documento continue a faltar à verdade, pelo menos exigimos que esse considerando seja eliminado, não temos qualquer dúvida quanto ao resultado da votação, é assim em democracia, nós sabemos que vamos perder, mas não podemos e chamamos a atenção dos senhores deputados municipais de todas as áreas políticas, para o facto de que não podemos continuar, num documento oficial, a pôr uma mentira. Os senhores vereadores do Partido Social Democrata, não alteraram o sentido de voto, não votaram na reunião em que o documento foi aprovado pela maioria socialista e informaram o senhor Presidente da Câmara que tinha prometido enviar-lhes a nova redacção, e dois dias depois, com base na redacção que lhes era apresentada não poderiam votar a favor do organigrama ou da reestruturação tal como ela foi apresentada.

Por isso, eu chamo a atenção dos senhores deputados para aquilo que está na acta que hoje aprovámos, nas páginas noventa e cinco e cento e dois, que descrevem



claramente o que se passou na sessão anterior, que nós continuamos a laborar no mesmo erro.

E eu peço ao senhor Presidente da Câmara, que pelo menos isso faça, para que possa ser reposta a verdade e o bom-nome dos vereadores sociais-democratas que fazem parte da sua equipa, apesar de serem da oposição, e é obrigação do senhor Presidente da Câmara como chefe de equipa, não duvidamos que o seja, preservar o seu bom-nome e a sua integridade sempre que estejam no exercício das suas funções, não é uma questão privada, não é uma questão pessoal, é uma questão institucional. Muito obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Muito obrigado senhor deputado.

Eu não tenho mais nenhuma inscrição. Deseja intervir senhor deputado? Não me leve a mal que o faça, porque resulta da sua intervenção, mas cada vez que disserem “senhor Presidente” digam a quem se referem, porque de repente estava-me a sentir interpelado e depois pus-me a pensar que se calhar aquilo não era comigo.

Tem a palavra o deputado João Cunha.

***DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)***

João Cunha, PSD.

Depois de nós nos vermos aqui confrontados com este magnífico imbróglio jurídico, que obviamente temos que desatar, eu esperava que a proposta que a Câmara Municipal aqui apresentaria, fosse uma proposta estritamente formal, com aquilo que era necessário para corrigir a situação. Mas efectivamente, o que nós temos é, a somar a essa proposta de decisão jurídica, todo um conjunto de considerandos que mais não constituem do que apenas uma tentativa, e eu sublinho em termos políticos, de branqueamento da inabilidade que o Município teve nesta matéria. Era só isto.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Carlos Guerra!

***DEPUTADO CARLOS GUERRA COELHO (PCP)***

Carlos Guerra, PCP.

10-06-09 AM



Cá estamos outra vez a tratar da nova estrutura dos serviços municipais. O imbróglio em que a maioria transformou este caso, para além de evidenciar pouca capacidade para levar a bom porto uma tarefa desta complexidade, revela negligência política e administrativa e o quanto baste de arrogância.

Se dúvidas houvesse, a deliberação folhetinista da segunda reunião da Câmara para tratar do assunto, encarregava-se de as dissipar.

Senhor Presidente, senhores deputados, este assunto podia ter sido tratado com a dignidade que merece, se a maioria na Câmara e o Partido Socialista não tivessem de modo ostensivo e sobranceiro, rejeitado a proposta que aqui fizemos em dezasseis de Abril.

Humildade democrática é remédio que prescrevemos em boa dose, a quem dirige os destinos deste concelho. O que estes episódios rocambolescos confirmam é que nós tínhamos razão, que afinal em dezasseis de Abril, não havia mesmo deliberação da Câmara.

Diz-se que a deliberação da Câmara de dezoito de Maio substitui a de doze de Abril, mas substitui? Que figura é essa? Ou queriam dizer revoga? Mas para tanto não chegou o ânimo? E revoga o quê se nunca houve acto para revogar! Esta Assembleia nunca conheceu a tão famigerada deliberação. Nós não duvidamos que a Câmara tenha deliberado, mas deliberação nunca houve porque nunca nos chegou. E se houvesse, não havia necessidade de repetir a votação, e como não houve deliberação, ou condescendendo, ela nunca chegou à Assembleia, o que aqui foi decidido em dezasseis de Abril há-de ser como nunca tivesse existido, sem validade, ou na linguagem jurídica, nulo e de nenhum efeito.

Esta é uma trapalhada que nunca devia ter existido mas que tem responsáveis, o senhor Presidente da Câmara e o PS.

Pede-se à Assembleia Municipal que aprove o documento de Reorganização dos Serviços Municipais, o organograma na sua globalidade, e o Mapa de Pessoal. Mas não é isso que a Assembleia tem que aprovar. Nós consideramos que o órgão deliberativo deveria aprovar estes instrumentos, mas não foi nesse sentido que o Governo do PS legislou. O Governo do PS, nesta como noutras matérias, e como já fizeram os governos do PSD, o que fez foi retirar poderes às assembleias municipais.

E por isso, o que as assembleias municipais hoje têm que aprovar, não é tudo o que nos trazem aqui mas apenas quatro coisas, dada a opção, e nisso estamos de acordo, pela estrutura hierarquizada. Temos que aprovar o modelo da estrutura



orgânica, ou seja, se é uma estrutura hierarquizada matricial ou mista, a estrutura nuclear, ou seja as direcções e os departamentos municipais, apenas o número máximo de unidades orgânicas flexíveis, ou seja as divisões municipais e não as divisões em concreto, e finalmente o número máximo e apenas isto, de equipas de projecto.

Senhor Presidente da Assembleia, senhores deputados, é preciso dizer que estamos perante uma estrutura organizacional de natureza presidencialista, que assenta como uma luva nesta gestão. É preciso dizer que a criação de uma única direcção municipal, que abarca todo o universo das atribuições municipais, com exclusão da água e saneamento a cargo dos SMAS, e de parte substancial do Desporto e Lazer a cargo da Leirisport, todos os serviços municipais parecem ter apenas três objectivos: proporcionar no quadro das possibilidades da administração pública um cargo dourado, para alguém muito próximo, ter alguém muito próximo que exerça uma espécie de função de supervisor do Presidente da Câmara.

Infelizmente e à revelia dos princípios consagrados no decreto-lei 305/2009, o regulamento aqui presente não consagra os princípios da unidade e eficácia da acção, da aproximação dos serviços aos cidadãos, e da racionalização de meios. Se o fizesse, teria que haver uma adequação da estrutura à missão e à agregação de funções homogéneas, e isso só parcialmente acontece. Se há coisa que não agrega funções homogéneas, é desde logo esta tão absurda quanto insensata direcção municipal única. Junta-se tudo no mesmo saco, o ambiente com a gestão de pessoal, a gestão financeira com a acção social, os serviços jurídicos com a cultura, o desporto com as operações urbanísticas, e podíamos continuar por aí fora, mas chega para ilustrar.

Quem é o ser humano, tão versado em tantas áreas científicas e técnicas, e com tantas valências gestionárias? Nada temos contra a criação das direcções municipais, mas não aceitamos a existência de uma única que abarque todos os serviços.

As unidades orgânicas devem ser criadas para maior racionalidade, eficácia e eficiência dos serviços, e não como neste caso, para servir interesses unipessoais, por muito legítimas que sejam as expectativas das pessoas concretas. Não teriam a nossa oposição se tivessem proposto várias direcções municipais, que dessem coró a funções homogéneas, e se descermos a níveis na estrutura, a falta de homogeneidade nas funções continua como prova a agregação do desporto com o trânsito.

**10-06-09 AM**



E como é possível aceitar, que num concelho, da dimensão física, demográfica, social e económica como o de Leiria, haja uma panóplia de áreas de intervenção que deixam de ter serviço ao nível departamental. Nós não compreendemos e não aceitamos.

Se estivéssemos aqui a aprovar as coisas tal como diz a lei, íamos aprovar apenas a criação de uma direcção municipal, e de quatro departamentos – o administrativo e financeiro, planeamento e ordenamento, e operações urbanísticas e obras municipais. Ficava de fora um universo de áreas de intervenção dos serviços tão significativas, como por exemplo a educação, a cultura e ambiente.

Curiosamente detectámos que só foram criados departamentos nos pelouros do senhor Presidente da Câmara e nos pelouros atribuídos ao senhor vereador Lino Pereira, de facto transformado em super vereador. Os dois, formam o super poder da Câmara, os outros vereadores, pela configuração do organograma, vão de facto exercer as funções que caberiam aos directores de departamento, diga-se o que se disser. E para todos os vereadores, sem excepção, há um elemento incontornável, o único director municipal.

O desaparecimento de departamentos existentes até à data, e a não criação de novos, denunciam também uma falta de respeito pelos técnicos superiores e pelas suas legítimas aspirações. Está-se perante uma estrutura e um modelo que não estimula a iniciativa, a actividade e a vontade de técnicos e de outros funcionários. Enfermam de pequenez e de falta de rasgo, têm subjacente uma ideologia com pouca consideração pelos trabalhadores e pelas populações. Vão contribuir para uma menor qualidade dos serviços.

Tudo nesta estrutura e neste modelo é um retrocesso, quando o que se pretendia é que houvesse lugar a novos avanços. Podemos afirmar que são uma estrutura e um modelo conservadores. Acreditamos que os serviços funcionem mas todos sabemos que não funcionarão ao nível que deviam e que o concelho precisa. As promessas eleitorais vão-se esvaindo por todos os lados, até nisto.

O nosso voto naturalmente é contra e lamentamos que o PS não tenha querido encontrar os equilíbrios democráticos para que saísse daqui uma visão consensual sobre a organização dos serviços para este mandato. Os serviços não são do Presidente da Câmara ou dos partidos que o sustentam, são do Município. Esta é uma organização dos serviços que denota desconfiança nos trabalhadores e nos eleitos das forças que não suportam a maioria, que não sabem envolver e mobilizar



as energias dos funcionários, que impede técnicos das várias áreas disciplinares de exercerem cargos de direcção municipal ou departamental, centralista e ineficaz.

Não merece mais do que uma vida breve.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Não tenho mais inscrições.

Senhor Presidente da Câmara deseja pronunciar-se? Faça favor!

***PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)***

Senhor deputado Manuel Antunes, sabemos muitíssimo bem a relação de amizade em termos pessoais que já teve melhores dias, obviamente, e que eu quero manter, discordando de si algumas vezes em termos políticos, sabe bem qual é a consideração que eu tenho por si enquanto profissional, e enquanto homem, pela elevação que tem nalgumas coisas que nos são particularmente comuns.

E eu não tenho, já dei aqui provas disso, quaisquer problemas em manter sempre que possível a humildade que me toca.

Eu tive o cuidado de numa reunião de Câmara, aclarar de vez aquilo que efectivamente se passou. Na reunião em que este modelo foi apresentado, a questão, e a gravação está lá para quem quiser ouvir, era que não constava do organograma o gabinete de apoio aos vereadores. E isso foi considerado de imediato, que era lapso, porque estava em causa tanto o gabinete de apoio aos vereadores da oposição como naturalmente aos vereadores que estão em regime de permanência. E não sei se esse é o problema porque realmente isso foi mesmo um lapso, e há uma voz identificada que diz "então se for assim nós aprovamos". Entretanto, foi tal a percepção que estava ali criada à volta do documento, que eu tive que sair para uma reunião da AMLEI e quando saí, saí com a convicção que estava aprovado. Tive o cuidado de dar conta disto na reunião em que aclarámos esta situação, desconhecendo eu até aquela altura, que face às pequenas, e continuo a manter, incorrecções d, e o s, etc., que foram as tais cinquenta e sete detectadas, face a isso, e eu antes de sair disse que havia alterações na designação de algumas áreas, por exemplo em vez de ser departamento de economia era de desenvolvimento económico, chamei a atenção para isso e saí. Dois dias depois, eu tenho na minha mesa, como as deliberações são aprovadas por minuta, uma minuta a dizer deliberado e aprovado por unanimidade. O senhor vereador Gonçalo Lopes depois deu-me a conhecer que efectivamente tinha havido essa situação, em função de um

10-06-09 AM





email que o então vereador Luciano de Almeida me mandou, em que dizia que iam votar contra porque não aceitamos as cinquenta e sete alterações que tem de haver. E isto ficou aclarado naquela reunião. Entretanto tinha havido Assembleia Municipal e eu continuei com a mesma convicção de que tinha sido aprovado por unanimidade, e tive o cuidado de o dizer na Assembleia, porque eu não tinha sido alertado para aquela situação de ter sido aberto espaço para eventualmente haver reserva de votação. E tenho humildade para reconhecer aqui isso como o fiz na reunião de Câmara, e quando se põe esta questão de efectivamente haver voto contra, ou seja, em vez de ter sido aprovado por unanimidade era por maioria, e como se veio a saber, que essa deliberação não constava dos elementos que foram disponibilizados para a Assembleia Municipal, coisa que eu também desconhecia, e só sou alertado já nessa reunião dizendo que não tinham recebido isso, então para evitar qualquer nulidade sobre esta proposta, e porque entretanto se fez alterações a duas alíneas que estavam repetidas no artigo 53º, levou-se isto de novo à Câmara, foi votado por maioria e traz-se aqui à Assembleia Municipal. Foi isto que aconteceu. Não houve aqui nenhuma intenção, é um projecto em que foi reconhecida a legitimidade, aquilo que veio a passar-se depois, do director municipal ou não director municipal, esquecemo-nos que nos Serviços Municipalizados temos um director-delegado que é o equivalente ao director municipal, nunca se sobrepôs ao Conselho de Administração, e portanto não se percebe porque é que é esta situação do director municipal.

Eu percebo, respondendo agora ao senhor deputado do PCP, aquilo tudo que ele disse, e como nós também vamos perceber depois, daqui a uns dias também vamos perceber. Aquele é o modelo que nós estamos a propor, é um modelo tentando poupar algum dinheiro, não esquecendo que isto não é só para diminuir, porque há aqui promoções, há opções gestionárias, há aqui aumentos naturais, e portanto a diferença não é assim tanta como se pensava, e foi explicado devidamente que o que estava a acontecer era simplesmente isto.

Eu tinha a humildade para vir aqui à frente de toda a gente dizer, sou responsável, se calhar de uma forma ignorante, porque não sabia do que se tinha passado, isto foi aclarado na reunião de Câmara, e não há mais nada a dizer. E por isso, depois de haver aqui as tais alterações nomeadamente as tais alíneas que estavam sobrepostas, foi votado, foi aprovado por maioria, eu fiz questão de trazer hoje aqui à Assembleia Municipal.

**10-06-09 AM**



E portanto, o que nós queremos é pôr aquela máquina administrativa, segundo o modelo que nós pensamos ser o mais útil nesta conjuntura, para poder responder às solicitações e podermos acima de tudo reorganizar os serviços internamente. Mas penso que até já foi reconhecido pelos deputados do PSD, conforme consta da declaração, que temos toda a legitimidade para o fazer, e portanto é isto que está aqui em causa, não há mais nada sobre isto.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Muito obrigado senhor Presidente da Câmara.

Peço imensa desculpa, a palavra foi concedida ao senhor Presidente da Câmara nos termos regimentais para encerrar o debate. Pergunto ao senhor deputado Manuel Antunes, em que qualidade pede a palavra, porque não lha darei se for para rediscutir a questão. Portanto, peço-lhe que me diga em que qualidade pede a palavra.

O senhor deputado Carlos Guerra pede em que qualidade a palavra?

Se é para rediscutir o ponto, perdoar-me-ão, o regimento diz "a palavra é dada ao Presidente da Câmara para encerrar o debate". Nós não estamos a discutir com o senhor Presidente da Câmara, nós argumentamos com o senhor Presidente da Câmara, ele responde e o processo de discussão encerrou, e nós traduzimos a nossa posição no voto. Desculpar-me-ão, é assim que está no Regimento. Esta é a organização do Regimento, porque se não, nós ficávamos a noite toda a contrapor aos argumentos do senhor Presidente da Câmara. Não pode ser!

O senhor Presidente da Câmara responde como quiser e assiste o direito aos senhores deputados municipais de votarem como entenderem, e aquilo que o senhor deputado Manuel Antunes quer fazer fá-lo-á em termos de declaração de voto.

Senhor deputado, eu ia perguntar ao senhor Presidente de Câmara. Há um pedido feito no sentido de ser retirado um dos considerandos. Não vamos discutir, se a Câmara disser que retira, é retirado, é um problema da Câmara Municipal não é um problema da Assembleia Municipal. Nós não votamos considerandos.

Senhor Presidente da Câmara, não se sente confortável para retirar esse considerando?

***PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)***

Eu já assumi aqui aquilo tudo que se passou. Não tenho qualquer espécie de problema em retirar o considerando n.º 5, mas é o que está na gravação. Se a



questão é a retirada deste considerando eu não tenho qualquer problema nisso, mas foi assim que as coisas se passaram.

**PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)**

A Assembleia Municipal toma conhecimento de que o senhor Presidente da Câmara diz, é isto que ficará em acta, que não tem problemas em retirar o considerando n.º 5. Mais não podemos fazer do que isso.

Passamos à votação e o que a Assembleia Municipal tem que votar primeiro é a revogação da deliberação que a este respeito tomou no dia dezasseis de Abril de 2010.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

**A Assembleia Municipal de Leiria, ao abrigo da alínea r) do n.º 1 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, em conjugação com os artigos 138º e 143º n.º 1 e 2, do Código de Procedimento Administrativo, delibera por maioria, com trinta votos a favor, um voto contra e vinte e quatro abstenções, revogar a deliberação tomada em sua sessão ordinária de 16 de Abril 2010.**

O senhor deputado Vítor Lourenço quer fazer uma declaração de voto e tem toda a legitimidade para o fazer neste momento, em relação a esta votação.

**DEPUTADO VÍTOR LOURENÇO (PSD)**

Vítor Lourenço, do PSD.

Naturalmente que a nossa abstenção tem ver com o facto de na última Assembleia não termos participado na decisão. É só.

**PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado.

A segunda votação que vamos fazer, de imediato é aquela que nos é solicitada pela deliberação da Câmara Municipal, e não temos que votar considerandos, sublinho, é apenas aquilo que diz o seguinte:

*“Que o regulamento da organização dos serviços municipais da Câmara Municipal de Leiria, bem como o organograma, Anexo I, e Mapa de Pessoal, Anexo II, na redacção ora aprovada, sejam submetidos à Assembleia Municipal de Leiria nos termos das*



*disposições combinadas...*” e dispensar-me-ão de ler depois toda a legislação que é aqui citada.

O que significa que o que vamos votar é apenas este aspecto – Regulamento da Organização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Leiria, bem como, Organograma que constitui Anexo I, e Mapa de Pessoal que constitui o Anexo II.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor

**A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é conferida pelas alíneas n) e o) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, delibera por maioria, com vinte e nove votos a favor, doze abstenções, e quinze votos contra, aprovar o Regulamento de Organização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Leiria, Organograma e respectivo Mapa de Pessoal.**

4. RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO ANO DE 2009 DA COMISSÃO ARBITRAL MUNICIPAL (CAM) – **Apreciação;**

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Alguém pretende usar da palavra?

Não pretendendo ninguém usar da palavra, não peço à Câmara Municipal que diga o que quer que seja, porque nenhum deputado pediu para ser esclarecido, o que significa que a Assembleia toma conhecimento.

**A Assembleia Municipal de Leiria delibera tomar conhecimento do Relatório**

5. REVISÃO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE LEIRIA PARA 2010  
**Apreciação, discussão e votação;**



***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Parece-me ser útil ouvirmos o senhor Presidente da Câmara, antes de questionarmos a Câmara Municipal.

***PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)***

A lei permite que haja duas revisões em cada exercício. No final do ano transacto, foram recebidas pela autarquia, verbas de participações, que não foi possível afectar para efectuar pagamentos, e, isso transita como saldo. Esse saldo, tem que ser incorporado no orçamento, como sabemos, já tínhamos aprovado o orçamento anteriormente a essa data. E, ao fazer incluir esse valor, seis milhões cento e um mil quatrocentos e três euros e sessenta e nove cêntimos, naturalmente que demos entrada desse valor no âmbito das receitas, encurtando o montante que estava inscrito no orçamento para alienação de terrenos, e portanto em termos globais, como é óbvio, mantém-se o mesmo valor.

Aproveitámos também para fazer reajustamento de obras financiadas e fazer incluir dois projectos que não estavam contemplados no orçamento inicial.

Portanto, o que está aqui em causa é esta a revisão orçamental decorre da introdução desse montante que era o saldo que transitava de ano, ajustando por um lado como receita e diminuindo na alienação de terrenos, e aproveitámos então para fazer reajustamento de valores das obras que são objecto de financiamento, entre aquilo que presumimos que vamos gastar em 2010, para tentarmos chegar àquilo que é necessário.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Alguém pretende inscrever-se para usar da palavra?

Senhor deputado João Cunha.

***DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)***

João Cunha, PSD.

Eu solicitava ao senhor Presidente da Câmara que nos pudesse especificar aqui, quais são as verbas, e a que correspondem, que foram recebidas antes do final do ano, e em que altura é que foram recebidas. E, a razão porque ficaram em saldo de gerência e não foram aplicadas, enfim, procurar dar-nos aqui uma nota acerca desta matéria, porque nos parece que não tendo sido aplicadas nas rubricas respectivas,



isto acabou por influenciar outras variáveis e portanto pretendia esse esclarecimento para, em função desse esclarecimento, poder dar uma outra opinião.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

O senhor deputado vai-me perdoar mas não dará uma outra opinião, mais uma vez tenho que dizer como é que funciona a assembleia do ponto de vista regimental.

Todos os deputados usam da palavra, o senhor Presidente encerra o debate e depois votamos. Não há discussão com a Câmara Municipal! É muito claro, desculparão, é a forma de funcionamento deste órgão.

Mais algum senhor deputado pretende usar da palavra?

Não! O senhor Presidente quer dar esclarecimento em relação à pergunta que lhe foi feita? Faça favor.

***PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)***

Portanto, fundos comunitários, transferência dos SMAS e reserva do dinheiro para pagar o empréstimo do programa a Tempo e Horas que era em Fevereiro, não tenho aqui a distribuição de qual é o montante, sei qual é o total mas não tenho aqui discriminado qual é o respectivo valor, na próxima semana terá isso ao seu dispor.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Vamos passar à votação. O que está em causa é a proposta da Câmara Municipal para revisão ao orçamento do Município para 2010

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

**A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea b) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, delibera por maioria, com trinta e um votos a favor, oito abstenções e nove votos contra, aprovar a I Revisão (IX Modificação) ao Orçamento do Município de Leiria.**

**6. RECTIFICAÇÕES AO REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS DO MUNICÍPIO DE LEIRIA – *Apreciação, discussão e votação;***



***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Senhor Presidente da Câmara pretende apresentar o ponto?

***PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)***

Eu penso que a deliberação que foi distribuída identifica todas as situações em que há necessidade de fazer os tais reajustamentos de palavras.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Alguém pretende questionar?

Senhora deputada Laura Esperança faça favor.

***DEPUTADA LAURA ESPERANÇA (Presidente da Junta de Freguesia de Leiria)***

Laura Esperança, Presidente da Junta de Freguesia de Leiria.

É apenas para registar o seguinte:

No passado dia dezasseis de Abril de dois mil e dez, eu pedi ao senhor Presidente de Câmara, numa base que já tínhamos falado, a quinze de Março na Junta de Freguesia de Leiria, aquando da apresentação da IV Bienal do Prémio Korrodi, e tem a ver exactamente com o pedido de inclusão do que refere o nosso artigo 7º, artigo 3º, que a Câmara Municipal de Leiria reembolsará o valor pecuniário das taxas e licenças de construção a todos os distinguidos, quer ao vencedor do prémio quer às menções honrosas, desde que enquadrado no regulamento municipal de operações urbanísticas e respectivas taxas e compensações da Câmara Municipal de Leiria.

Nós também enviámos ofício para a Câmara Municipal, durante o período de discussão pública, e realmente estamos a votar aqui rectificações e eu perguntava-lhe porque é que esta não foi contemplada. Muito obrigada.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Muito obrigado senhora deputada.

Mais ninguém manifestou intenção de se inscrever, dou a palavra ao senhor Presidente de Câmara para encerrar o ponto.

***PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)***

Simplesmente porque a lei não o permite, teremos que arranjar uma outra solução para que a Junta de Freguesia não fique prejudicada.



**PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)**

Vamos passar à votação deste ponto.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

**A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, delibera por maioria, com trinta votos a favor, dez abstenções e dez votos contra, aprovar a proposta de rectificações ao regulamento e Tabela de Taxas do Município de Leiria.**

A senhora deputada Laura Esperança vai fazer uma declaração de voto. E eu aproveito para pedir que as declarações de voto sejam feitas por escrito para facilitar a transcrição para a acta.

**DEPUTADA LAURA ESPERANÇA (Presidente da Junta de Freguesia de Leiria)**

Laura Esperança, Presidente da Junta de Freguesia de Leiria.

Eu votei contra pelas mesmas razões que anteriormente votei contra, mas também se é assim, gostaria que a Câmara Municipal tivesse informado a Junta de Freguesia em tempo útil, uma vez que no próximo dia 13 de Junho é a comunicação do Prémio Korrodi, e ficava bem nós não ficarmos com este nem sei o que dizer. Muito obrigada.

**7. CONSTRUÇÃO DA VARIANTE DA CARANGUEJEIRA 2.º TROÇO. DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL PARA EFEITOS DE OCUPAÇÃO DE ÁREAS DA RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL **Apreciação, discussão e votação;****

**PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)**

Senhor Presidente da Câmara pretende apresentar a questão?

**PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)**

Pretende-se, uma vez que o traçado ocupa a vinte mil metros da Reserva Ecológica Nacional, que seja declarado o relevante interesse público para se poder iniciar esta obra, da construção da variante da Caranguejeira, segunda fase.

10-06-09 AM





***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Alguém pretende-se inscrever para falar deste ponto?

Senhor deputado Carlos Guerra faça favor.

***DEPUTADO CARLOS GUERRA COELHO (PCP)***

Carlos Guerra, PCP.

Nós votamos favoravelmente esta proposta por sentirmos a necessidade da construção da variante, no entanto face ao traçado dos metros quadrados que agora o senhor Presidente de Câmara falou, dos vinte mil setecentos e oitenta e quatro, seria de bom-tom que estas informações viessem acompanhadas de informação técnica da Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos, sobre o impacto ambiental.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor Presidente quer responder? Não!

Vamos passar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

**A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea b) do n.º 3 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, delibera aprovar por maioria, com uma abstenção, a proposta da Câmara Municipal de Leiria, e, em consequência, declarar o interesse público municipal de que se reveste o projecto para construção da Variante da Caranquejeira - segundo troço.**

**8. REVISÃO PARCIAL AO CONTRATO-PROGRAMA RELATIVO AOS CUSTOS FINANCEIROS ASSOCIADOS AO FINANCIAMENTO DAS OBRAS DO ESTÁDIO MUNICIPAL DE LEIRIA – DR. MAGALHÃES PESSOA - **Apreciação, discussão e votação;****

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Senhor Presidente pretende apresentar o ponto?



### ***PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)***

A Leirisport contraiu o empréstimo de vinte milhões que teve dois anos de carência, salvo erro. Põe-se agora a questão de começar a pagar-se também a amortização de capital. A maneira como estava estruturado este pagamento implicava que a autarquia transfira, para a Leirisport efectuar o pagamento, uma importância que era considerada indemnização compensatória, portanto sujeita a IVA. Depois de muitos pareceres, de muitas reuniões, nomeadamente com o próprio BPI, foi aceite que seria considerado indemnização compensatória sujeita a IVA o montante respeitante aos juros, e que o valor da amortização seria considerado prestação acessória, que por sua vez não ficará sujeita a IVA.

Quais as implicações que isto tem?

Como é óbvio, poupamos o valor que até aqui estava entendido como sendo indemnização compensatória respeitante à amortização, não ficará sujeito a IVA, que a autarquia teria que suportar. Isto foi aceite pelo BPI, foi clarificado numa reunião em que eu estive presente também com dois vereadores eleitos pelo PSD, e que, deu conta que para eles é indiferente, desde que lhes paguem, será sempre uma situação que decorrerá entre Câmara e a Leirisport.

Há um parecer do Professor Carlos Lobo, no sentido de dar suporte a esta situação, e portanto aquilo que se pretende é dar aqui conhecimento à Assembleia de que a parte respeitante aos juros será considerada indemnização compensatória e portanto será a transferência que será feita a esse título para a Leirisport, e, a parte respeitante à amortização de capital será considerada prestação acessória e contabilizada em conta específica na Leirisport.

### ***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Alguém pretende questionar o senhor Presidente da Câmara em relação a este ponto?

Aparentemente o senhor Presidente da Câmara foi claro, e sendo assim passamos à votação deste ponto.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

**A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea q) do n.º 1 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, delibera por maioria, com uma abstenção, aprovar a proposta da Câmara**

10-06-09 AM



**Municipal de Leiria para revisão parcial ao contrato-programa relativo aos custos financeiros associados ao financiamento das obras do Estádio Municipal de Leiria Dr. Magalhães Pessoa.**

O senhor deputado Vítor Lourenço e o senhor deputado João Cunha vão fazer uma declaração de voto.

***DEPUTADO VÍTOR LOURENÇO (PSD)***

Vítor Lourenço, PSD.

Naturalmente que tendo aprovado o contrato-programa não faria sentido que não se aprovasse o aditamento ao contrato-programa. De qualquer maneira eu gostaria de deixar aqui reflectidas algumas preocupações, que dizem respeito a todo este processo, e que, esperemos que a clareza, que a engenharia fiscal, e que os considerandos que o senhor Presidente fez e que constam das próprias actas das reuniões de Câmara, que isso venha a ser de tal forma transparente e que não traga outro tipo de consequências para o Município.

É esse o nosso desejo, é que as coisas se cumpram, exactamente como esta revisão prevê, sem mais imbróglios para o futuro. Muito obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado João Cunha.

***DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)***

João Cunha, PSD.

O texto da proposta que foi aqui presente não mereceu dúvidas em especial. Mereceram-me dúvidas foi o esclarecimento que o senhor Presidente de Câmara deu. E portanto, eu penso que era importante conhecermos todos, o parecer do Professor Carlos Lobo, e eu propunha que se fizesse chegar à Assembleia, numa próxima oportunidade, aquilo que esse parecer contém, e, toda a tramitação que corresponde à formulação desta proposta, porque penso que era importante aclarar um pouco mais este aspecto. Muito obrigado.

**9. PROGRAMA DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES - 1.º CEB E PRÉ-ESCOLAR - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES - CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL - **Apreciação, discussão e votação;****



***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Muito obrigado senhor deputado.

Permita-me que sublinhe que não se trata de uma declaração de voto e que também não pode propor depois de consumada a votação, mas pode requerer que a Câmara lhe envie esse parecer, assiste-lhe esse direito regimental.

O senhor Presidente da Câmara tem o direito regimental de pedir que o substitua qualquer um dos vereadores e portanto o senhor Presidente da Câmara passa a palavra ao senhor vereador e vice-presidente da Câmara, Gonçalo Lopes, que tem este pelouro, e diz-me que o senhor vereador vai apresentar de uma só vez, e peço por isso a atenção da Assembleia Municipal para esse facto, o ponto nove, o ponto dez, o ponto onze e o ponto doze.

Faça favor senhor vereador.

***GONÇALO LOPES (VEREADOR DO PELOURO DA EDUCAÇÃO E CULTURA)***

Muito boa noite.

Excelentíssimo senhor Presidente da Mesa, caríssimos membros da Mesa, senhores deputados.

A apresentação que quero fazer sobre este ponto das refeições, consiste na autorização da abertura do concurso público internacional para fornecimento de refeições para quarenta e sete escolas, num montante estimado em noventa e um mil euros, representa um investimento importante da autarquia, e mesmo assim este concurso internacional cobre apenas 1/3 do montante estimado pela autarquia para o próximo ano lectivo, que se estima em volta dos três milhões de euros, e portanto, será uma aproximação a um tipo de contratação assente em empresas devidamente credenciadas para o efeito e licenciadas para esse efeito.

Relativamente às actividades de enriquecimento curricular, é a primeira vez que também se vai fazer um concurso público internacional para as três actividades obrigatórias em termos de actividades curriculares, o Inglês, a Música e a Actividade Física Desportiva, qualquer um destes concursos é superior a duzentos mil euros, e isso obriga portanto a um concurso público internacional, e, damos uma volta àquilo que tem sido utilizado nos últimos anos, que é o recurso a ajustes directos e

**10-06-09 AM**



contratos-programa e acordos de colaboração com clubes, e no fundo iremos dar um passo para que todo o processo de contratação destas actividades seja feito na base do mercado e da concorrência.

E portanto, será lançado esse concurso público, onde naturalmente aqueles que fornecem estes serviços podem naturalmente concorrer para continuar a prestar este serviço.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Muito obrigado senhor vereador.

Quem pretende usar da palavra em relação a estes pontos? Estamos só no ponto nove, a menos que, os senhores deputados queiram questionar a Câmara sobre o conjunto dos pontos e depois votamos um de cada vez.

Então vamos fazer o seguinte, se não me levam a mal:

Uma vez que a apresentação foi feita globalmente, poderemos questionar a Câmara globalmente em relação a estes quatro pontos (nove, dez, onze e doze), sendo que, faremos quatro votações.

Senhora deputada Mónica António.

***DEPUTADA MÓNICA ANTÓNIO (BE)***

Mónica António, Bloco de Esquerda.

Considerando a importância do papel dos professores/animadores, como actores primordiais na construção de homens novos, sabendo que tal só é possível pela valorização e pelo reconhecimento da profissão de docente não só em termos formais de reconhecimento do seu desempenho como na valorização e na melhoria efectiva das suas condições de trabalho;

Considerando que foi no propósito de promover a escola para todos, a escola que temos a tempo inteiro, capaz de responder aos desafios que lhe são colocados, que os últimos governos institucionalizaram as actividades de enriquecimento curricular, definidas pelos decretos-lei n.ºs 6/2001, de 18 de Janeiro, e 74/2004, como actividades de natureza facultativa, que pretendem estimular a criatividade dos alunos, e que fazem parte do projecto educativo de estabelecimento de ensino;

Considerando que, por decreto, o Estado português via Ministério da Educação, comparticipa financeiramente as entidades promotoras;



Considerando que o Estado delegou nas autarquias a contratação dos professores/animadores das AEC, e que estas, apesar de o poder fazer directamente, têm na sua maioria recorrido, como é o caso da autarquia de Leiria, à subcontratação de associações ou empresas, achamos que tais métodos de contratação agravam a precariedade laboral dos profissionais, desprotegendo-os do ponto de vista social, profissional e contratual.

Atendendo à atitude da defesa destes profissionais que o Bloco sempre assumiu, o Bloco de Esquerda de Leiria vem por este meio solicitar a Vossa Excelência, senhor Presidente de Câmara, que nos esclareça sobre as seguintes questões:

- Qual a avaliação do Município em relação ao funcionamento das AEC no concelho de Leiria?
- Como está a ser planificada a organização das AEC para o próximo ano lectivo 2010/2011?
- Porquê não promover a contratação directa dos professores/animadores das AEC por parte da Câmara, como acontece em alguns municípios, medida que além de promover uma maior estabilidade laboral dos profissionais incentivando assim o emprego, permitirá uma maior e mais correcta gestão dos dinheiros públicos inerentes à comparticipação por aluno suportada pelo Estado.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Muito obrigado.

Senhor deputado Manuel Carvalho.

***DEPUTADO MANUEL CARVALHO (Presidente da Junta de Freguesia de Azoia)***

Manuel Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Azoia.

Eu ouvi o senhor vereador acerca do concurso público internacional das refeições, a dizer que não ia tudo para concurso. Isso para mim resolve-me o problema se me disser o que é que não irá para concurso. Disse que não era todo o conjunto das escolas que estão a usufruir de refeições, e eu temo o seguinte, havendo um concurso e que sejam quase todas as escolas a usufruírem depois do serviço da empresa que ganhar o concurso, penso que para a economia da região é mau. É mau porque deixa de dar trabalho a gente de cá, porque a empresa pode não ser de cá, é mau porque é preciso também desenvolver a agricultura da região e a maior parte

**10-06-09 AM**



dos alimentos ainda vem da agricultura e portanto isso poderia animar um bocadinho a agricultar aqui da região, é mau porque a alimentação não virá certamente de uma firma de Lisboa em tão boas condições como se for feita à porta da escola, até temo que possa ser requentada num pinhal aí situado algures.

E queria dizer-lhe o seguinte:

Se isso avançar para escolas onde não há sequer instalações para o serviço, onde é que essa empresa vai prestar o serviço? Na Azoia, por exemplo, as crianças na escola não têm cantina, as crianças deslocam-se a pé para irem almoçar a uma IPSS que serve as refeições, e que se situa a cento e cinquenta metros, e se for uma empresa de Lisboa se calhar não podem ir a Lisboa almoçar às instalações da empresa.

Penso que isso não está salvaguardado no concurso, e por isso peço que sejam salvaguardadas estas questões nomeadamente no caso de Azoia, onde não há instalações para as crianças almoçarem.

Poder-me-á dizer que se calhar que em vinte anos de governo do PSD poder-se-iam ter feito essas instalações. De facto não foram feitas em todo o lado, é pena, mas também como há pouco a deputada Odete João referiu, não se poder ver a árvore pela floresta, e portanto deve-se ver na globalidade, se calhar em muitos lado foram feitas, na Azoia não foi feita cantina na escola e por isso é que eu peço que ou se faça, ou então que não seja contratada uma empresa onde as crianças depois não e poderão deslocar. Muito obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Muito obrigado senhor deputado.

Senhora deputada Fátima Sismeiro.

***DEPUTADA MARIA DE FÁTIMA SISMEIRO (PSD)***

Fátima Sismeiro, PSD.

Nós queremos dizer que vamos votar favoravelmente mas há alguns esclarecimentos que gostaríamos de pedir ao senhor Presidente da Câmara, e também manifestar-lhe alguma preocupação.

Preocupação porque até aqui, este tipo de serviços estava entregue nomeadamente, e em particular no que respeita ao serviço de refeições, a IPSS e, relativamente às AEC, a colectividades também. E, em alguns casos, isto promovia a subsistência de

10-06-09 AM



postos de trabalho, já referidos aqui pelo senhor Presidente de Junta de Azoia, e para além disso, no caso de algumas IPSS, casos havia em que era determinante para a sua subsistência.

Eu queria perguntar ao senhor Presidente, qual é a razão para a alteração deste modelo, uma vez que havia e era sobejamente conhecido o bom funcionamento quer em termos de proximidade quer em termos da própria qualidade também já referida aqui pelo senhor Presidente de Junta de Azoia.

Depois, ao fazer esta alteração de modelo, o senhor Presidente também me corrigirá se eu estiver errada, certamente essas colectividades não vão ter a possibilidade de competir com empresas no âmbito de um concurso internacional, e mesmo que o façam certamente ficarão precludidas nesse concurso. E se o que vai faltar a essas colectividades com a supressão da prestação destes serviços, o senhor Presidente da Câmara pretende ou tem em vista algum meio de colmatar essa falta que lhes vai fazer. Muito obrigada.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Muito obrigado senhora deputada.

Senhor deputado José Francisco.

***DEPUTADO JOSÉ FRANCISCO (CDS/PP)***

José Francisco, CDS/PP.

Eu gostaria de perguntar ao senhor vice-presidente, se com este concurso internacional, eu compreendo e votaremos favoravelmente, mas temos apenas esta questão, conseguirá garantir a mesma qualidade de serviço, se terá mecanismos para fazer o mesmo controlo da qualidade do serviço prestado, e se pelo menos, antes disto, quando dispensaram enveredar por um concurso nacional, penso eu que o objectivo será diminuir os custos deste serviço, houve alguma tentativa de renegociação com os actuais prestadores, ou se partiram sem qualquer tentativa de concertação com os actuais prestadores.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Muito obrigado senhor deputado.

Não há mais inscrições.

O senhor vice-presidente responderá por delegação do senhor Presidente.

10-06-09 AM





## **GONÇALO LOPES (VEREADOR DO PELOURO DA EDUCAÇÃO E CULTURA)**

A avaliação que fazemos das AEC não é uma avaliação que nos satisfaça. Sabemos que as AEC funcionam de uma maneira muito heterogénea, há sítios que funcionam bem, há sítios que funcionam mal, depende naturalmente da empresa, entidade, que é prestadora do serviço, e também naturalmente da motivação e competência do próprio animador. A avaliação que fazemos não é satisfatória. Temos uma forte intenção em melhorar as AEC no próximo ano, em especial no Inglês que é uma área onde queremos apostar, e achamos que lançando a concurso estas três áreas, podemos naturalmente colocar no mercado empresas, que consigam competir e apresentar boas propostas nesta área.

Chamar a atenção para uma situação que é um dos motivos para que as AEC funcionem mal.

É que, a Câmara paga geralmente a trinta dias às das AEC o fornecimento dos serviços, e muitas dessas empresas não pagam aos monitores. E isso traduz-se, naturalmente, num desânimo grande, que fica prejudicado na qualidade do enquadramento do ensino. Portanto, nos cadernos de encargos, iremos colocar uma cláusula que obriga a que quando mandarem a factura entregarem cópia do recibo de vencimento do monitor. E portanto, essa é uma condição que consideramos que vai ser importante para aumentar a qualidade das AEC.

Relativamente à contratação directa dos professores, sabemos que há uma forte dificuldade em contratar directamente professores, porque há uma escassez, nomeadamente na área do Inglês e da Música, nós sabemos que há uma oportunidade de constituir, através deste concurso, uma contratação mais flexível, porque naturalmente estamos a falar porventura em poucas horas para conseguir ter um vencimento capaz para determinado tipo de animador, e portanto, esta é uma solução que nos parece bem melhor do que aquilo que estava a funcionar até agora, e por isso com o controlo que queremos implementar, com a colaboração dos agrupamentos, achamos que as AEC poderão funcionar de uma maneira diferente, não estando excluído da participação nestes concursos, nomeadamente na área da Actividade Física Desportiva, os clubes que têm sido nossos parceiros nestas actividades, têm é que, desta vez, apresentar a sua proposta a mercado juntamente com outros clubes que se calhar não tiveram oportunidade de participar e que agora



poderão ter essa oportunidade, e, naturalmente poderá haver aqui um acrescento de qualidade.

Relativamente às refeições que é um tema mais complexo, Leiria tem cento e cinquenta escolas, tem no 1º ciclo cinquenta jardins-de-infância, e portanto estamos a falar de uma complexidade tremenda e os Presidentes de Juntas que estão aqui, sabem melhor do que eu a dificuldade que é, num concelho como o nosso, onde diariamente se servem perto de oito mil refeições, gerir este dossier e este processo. Aquilo que nós apresentámos às Juntas de Freguesia e Associações de Pais, há cerca de dois/três meses, quando começámos a discutir esta questão das refeições era o seguinte:

Estamos a fornecer refeições, aonde o nível de qualidade é garantido, nomeadamente nas IPSS, os pais e as crianças estão satisfeitos, no entanto estamos a correr riscos. E esses riscos, têm que ser de uma vez por todas enfrentados, encarados, olhos nos olhos, com as IPSS, com as Juntas de Freguesias e com as Associações de Pais, e dizer que há um risco associado ao serviço que estamos a prestar, o serviço de transporte de refeições tétrico e a maneira como é o licenciamento próprio desta actividade.

Isto foi apresentado frontalmente, foi-lhes dito que haveria um ano onde as IPSS que quisessem continuar a prestar o serviço iriam continuar a prestar o serviço, e as IPSS que forneceram e estão a fornecer para o próximo ano irão continuar a fornecer, pedimos-lhes um esforço para tentar ultrapassar algumas limitações que têm actualmente em termos de enquadramento. E esse esforço está a ser feito em parceria connosco, com os nossos serviços, quer de educação quer dos serviços de obras privadas, de modo a tentar ir ultrapassando algumas destas situações, temos um ano para tentar resolver algumas dessas situações.

Aquilo que nós dissemos foi muito simples, às associações de pais e Juntas de Freguesia e que estão a contratar empresas para fornecer refeições, então deixem de fazer esse tipo de trabalho, que nós colocamos a mercado essas refeições, coloca no mercado e à concorrência no âmbito do concurso essas refeições, e naturalmente para estarmos a delegar numa associação de pais ou numa Junta de Freguesia o trabalho de contratar uma empresa, então colocamos a concurso. E foi isso que fizemos. Posso citar o caso de Santa Eufémia que tinha essa situação, contratava uma empresa, várias associações de pais que contratavam empresas, e aquilo que a

**10-06-09 AM**



gente disse foi que essas empresas passam a vir a concurso, e foi aí que houve este aumento. Portanto, tudo aquilo que é fornecido actualmente por IPSS, seja através de Juntas de Freguesia, seja através de Associações de Pais, continua no próximo ano a ser assegurado por elas.

Relativamente à questão da situação do emprego que foi levantada aqui.

Geralmente, quando uma empresa destas ganha um concurso a uma outra empresa, se não mantém geralmente fica com todos os quadros humanos, porque existe no fundo um entendimento, não sei se é enquadramento legal ou não assim, mas essas pessoas nunca irão ficar desempregadas, as que trabalham no âmbito de empresas isso ficará salvaguardado.

Relativamente ao serviço a quente. Nós nas nossas refeições temos muito catarino, por aquilo que o Presidente de Junta disse e bem, porque conhece bem o parque escolar, o ideal era não haver serviço de catarino, significava que tínhamos todas as escolas com cozinhas, com refeitórios, e as refeições eram feitas no próprio local onde era servida a refeição. Infelizmente isso não acontece, temos que transportar comida para diversas escolas, aonde não há cozinha. Esse transporte está previsto em concurso, é serviço de refeição a quente, ou seja, é confeccionado, depois há um curto espaço de tempo para assegurar esse transporte, trinta, quarenta minutos, de modo a que a comida que é confeccionada durante o período da manhã e será transportada quente directamente para a escola, e a comida não será requentada. Portanto, não há nenhum transporte de comida de Lisboa, nem de Vila Franca, nem de qualquer outro sítio, haverá uma cozinha que neste caso terá de ser de uma escola de maior dimensão, onde em vez de produzir só quarenta refeições para a mesma escola poderá produzir cem ou cento e vinte e dessa escola sai para escolas mais perto. As outras situações são as tais IPSS que têm as suas cozinhas, ou dos lares ou dos centros de dia, de onde sai também relativamente perto a comida para cada uma das escolas, estou a lembrar-me do norte do concelho onde acontece muito isso, e portanto, essa situação está assegurada.

Relativamente ainda às IPSS.

Há um aspecto que é muito importante, e hoje foi aqui dito com frontalidade, que é que a Câmara tem dado um apoio importante às IPSS no que diz respeito às refeições.

Só vos vou dar conta disto:

**10-06-09 AM**



Uma refeição em média numa empresa pode custar 1,9, 1,7, euros, nós estamos a pagar às IPSS 2,8 euros, e nós vamos também avaliar essa situação do preço. Nós sabemos que é importante o pagamento destas refeições às IPSS, garante muito emprego, garante um bom subsídio, acho que é um apoio social que se está a dar e que naturalmente quando falámos da necessidade de legalizar algumas situações das IPSS, é porque sabemos que corremos o risco qualquer dia de, estando no mercado empresas a concorrer, poder haver uma denúncia e portanto poderá criar situações constrangedoras para a autarquia e para quem nos está a prestar esse serviço.

Se nós podemos tolerar esta questão das IPSS, o que nós não podíamos tolerar era uma mesma empresa que fornecia para a Câmara refeições a 1,7 euros e para uma entidade parceira estava a cobrar 3,2 euros. Isso é que nós não podemos aceitar. Então este problema fica sanado com este concurso, na medida em que, se a entidade parceira está a contratar privados então vai a concurso e vai ao mercado e vai concorrer. E portanto esse problema ficará ultrapassado.

Relativamente à qualidade das refeições.

Nós criámos um gabinete de acompanhamento das refeições escolares, que é constituído por uma engenheira alimentar e que tem regularmente acompanhado as refeições nas escolas, sobretudo quando há queixas dos pais, temos algumas escolas onde as queixas são recorrentes, visitamos o local, fazemos visitas também e no fundo secretas, e estamos a acompanhar, esse gabinete está a funcionar, e no próximo ano vamos tentar acompanhar e fazer algo deste género.

### ***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Muito obrigado senhor vereador.

Portanto, está encerrada a discussão destes quatro pontos e vamos votá-los, como eu avisei, um de cada vez.

Primeiro o ponto n.º 9 da ordem de trabalhos.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

**A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é conferida pelo n.º 1 e n.º 6 do artigo 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de Junho, aplicável por força da alínea f) do n.º 1 do artigo 44º do decreto-lei 18/2008, de 29 de Janeiro, delibera, por maioria, com um voto contra e quatro abstencões, autorizar a abertura de concurso público internacional.**

10-06-09 AM



**com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, para a contratação de serviços para o fornecimento de refeições escolares ao 1º CEB e Pré-escolar.**

**10. - PROGRAMA DE ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NO 1.º CEB – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A LECCIONAÇÃO DO ENSINO DO INGLÊS - CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL - **Apreciação, discussão e votação;****

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Quem vota contra?

Quem se abstém?

**A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é conferida pelo n.º 1 e nº 6 do artigo 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de Junho, aplicável por força da alínea f) do n.º 1 do artigo 44º do decreto-lei 18/2008, de 29 de Janeiro, delibera, por maioria, com um voto contra e duas abstenções, autorizar a abertura de concurso público internacional, com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, para a contratação de serviços para leccionação do ensino do Inglês ao 1º CEB.**

**11. - PROGRAMA DE ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NO 1.º CEB – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A LECCIONAÇÃO DO ENSINO DA MÚSICA - CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL - **Apreciação, discussão e votação;****

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Quem vota contra?

Quem se abstém?

**A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é conferida pelo n.º 1 e nº 6 do artigo 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de Junho, aplicável por força da alínea f) do n.º 1 do artigo 44º do decreto-lei 18/2008, de 29 de Janeiro, delibera, por maioria, com um voto contra e duas abstenções, autorizar a abertura de concurso público internacional,**

10-06-09 AM



**com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, para a contratação de serviços para leccionação do ensino da Música ao 1º CEB.**

**12. - PROGRAMA DE ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NO 1.º CEB – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A LECCIONAÇÃO DA ACTIVIDADE FÍSICA E DESPORTIVA - CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL - Apreciação, discussão e votação;**

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Quem vota contra?

Quem se abstém?

**A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é conferida pelo n.º 1 e nº 6 do artigo 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de Junho, aplicável por força da alínea f) do n.º 1 do artigo 44º do decreto-lei 18/2008, de 29 de Janeiro, delibera, por maioria, com um voto contra e duas abstenções, autorizar a abertura de concurso público internacional, com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, para a contratação de serviços para leccionação da Actividade Física e Desportiva ao 1º CEB.**

O senhor deputado Vítor Lourenço vai fazer uma declaração de voto sobre estes quatro pontos votados. Faça favor.

***DEPUTADO VÍTOR LOURENÇO (PSD)***

Vou fazer uma declaração de voto sobre estes quatro pontos agora votados.

Naturalmente que foi anunciado pela nossa deputada municipal que aqui fez a intervenção, o nosso voto favorável a estas questões, uma vez que em relação a esta opção de gestão não há nada, em princípio, contra uma opção de gestão diferente da que está em vigor neste momento. Só que, me parece que convém deixar expressas algumas preocupações, apesar do nosso voto favorável.

Se, no que diz respeito ao serviço de refeições eu não tenho grandes dúvidas em princípio sobre a opção e sobre as vantagens da opção na medida em que os constrangimentos que todos nós conhecemos e que detectámos ao longo dos anos, relativamente às questões da legalidade, da higiene alimentar, etc., as quais nos

10-06-09 AM



obrigou a aumentar até o quadro de pessoal, contratando essa técnica que agora está ao serviço da Câmara, nessa área específica alimentar, tudo isso são preocupações muito importantes e que eventualmente este é o caminho para obviar a que essas situações tragam mais problemas do que vantagens.

Já no que diz respeito às AEC, a própria explicação do senhor vereador deixou-me ainda mais perplexo.

Primeiro, senhor vereador, nós temos noventa e quatro escolas do 1º ciclo a funcionar e setenta jardins-de-infância, mas enfim, são lapsos do seu esforço e do seu cansaço natural, que estas duas funções de vereador levam a termo.

De qualquer maneira, eu queria dizer que em relação às AEC, nós temos algumas dúvidas, a bancada do PSD quando estudou este assunto e naturalmente dissemos sem constrangimentos que votaríamos contra, mas a preocupação que me deixou foi quando disse sobretudo, no que diz respeito ao inglês, que a avaliação não é tão boa como nas outras áreas. Mas o ensino do Inglês é feito exclusivamente por empresas, escolas de línguas, da nossa região e do nosso concelho. Quando estava em vigor os concursos por agrupamento, para permitir que a prestação desse serviço...

#### ***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Senhor deputado, eu pedia-lhe que fizesse de facto a declaração de voto...

#### ***DEPUTADO VÍTOR LOURENÇO (PSD)***

Era só para deixar a minha preocupação relativamente a esta questão que tem a ver com o porquê da existência de preocupações. E a minha preocupação realmente aumentou com a sua explicação, porque na verdade, a vida de uma empresa única, para um processo de leccionação do Inglês, pode não trazer as vantagens de que se está à espera, na medida em que a sustentabilidade social e económica das próprias escolas de línguas do nosso concelho e da nossa região, pode ficar posto em causa por um concurso desta natureza e desta dimensão, em que eles se calhar não têm recursos para concorrer. Mas isto é uma preocupação que apenas deixo como preocupação real e que foi muitas vezes discutida com a equipe técnica do Município, e que eu sei que conhece perfeitamente este assunto e penso que dominam perfeitamente este assunto.

Já em relação às questões do Desporto, também não se me afigura como vantajoso, que possa uma única entidade vir ganhar um concurso desta dimensão, depois

10-06-09 AM



fazendo essa subcontratação local, quer na Música com as instituições associativas, que tem condições e capacidade técnica mais que suficiente para desenvolver este trabalho, do que propriamente uma empresa, e apareceram empresas a oferecer serviços desta natureza, nomeadamente na área da Música, que não tinham sequer um quadro na sua estrutura empresarial.

Portanto, a sustentação e a colaboração do ponto de vista social, económico, e cultural das entidades regionais na questão das AEC, tenho dúvidas. É só isto!

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Muito obrigado senhor deputado.

Está a tempo de fazer a sua declaração de voto senhora deputada. Não me leve a mal, mas eu peço-lhe que seja de facto uma declaração de voto.

***DEPUTADA LAURA ESPERANÇA (Presidente da Junta de Freguesia de Leiria)***

Laura Esperança, Presidente da Junta de Freguesia de Leiria.

O meu sentido de voto é a favor, com certeza, mas depois de ouvir a explicação do senhor vice-presidente, eu gostaria de ter o relatório de actividades dos programas das AEC no que respeita à Junta de Freguesia de Leiria, que eu votei no sentido de que fosse uma opção gestonária e não propriamente fundamentada, no meu caso, em algo que não estivesse a correr devidamente, e também gostava de saber.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Antes de entrarmos no ponto n.º 13, não me levem a mal que num segundo faça um pouco de pedagogia. Nós estamos ciclicamente a subverter os métodos de funcionamento das assembleias.

Eu não teria nada contra intervenções de fundo, antes de votarmos, cada deputado ou cada deputada fará as intervenções de fundo que muito bem entender, pronunciando-se e depois no fim votará. O que me parece errado e é subversão do sistema, é que nós votemos e a seguir façamos as intervenções, isso é que me parece errado. Permitam-me só que lhes apele a que corrijamos isso, já agora para que sejamos também um exemplo de funcionamento de um órgão deliberativo desta natureza.





**13. DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL - BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA ORTIGOSA – *Apreciação, discussão e votação;***

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Senhor Presidente da Câmara pretende apresentar este ponto? Faça favor.

***PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)***

Muito rapidamente, só para dar a intenção desta proposta deste pedido de reconhecimento de interesse público. É para tentarmos legalizar a situação do quartel dos bombeiros voluntários da Ortigosa, que como sabemos, não está legalizado, e portanto não se podem candidatar a apoios e vamos ver se a partir do momento em que seja reconhecido o interesse público, possamos iniciar procedimentos para atingir esse objectivo.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Muito obrigado senhor Presidente.

Alguém pretende questionar a Câmara em relação a este assunto?

Não vejo intenção de ninguém, eu vou colocar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

**A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é conferida no âmbito da protecção civil, no artigo 25º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, delibera por unanimidade reconhecer de inequívoco interesse municipal a actividade desenvolvida pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ortigosa e de incontestável interesse público o equipamento (quartel) sito na Freguesia da Ortigosa, concelho de Leiria.**

Relativamente ao ponto n.º 14, indicou-me a Câmara Municipal que é retirado, ou seja, a Câmara Municipal que propôs a sua inclusão, propõe que o ponto seja retirado, o que significa que não o iremos apreciar.

E chegámos ao último ponto da ordem de trabalhos.



**15. ALUGUER OPERACIONAL DE VIATURAS – CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL – Apreciação, discussão e votação;**

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Dou a palavra ao senhor Presidente da Câmara para fazer a apresentação.

***PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)***

A proposta vem no sentido de podermos efectuar o concurso do aluguer operacional de viaturas que prevíamos inicialmente, considerar a retoma das existentes, a lei assim não o prevê, e portanto tem que ser retirada e tem que ser submetido o concurso a autorização da Assembleia Municipal, uma vez que, os encargos se vão repartir por mais do que um ano económico.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Tem a palavra o senhor deputado Carlos Conceição.

***DEPUTADO CARLOS CONCEIÇÃO (PSD)***

Carlos Conceição, PSD.

Senhor Presidente da Câmara, tal como dissemos anteriormente, relativamente aos outros temas, parece-nos globalmente bem. Contudo, existem aqui algumas dúvidas, gostaríamos que neste tipo de temas tivéssemos alguma informação complementar, nomeadamente o número de viaturas, quais são de passageiros, quais são mistas, porque o regime de IVA aplicável até é diferente, se de alguma forma vamos aproveitar esta mudança de regime para incluir mais viaturas ou não, ou se estamos a aproveitar para racionalizar, quais são os cálculos iniciais e preparatórios efectuados, qual é a poupança total anual estimada, enfim, parece-nos a nós que para uma decisão mais esclarecida, mais cabal desta Assembleia, seria muito interessante que este tipo de propostas, que nos parece muitíssimo bem, volto a dizer, trouxesse também um conjunto de informação complementar como auxílio e esclarecimento a cada um de nós. Mas, relativamente ao princípio, nada a dizer, parece-nos bem, mas sentimos falta de mais informação. Muito obrigado.



***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Muito obrigado senhor deputado.

Não vejo mais ninguém que tenha manifestado intenção de usar da palavra neste ponto da ordem de trabalhos, pergunto ao senhor Presidente da Câmara se pretende responder ao senhor deputado?

***PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)***

Esse estudo está feito, foi presente e suportou a decisão da Câmara. São quarenta e sete viaturas, efectivamente os custos que estamos a ter agora de manutenção por se tratar de viaturas já com muitos anos, leva-nos a fazer esta opção.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Vamos pôr à votação este ponto.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

**A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é conferida pelo n.º 1 e n.º 6 do artigo 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de Junho, aplicável por força da alínea f) do n.º 1 do artigo 44º do decreto-lei 18/2008, de 29 de Janeiro, delibera por unanimidade, autorizar a abertura de concurso público internacional, com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, para o aluguer operacional de viaturas.**

Permitam-me apenas que ao encerrar esta Assembleia diga duas palavras simples.

Muitos deputados e deputadas dirão que as assembleias continuam a acabar tarde, é um facto. Nós tínhamos catorze pontos, foi retirado um da ordem de trabalhos, e, além de um período de “antes da ordem do dia” que é usualmente longo, tivemos um ponto especial que foi também longo, durou uma hora e quinze minutos, salvo erro. O que significa que nos podemos, apesar de tudo, dar por satisfeitos, pela forma como realizámos os nossos trabalhos esta noite, ao contrário do que aconteceu noutras vezes.

Senhores deputados muito obrigado, tenham um bom fim-de-semana e um bom período de férias para aqueles que o tenham a partir de agora.



### **ENCERRAMENTO**

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente encerrada a sessão, eram 02.45 horas, mandando que de tudo para constar, se transcrevesse para a presente acta, que eu, Teresa Paula Ribeiro dos Santos Pinto, Assistente Técnica, transcrevi e subscrevo. -----

### **APROVAÇÃO DA ACTA**

De acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 92º, da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal na sessão de ordinária de 24 de Setembro de 2010, deliberou por maioria, com duas abstenções, aprovar a acta. -----

O Presidente da Assembleia

Carlos Manuel Bernardo Ascenso André

A Assistente Técnica

Teresa Paula Pinto